

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
1	Ata nº 1/2013 da reunião de câmara de 2013/01/09			Aprovação
2	Voto de Pesar - Jaime Alberto Gonçalves das Neves			Aprovação
3	Devolução de participações pagas pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional no ano de 2010, no âmbito do Programa Enclave, e instauração de ação judicial contra o IEFP			Aprovação
4	Conselho de Administração dos SMAS - Proposta de composição			Aprovação
5	Apoio municipal para a realização do Carnaval de Alhandra 2013	Sociedade Euterpe Alhandrense		Aprovação
6	<del>Proposta nº 2/2013 da CDU - Aquisição e utilização das instalações da antiga escola naval da Marinha</del>	<del>Recebido</del>		<del>Aprovação</del>
7	Proposta nº 3/2013 da CDU - Construção de rotunda no entroncamento de Povos		Vila Franca de Xira	Aprovação
8	Proposta nº 4/2013 da CDU - Apoio à interposição de providências cautelares contra extinção de freguesias			Aprovação
9	Proposta do Partido Socialista - Apoio à interposição de providências cautelares contra extinção de freguesias			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Renovação das deliberações de autorização da assembleia municipal de 2012/07/12 e 2012/09/11, referentes à abertura de procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores - Prazo para homologação da lista de classificação final - SMAS			Aprovação
11	Renovação das deliberações de autorização da assembleia municipal de 2012/07/12 e 2012/09/11, referentes à abertura de procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores - Prazo para homologação da lista de classificação final - Câmara Municipal			Aprovação
12	Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual - Serviços de rede corporativa de dados e internet - SMAS			Aprovação
13	Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual - Aquisição de serviços de seguro de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil - SMAS			Aprovação
14	Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual - Aquisição de serviços para reposição de pavimentos betuminosos em diversos locais do concelho - Anos 2013/2014 - SMAS			Aprovação
15	Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual - Aquisição de serviços para reposição de pavimentos em calçada em diversos locais do concelho - Anos de 2013/2014 - SMAS			Aprovação
16	Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual - Aquisição de serviços de acompanhamento arqueológico em obras de saneamento e de abastecimento de água - Anos 2013/2014 - SMAS			Aprovação
17	Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual - Fornecimento de consumíveis e atualizações de versões para sistema multifuncional Xerox 7755 - Contrato de manutenção - SMAS			Aprovação

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA			
18	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
19	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público do município - Rua Gomes Freire	Eduardo Jorge Paulino da Graça de Deus	Vila Franca de Xira	Aprovação
20	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público do município - Rua Vasco da Gama - Alpriate	Luís Manuel Aparício da Silva de Matos	Vialonga	Aprovação
21	Obras de urbanização inacabadas - Libertação da garantia bancária das infraestruturas elétricas do loteamento da Terra do Curro	Constrofiles - Sociedade de Empreendimentos, Lda	Sobralinho	Aprovação
22	Obras de conservação coercivas - Libertação de 50% da retenção referente às obras executadas na Travessa do Araújo, nº 8A	Naesteira - Sociedade de Urbanização e Construções, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
23	Proposta de isenção do pagamento de taxa pela emissão de certidão de toponímia			Aprovação
24	Alteração ao Regulamento Municipal "Recupere a sua Casa" - Discussão pública			Aprovação
25	<del>Desafetação de uma parcela de terreno de domínio público para o domínio privado do município e cedência em direito de superfície ao Juventude da Castanheira - Quinta da Barroca</del>	<del>Juventude da Castanheira</del> <i>Retornado</i>	<del>Castanheira de Ribatejo</del>	<del>Aprovação</del>
26	Prolongamento do prazo para a execução da empreitada de construção do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira	Consórcio Europa Ar-Lindo, SA/Sonangil - Const. Civil e Obras Públicas, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
27	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote B31 do loteamento Zona do Moledo	Orlando da Silva Martins	Alverca do Ribatejo	Aprovação
28	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 68 do loteamento Quinta Nossa Senhora de Fátima	José dos Santos Gomes Carrola	S. João dos Montes	Aprovação
29	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 32 do loteamento Pinhal das Areias	José Maria Conceição Costa	Alverca do Ribatejo	Aprovação
30	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 105 da AUGI Quinta da Coutada	Júlio Marques Serras	Vila Franca de Xira	Aprovação
31	Índice de preços no consumidor - Alteração ao mapa de inflação acumulada			Aprovação
32	Atualização dos 33 Regulamentos Específicos de Reconversão - Infraestruturas das AUGI			Aprovação
DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS				
33	Jardins do Arroz - Passeio Ribeirinho - Conta final	Santos Aparício - Construção Civil e Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
34	Jardins do Arroz - Passeio Ribeirinho - Liberação parcial de garantias	Santos Aparício - Construção Civil e Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
35	Conclusão da remodelação da EB 2 Dr. Sousa Martins - Conta final	Comprojecto, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
36	Parque linear ribeirinho do estuário do Tejo - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Alexandre Barbosa Borges, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
37	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Cons. Constrope - Congevia, Eng. e Const., SA/Gigabeira - Inst. Especiais, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
38	Regularização do rio Crós-Cós - Prorrogação de prazo de execução	Conduril, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
39	Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto da Areia - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Matos & Neves, Lda	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
40	Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto da Areia - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Topbet - Trabalhos, Obras Públicas e Pavimentos Betuminosos, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
41	<del>Requalificação da rua Alves Redol - Fase 3 (Troço entre a rua Almeida Garrett e a av. Pedro Victor) - Abertura de concurso público</del>	<del>Retornado</del>	<del>Vila Franca de Xira</del>	<del>Aprovação</del>
42	EB Dr. Vasco Moniz - Conclusão dos arranjos exteriores e campo desportivo coberto - Auto de receção provisória parcial	HCI Construções, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
43	GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS  Preço de venda ao público do DVD sobre as exposições integradas na XXVIII Semana da Cultura Tauromáquica de 2012  DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			Aprovação
44	Da competência da Presidente da C.M. Legislação síntese			Conhecimento

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
45	Relação dos despachos da Srª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
46	. Outros assuntos Regulamento de estágios			Aprovação
47	Empreitada da obra de requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho - Minuta do contrato	Construções Pragosa, SA		Aprovação
48	<del>Alteração à minuta de contrato de promessa de compra e venda da fração autónoma</del> <del>Jardins do Arroz</del>	<del>Obriverca, SA</del> <i>Retinado</i>	<del>Vila Franca de Xira</del>	<del>Aprovação</del>
49	Exercício do direito de preferência sobre as frações "F", "G" e "H", sitas na rua Miguel Torga, nº 3, r/c, lojas 1, 2 e 3 - Quinta da Maranhota, e autorização de utilização por terceiros que não os associados da cooperativa	Promocasa, CRL	Vialonga	Aprovação
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
. Assuntos apresentados para conhecimento				
Da competência da Presidente da C.M.				
50	Balancetes			Conhecimento
51	Pagamentos autorizados			Conhecimento
. Outros assuntos				
52	Orientações para a consolidação de contas de 2012 do município de Vila Franca de Xira			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sede da CURPIFA - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, pelas 14,00 horas do dia 2013/02/06

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
78	Processo disciplinar - Relatório final			Decisão
	JUNTAS DE FREGUESIA			
79	Lei nº 11-A/2013, de 28/01 - Reorganização administrativa do território das freguesias			
80	Proposta nº 5/2012 da CDU - Centro municipal de partilha de recursos e equipamentos			
81	Diversos		Refinado	
82	Empreitada da obra de requalificação urbana da frente ribeirinha da zona sul do Concelho de Vila Franca de Xira - Núcleo Museológico "A Pérua e o Rio" - Minuta do Contrato	AECI - Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA	Póvoa de Sta Iria	Aprovação
83	Empreitada da obra de reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Porto da Areia - Minuta do Contrato	Construções Pangosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
84	Empreitada da obra de reabilitação de pavimentos na Estrada Municipal do Apeadeiro - Minuta do Contrato	Construções Pangosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação



## MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/02/06

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, pelas 14,10 horas, na sede da CURPIFA – Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Srª Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. João Manuel Correia Pires de Carvalho;-----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----  
. Bernardino José Gonçalves Lima; -----  
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus; -----  
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----  
. Francisco do Vale Antunes; -----  
. Ana Lídia Alves Cardoso; -----  
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

-----  
Esteve ausente o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Vítor Manuel Jorge da Silva.-----  
-----

Saiu no decurso da reunião a Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 20,05 horas, antes da discussão do ponto 80 da ordem do dia. -----  
-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, assessorado por Maria Filomena de Brito Antunes Mendes, Assistente Técnica.-----  
-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 002

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE IMPRENSA-----

. Coordenadora -----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS -----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

Chefe de Divisão -----

Drª Lurdes Pinto-----

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-----

. Chefe de Divisão -----

Drª Nélida Soares-----

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

. Adjunto do Vereador -----

Dr. José António de Oliveira -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL-----

. Diretora-----

Drª Carolina Carvalho -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE -----

. Adjunto do Vereador -----

Jorge Zacarias-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urb. Luís Matas de Sousa-----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

**OUTRAS PRESENÇAS**-----

Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra -----

técnicos.presentes

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. ~~Ata~~ 004

Reunião de 2013/02/06

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA -----

A Srª Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes, saudando desde logo os responsáveis da CURPIFA, pela sua disponibilidade na cedência deste espaço, bem como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, que terá oportunidade depois de falar, passando de imediato a palavra ao Dr. Fernando Barreiros para organização da ordem de trabalhos. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, indicando que os pontos 74 a 76 são para retirar à ordem do dia. -----

De seguida, informou que se solicita a introdução de 3 pontos à ordem do dia, que ficarão como pontos 82 a 84, e que correspondem à aprovação de minutas de contratos de empreitadas, cuja documentação já foi distribuída aos Srs. Vereadores.-----

Relacionado com dois destes pontos far-se-á nesta altura a distribuição de duas comunicações internas, para complemento de documentação, a nº 175/2012 e a nº 178/2012, que respeitam, respetivamente, à obra de reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto de Areia, e à reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Apeadeiro, ambas na Castanheira do Ribatejo. São duas informações só para conhecimento, a esclarecer que a cláusula 24 do caderno de encargos tem um erro de escrita, e que a minuta que irá ser ou não aprovada já tem a correção legal adequada. -----

Quanto ao ponto 7 da ordem do dia, é nesta altura também distribuída a comunicação interna nº 29/2012, como documentação complementar.-----

Prosseguiu, solicitando a análise e discussão destes pontos para introdução na ordem do dia antes do ponto 78, que é relativo a um procedimento disciplinar, e que terá de ser analisado em privado. -----

Solicita também autorização para elaboração da ata em minuta, relativa a alguns pontos da ordem do dia, que se prendem com as necessidades que os serviços têm, de juntar um documento aos processos que consubstancia a deliberação que for tomada em reunião de câmara.-----

Tratam-se dos pontos 36 a 38, 41, 47 e 48, 61, 72 e 73, 78, bem como os pontos 82 e 84. -----


Relativamente aos pontos 36 e 37, as atas em minuta serão apresentadas à autoridade das condições de trabalho. -----

Quanto ao ponto 38, a ata será para informação do empreiteiro. -----

Quanto ao ponto 41, a ata será colocada na plataforma, tendo em conta o concurso público que esteve a decorrer. -----

No que respeita ao ponto 6, a ata torna-se necessária para desenvolver o início do procedimento. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando à Engª Rosário Ferrão que explique esta situação, e questionando, se a câmara municipal nunca se confrontou com situações destas anteriormente, por que é que elas acontecem hoje. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo que foi recebido no serviço, e pensa que toda a gente recebeu, um e-mail do Departamento de Administração Geral, referindo que as atas das reuniões de câmara de hoje só daqui a 30 dias estariam nos serviços, pelo que, se são necessárias para se poder dar seguimento aos procedimentos, quer para abertura, quer para variadíssimas coisas, como a comunicação à inspeção do trabalho de um plano de segurança e saúde, que é aprovado hoje, não se pode estar à espera 30 dias pela ata. -----

Era também referido no e-mail que as atas podiam ser aprovadas em minuta, para se dar seguimento aos assuntos, e por isso se está a fazer este pedido. -----

A Srª Presidente interveio, mencionando que pensa que há um excesso de zelo em relação aos processos administrativos, compreendendo que resulta da questão levantada pela Coligação Novo Rumo na última reunião de câmara, que resultou nesta "embrulhada", porque nunca até aqui houve necessidade desta questão. Havia uma ata em minuta, e automaticamente era desenvolvida. Em minuta é mesmo isso, só diz quem votou a favor e quem votou contra, e é a utilizada para juntar aos processos. -----

Desta forma, pergunta se a Coligação Novo Rumo tem alguma questão a colocar sobre a continuação do procedimento em moldes iguais aos anteriores, para não se estar agora, em cada reunião, com estes preciosismos, ou se se pode funcionar como até agora, já que aquilo que interpretou foi outra coisa. A Coligação Novo Rumo acha que as atas devem ter regularidade na sua apresentação ao órgão, para aprovação, mas há algumas que são necessárias logo no dia seguinte, só que



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, aprovar a inclusão dos pontos na ordem do dia, bem como aprovar as atas em minuta. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 008

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES  
INTERMUNICIPAIS-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo já ter sido distribuído aos Srs. Vereadores aquilo que é o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses face à proposta de lei sobre o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e foi agora distribuída a posição da Junta Metropolitana de Lisboa sobre a mesma matéria, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e que tem a ver, em termos breves, com a proposta da nova lei das finanças locais.-----

Esta proposta, que se encontra neste momento na Assembleia da República, e que o Governo pretende que seja votada na generalidade no próximo dia 13 de fevereiro, assenta em pressupostos extremamente gravosos para a gestão das autarquias, e que têm a ver com as previsões feitas para a receita do IMI.-----

No caso concreto dá conta que o município de Vila Franca de Xira, e contas feitas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, tal como tinha tido oportunidade de informar no momento da discussão das taxas do IMI, à taxa de 0,3% irá perder 3 114 438,00€, depois de já todo o património reavaliado.-----

É um dos poucos municípios que perde efetivamente, resultando daí que a lei agora assenta em pressupostos de ganho, sendo que os números apresentados pelo Ministério das Finanças em nada coincidem com os números apurados junto da Direção-Geral das Finanças, da administração tributária, já que da parte do Governo diz-se que no global dos municípios vai haver um aumento de 700 milhões de euros de IMI, mas as contas feitas pela Associação dão qualquer coisa na casa dos 300 milhões, que não é igual para todos os municípios, pois muitos há que têm as taxas máximas até.-----

Neste contexto, foi entendimento da Junta Metropolitana de Lisboa que se pedisse, desde logo aos grupos políticos com assento na Assembleia da República, a suspensão da apreciação deste trabalho. A proposta de lei poderá até ser votada na generalidade, ou baixar à comissão sem votação, mas subjacente a uma análise mais aprofundada, e a conversações com a Associação e a própria Junta Metropolitana, no sentido de se construir um documento que prejudique menos os

*A*  
*[Signature]*

municípios.-----

A posição da Junta Metropolitana de Lisboa traz também consigo a possibilidade de haver uma nova redistribuição das receitas do Estado, já que pretende o Governo que seja abolido, desde logo, o IMT, tendo inclusivamente considerado num primeiro momento que a Derrama também seria abolida. Propõe-se que 1% da receita do IMI seja dirigido às juntas de freguesia, e que o IMI sobre os prédios rústicos, que hoje é insignificante, porque estes prédios não têm nenhum valor significativo, mas em momento seguinte irão ser avaliados, e passarão a ter valores muito significativos, passe integralmente para as freguesias.-----

Assim, dá a entender que vai haver um desequilíbrio grave nos meios à disposição dos municípios, para gestão futura. -----

Há o entendimento unânime de todos os partidos com assento na Junta Metropolitana de Lisboa, o que significa desde logo os grandes partidos, PSD, PS e Partido Comunista, no sentido de desenvolver diligências junto, quer das comissões da Assembleia da República, respetivamente, poder local e finanças, como também junto dos grupos parlamentares, no sentido de se poder encontrar algum espaço de reflexão conjunta e melhoria do documento.-----

É pressuposto, do memorando da Troika, que este documento esteja aprovado na Assembleia da República e pronto a entrar em vigor até 30 de junho, bem assim como era um pressuposto que estivesse entregue na Assembleia da República até 31 de dezembro, o que veio a acontecer, e não permitiu mais do que duas reuniões com a Associação Nacional de Municípios, uma sem qualquer efeito, e outra que não correu bem, tendo a Associação se manifestado contra a proposta que estava em cima da mesa.-----

Por isso, ficam os Srs. Vereadores com estes dois documentos, podendo o assunto ser agendado para a próxima reunião, depois de tomarem contacto com ele, para uma tomada de posição. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº

A própria e o diretor do Museu estarão presentes num encontro com a presidência da Fundação, num fim de semana, mais concretamente num sábado do mês de março, nesta mesma exposição, em representação do município. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PEÇA ESCULTÓRICA DA PRAÇA DA JORNA – CAIS DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Presidente, trazendo para apreciação dos Srs. Vereadores uma proposta da peça escultórica alusiva à Praça da Jorna. -----

Disse que foi em vários momentos abordado pela CDU, e a própria já trouxe uma informação de que tinha solicitado ao escultor João Duarte uma proposta de trabalho para este fim, para se colocar junto ao cais de Vila Franca de Xira, de algo, uma peça escultórica, alusiva à Praça da Jorna, que ali tinha lugar.-----

De seguida passou o desenho aos Srs. Vereadores, para poderem tomar contacto com aquilo que é a proposta que o artista desenvolveu, e para verem se estão de acordo, para se poder dar seguimento. -----

A estátua, em bronze, ficará com 3 metros de altura, sendo que quanto a esculturas pequenas, já se teve a experiência defraudada com a escultura de Alves Redol, que parecia enorme dentro do ateliê, e quando colocada no local era bem pequena, e constitui um conjunto de trabalhadores rurais que ali eram cooptados, e que depois atravessavam o rio para irem para os campos.-----

O cais está requalificado, a Praça da Jorna seria junto à Taberna do Barraquinha, sendo que esta questão foi levantada em várias reuniões, no sentido de que deveria ali ser colocada uma alusão a este local, e é nesse seguimento que se fez este contacto.-----

Estando todos os vereadores de acordo, informou ainda que já foi aprovado em reunião de câmara o valor de cerca de 60 000,00€, e pretende-se dar seguimento.-

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO RAP -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que está a decorrer no concelho de Vila Franca de Xira, e durante ano e meio, um trabalho desenvolvido pela Universidade Católica Portuguesa e pela Universidade Técnica de Lisboa, em que junta o Instituto Superior de Economia e Gestão e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, um projeto de investigação denominado RAP.-----

Trata-se de um projeto internacional, que neste momento decorre também no Japão e em Timor, e que tem como objetivo definir o rendimento adequado para viver com dignidade em Portugal, ou seja, para uma família, qual o rendimento adequado.-----

Este projeto de investigação tem o apoio da Rede Europeia Anti-Pobreza e o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Quanto à razão de ser Vila Franca de Xira, isto começou em 2012, e inicialmente envolveu três concelhos, Vila Nova de Gaia, Beja e Vila Franca de Xira. Há duas fases, e para a última fase escolheu-se Vila Franca de Xira porque as universidades consideraram que as características do concelho correspondiam àquilo que era a imagem dos portugueses, em termos médios, e que daqui se poderia obter um resultado que se extrapolasse depois para todo o país. -----

Neste contexto encontram-se já a trabalhar vários bolseiros de mestrados, que têm também este trabalho como tese do mestrado ou doutoramento. Este projeto vai envolver mais de 300 pessoas no seu trabalho, algumas instituições que foram consultadas, onde se realizam estes encontros, que são muito diversificados, e quem estiver disponível para se associar a este projeto de investigação basta inscrever-se ou dirigir-se à câmara municipal, porque poderá colaborar no mesmo.-

Pensa que é importante para Vila Franca de Xira, porque permite efetivamente, e nos tempos que correm, associar-se a um trabalho tão importante como este, de definir aquilo que é o rendimento adequado para uma família em Portugal. -----

As pessoas participam, não dizendo aquilo que para si é o rendimento adequado, mas aquilo que consideram que para os outros é o rendimento adequado, inclusivamente passa pela visita a casas de pessoas, a verificar o que é que têm na dispensa, frigorífico, armário da roupa e nessas coisas todas, de maneira a permitir



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

fazer o discernimento entre o que são coisas às vezes supérfluas, que se consideram muito importantes, mas que valem pouco, e aquilo que efetivamente é necessário.-----

Este trabalho já foi desenvolvido no Reino Unido e em França, diz-se que com resultados muito interessantes, e neste momento estão a ser avaliadas já 10 000 participações da primeira fase, onde o concelho de Vila Franca de Xira também participou, e vai-se ter no concelho durante ano e meio este conjunto de pessoas, que vai com certeza dar também uma imagem mais aprofundada do concelho. -----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 015

Reunião de 2013/02/06

Proc.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, cumprimentando todos os presentes, e referindo que, em nome de Alhandra, deseja que esta reunião corra o melhor possível, e contribua para que o concelho e a freguesia em especial avancem mais um pouco. -----

Deseja também agradecer, em nome do executivo da junta, à direção da CURPIFA, que tão prontamente acedeu à cedência da sala. -----

Prosseguiu, dizendo que acompanha quase diariamente as obras do centro de saúde, e constata que estão a andar a uma velocidade estrondosa. Há muitas coisas já acabadas, e gostaria de saber, se possível, quando é que se pensa que a obra esteja completamente finalizada. -----

Respondeu a Sr.<sup>a</sup> Presidente que veio de lá agora, e a previsão do empreiteiro, que já tem tido várias, é agora de 15 de fevereiro. Hoje é dia 6 de fevereiro, pelo que se fosse 15 de fevereiro, e se não acabasse na velocidade estonteante, o que pode ser perigoso, diria que é até ao mês de fevereiro, e é pelo menos essa a ponderação que tem feito com o Sr. Vice-Presidente e a diretora do departamento.- Está-se a acompanhar muito de perto, percebe-se que já se está a intervir no exterior, e aguarda-se que sim. Neste momento pode também dizer, pela reunião que teve na passada semana, que todo o equipamento para o centro de saúde se encontra adquirido, encontra-se na Castanheira do Ribatejo, e é possível pensar que haverá condições para inaugurar o centro de saúde durante o mês de abril, o que seria associá-lo a uma data muito significativa da vida dos portugueses, e desde logo também do concelho. -----

Pode também falar, não ao Sr. Presidente, porque ainda ontem estiveram no local, mas da obra da avenida Sousa Martins. Esta avenida parece que aparentemente está parada, mas há questões administrativas a decorrer, e a obra estará concluída durante o primeiro semestre, com a requalificação exterior daquela rua. -----

Interveio a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando os presentes e agradecendo à CURPIFA a possibilidade de se encontrarem todos hoje, agradecendo também as boas vindas do Sr. Presidente da junta. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, saudando todos os presentes, o Sr.



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 016

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra e a direção da CURPIFA. -----

Reportando-se ao centro de saúde de Alhandra, disse que nestes últimos dias tem-se notado uma grande azáfama nas obras do centro, e não sabe se isso é consequência da ameaça de multas sobre a passagem do prazo, ou se essa tem sido uma prática com todos os outros empreiteiros que têm tido obras no concelho, e acha muito bem, porque as coisas são para cumprir, embora se compreenda também a situação económica e financeira que a maior parte das empresas de construção civil atravessa. -----

Em certa medida pensa que se calhar é consequência disso, e as outras questões que gostaria de colocar já a Srª Presidente referiu, esperando-se a entrega da obra a 15 de fevereiro, e uma abertura possivelmente em abril. -----

Sobre a situação do edifício onde neste momento está a funcionar o centro de saúde, não é certamente preocupação da câmara municipal, porque é património particular, e será certamente restituído ao proprietário, mas não sabe se vai acontecer o caso de Vila Franca de Xira, em que tem de ser reposta uma situação de obras, que implica obras de conservação. Certamente essa é uma situação que ultrapassa o interesse da autarquia, embora a mesma também gostará de a ver resolvida, e certamente concretizada a entrega à entidade proprietária do edifício.-

Interveio a Srª Presidente, dizendo que esteve a semana passada uma reunião com o Dr. Carlos Agostinho, o novo coordenador do grupamento de centros de saúde, onde abordou a questão, até porque vinha no enfiamento da última reunião de câmara, da devolução dos espaços da área da saúde. -----

Vai ser desenvolvido um enquadramento para que se devolvam com rapidez os equipamentos aos donos, segundo o que o Dr. Carlos Agostinho lhe disse. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ATRASO DE DISTRIBUIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA PELOS CTT-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que os membros da CDU tiveram conhecimento, há relativamente pouco tempo, que, quer em São João dos Montes, quer em Alhandra, está a haver um atraso significativo na distribuição de correspondência através dos CTT. -----

A informação que lhes chega é que em São João dos Montes, inclusivamente, esse atraso é de cerca de 15 dias, 2 semanas, e o que tem feito acontecer é que pessoas que estavam à espera de consultas ou intervenções cirúrgicas, quando receberam a correspondência a avisá-las, as consultas já tinham passado e as intervenções cirúrgicas têm de ficar para daqui a um ano, que é quando se voltam depois a marcar. -----

Em Alhandra o atraso não é tão grande, há distribuição, tanto quanto sabe, duas vezes por semana, de qualquer forma também é um atraso significativo para quem pretende ter notícias em cima da hora, e para isso é que os CTT deveriam servir. ---

A pergunta dos membros da CDU é se a câmara municipal tem conhecimento desta situação. Se tem, se já questionou os CTT, e quais as alterações que estes pensam poder vir a introduzir para colmatar este mal-estar que causa nestas duas freguesias. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo, quanto a este atraso do correio, que não é um particular de Alhandra e São João dos Montes, é resultado também das contenções e ausência de meios humanos. É um problema generalizado, há contactos nesse sentido, porque há casos em que é grave o atraso, e aquilo que lhe dizem é que os Correios estão a tentar ultrapassar estas dificuldades, pondo mais pessoas no circuito. -----

Assim, é um assunto que não é só um particular destas duas freguesias, é geral, e é geral em termos nacionais, tendo a ver com uma contenção de despesa, mas diz a empresa que está a tentar reorganizar-se e melhorar. -----

-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 018

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ZONA RIBEIRINHA DE ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que a zona ribeirinha de Alhandra está bonita, só que “parece uma pessoa com roupa nova, mas que não toma banho”. Aquilo está bonito, as pessoas aproximam-se e dá a sensação de que está muito agradável, mas quando se aproximam bastante apanham um desgosto enorme, que é a quantidade de lodo, que neste momento já está tapada por uma série de arbustos ou ervas, o que resulta num mau cheiro. Das últimas vezes que lá estive os ratos tomaram conta daquele lugar, e não está uma coisa bonita. -----

Há cerca de 2 anos a Srª Presidente disse, quando o próprio colocou esta mesma questão, que ia haver uma articulação com o Porto de Lisboa para uma intervenção no local. Não sabe até que ponto a intervenção está bem-feita, mas dá a ideia de que as águas não conseguem passar por ali, e fazer a drenagem que é necessário fazer, mas a Srª Presidente disse que esta articulação com o Porto de Lisboa iria certamente ocasionar uma intervenção mais ou menos rápida, para que isto se pudesse tratar. -----

O tempo vai passando, acha que esta é pelo menos a segunda vez que está a levantar o problema, e gostava que a Srª Presidente lhe desse alguma informação.-

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que em junho vai voltar a realizar-se o Cruzeiro do Tejo, um cruzeiro de tradições em Alhandra, e espera-se nesse mês também ter oportunidade de trazer ao concelho, como a Srª Presidente sabe, alguns estrangeiros, nomeadamente na sequência de uma tentativa em que todos vão lutar para o concelho ter algumas vantagens, com a realização em Portugal da Conferência Mundial de Rotary. Por isso, pergunta se realmente se espera poder concretizar até junho o arranjo urbanístico envolvente à Náutica, às suas novas instalações, que foi aprovado pelo orçamento participativo, porque seria uma possibilidade de se poder já apresentar uma “cara lavada” e um arranjo muito mais atraente do que está até agora. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando, quanto à situação dos ratos, que tem também a ver com a questão da mexida nas infraestruturas.-----

Quanto ao lodo, teve há instantes oportunidade de dar uma volta por Alhandra e estar também no local, sendo que se tem neste momento entre mãos uma



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº

Relativamente ao arranjo urbanístico da zona envolvente à Náutica, não tem essa informação consigo, e vai averiguar.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 020

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
DERROCADAS E DESLIZAMENTOS – ALHANDRA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, colocando uma questão que tem a ver diretamente com a freguesia de Alhandra, que se prende com alguns casos de derrocada e deslizamentos que começam a ser frequentes no concelho, atendendo também às tipologias dos solos, que convém que sejam atenuadas para que não se tornem muito graves. -----

Quanto à zona do Castelo, e à escadinha do Castelo, que é usada pela população para chegar ao ponto mais alto da freguesia, à igreja, e também à casa mortuária e outros serviços, o muro já tem alguma inclinação, tendo a própria uma fotografia para a Srª Presidente ver. Com as chuvas dos últimos tempos abriram-se algumas fissuras no chão e abateu-se o solo, pelo que, tendo em conta que alguns destes incidentes podem ocorrer aquando da travessia dos peões, sugerem uma rápida intervenção da autarquia, para se assegurar que as pessoas que usam, e são muitas, esta passagem, não tenham ali qualquer acidente. -----

Um outro deslizamento acontece na urbanização da Cruz de Pau, no bairro da Chabital, uns abatimentos visíveis e muito significativos. No topo da rua José Maria Tavares existe um prédio recente, onde há uma escada pública que dá acesso às garagens, e consegue-se ver ali um abatimento de cerca de 15 cm, tendo-se até descolado o passeio da parede do prédio. -----

Assim, convinha ver esta situação, a encosta foi alvo de uma intervenção, colocaram-se alguns gabiões para fazer força contra o talude, mas o certo é que as terras têm vindo a vencer esses gabiões, e já há ali algumas cedências que podem ser gravosas. -----

Como o tempo este ano tem sido chuvoso, o que vai agravar a situação, era bom que se tomassem algumas intervenções preventivas, para não haver nenhuns danos mais graves, e também mais dispendiosos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo-se às situações na parte alta de Alhandra, nomeadamente a zona da encosta, junto à igreja, dizendo que de facto a encosta, como se sabe, tem problemas graves há muitas décadas, e até aos dias de hoje. Já houve uma intervenção pesada, não só pelos meios que foram usados como também em termos financeiros. A encosta necessita de outro tipo de intervenção,

A



já se tentaram sensibilizar alguns proprietários de pombais, que os retirassem de lá, porque são uma causa que não beneficia em nada a encosta. Não é uma situação simples, é difícil, que tem de ser tratada com a diplomacia que é necessária, mas, de facto, a encosta vai necessitar no futuro de intervenção, e quando fala na encosta reporta-se também às escadinhas, que têm um muro com uma inclinação já muito apreciável, onde foi mais do que uma vez, acompanhado por técnicos, para verificar se haveria condições de minimizar o problema, para evitar que o muro um dia entre em derrocada.-----

Não há, o que se tem é de demolir aquele muro e fazer outro, e é isso que se vai ter que fazer, sendo uma questão de se encontrarem os meios, internos ou externos, para fazer um novo muro para substituir aquele.-----

Falou-se noutras situações, que têm a ver com deslizamentos que acontecem um pouco pelo concelho, tendo em vista a orografia do território, a que Alhandra também não escapa. -----

Quanto às situações na Cruz de Pau, não é por coincidência, mas está prevista amanhã uma reunião técnica no local para avaliar, e sobretudo exigir a intervenção, numa das situações que a Srª Vereadora não referiu, mas que existe, um deslizamento numa outra zona, em que é necessário urgentemente que seja retirada a terra que está a cobrir os passeios. -----

Depois de esclarecer que se trata da mesma questão, disse que o urbanizador já foi notificado para a resolver, mas sabe-se como são as situações hoje em dia, tal como a Srª Presidente há pouco falou relativamente ao estado atual das empresas, e provavelmente vai ter que se encontrar uma outra solução, na medida em que ele já foi notificado para fazer aquela limpeza. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

QUINTA DE SANTO AMARO - MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se à Quinta de Santo Amaro, no Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, e a uma pergunta que os membros da CDU gostavam de fazer à Srª Presidente.-----

Depois das pessoas serem retiradas dos edifícios chega-lhes a informação, ao contrário daquilo que tinha sido combinado em reunião de câmara, que não utilizaram as casas da câmara municipal, e que esta ter-lhes-á dado autorização para que escolhessem as casas que entendessem, e que iria pagar essa renda.-----

Gostariam de perceber se de facto é ou não assim, porque o que foi combinado é que estas pessoas seriam alojadas nas casas pertença da câmara municipal. Não se recordam, em reunião de câmara, e foram tantas vezes chamados para discutir esta questão do Monte Gordo, porque não existiu nenhuma conversa nesse sentido, e gostavam de saber se é ou não verdade.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que a Srª Presidente sabe que os membros da Coligação Novo Rumo sempre quiseram ter um papel ativo nesta situação, e foram confrontados, efetivamente, com a notícia de que as pessoas tinham sido despejadas. Não é a situação em si que está em causa, porque concordam, é às vezes a forma e princípios que contornam tudo. -----

Assim, em primeiro lugar, perguntam: na passada reunião de câmara já tinham sido os moradores notificados para, em determinado dia, saírem? Se assim foi, gostariam de ter sido informados, e é só por isso, por mais nada, obviamente. -----

Depois, não sabem em que condições neste momento as pessoas estão a viver, se já estão a viver noutras casas, e se já se chegou a algum consenso ou não.-----

Souberam, e também queriam perguntar se é verdade, porque às vezes as coisas são ditas, e cada um, no que vai dizendo, acrescenta mais qualquer coisa, que já houve pelo menos duas reuniões após a saída dos moradores naquela tal sexta-feira, e gostariam de saber por que é que também não estiveram presentes, ou algum dos membros da coligação, pois gostariam de ter participado, como a Srª Presidente sabe. -----

Chegou-lhes ao conhecimento, e queriam perguntar se é verdade, que estarão duas pessoas a guardar o prédio para não deixar ninguém entrar. As coisas foram-



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Ft. Ata 023

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

lhes ditas, e por isso estão a perguntar. -----

Obviamente que ninguém pode entrar, pois ocorre no crime de desobediência, isso não está em causa, mas a questão, se efetivamente estão lá as duas pessoas, é se é necessário, uma vez que todos os recursos são poucos e serão necessários para outras situações, nomeadamente para promover o alojamento das pessoas que estão sem as casas. -----

Há uma outra situação que as pessoas referiram, de que neste momento, devido ao prédio estar selado, não podem lá ir buscar, sem autorização prévia da câmara municipal, nem sequer o correio.-----

A Coligação Novo Rumo, eventualmente, sugere para ponderação, se a Srª Presidente assim o entender, se não será melhor destinar-se um dia, a uma determinada hora, para estar lá alguém, pois pelo menos as pessoas têm de ir buscar o correio, algum bem de que necessitem, roupa ou o que seja.-----

Foi-lhes falada uma outra situação, sobre os contratos de água, luz e gás, já que as instalações continuam ligadas, e as pessoas, embora não estejam a fazer consumos, terão de pagar, e não tem lógica face à situação. -----

Por outro lado, foi-lhes dito, e querem saber se é verdade, que foi intentada nova ação judicial contra a câmara municipal na sequência desta notificação, para a saída da última sexta-feira. Não têm conhecimento, e queriam perguntar se efetivamente há uma nova ação judicial, recente. -----

Pretendem confirmar, embora numa conversa informal saibam que, em princípio, a demolição do lote 2 está prevista para este mês, se efetivamente está prevista para este mês, e por que é que demorou tanto, uma vez que já se fala nessa demolição há algum tempo, que o projeto levava cerca de 2 ou 3 semanas a ser feito, e entretanto já passaram cerca de 2 meses. -----

Por último, informaram-lhes que o bloco A, que é aquele que aparentemente não tem problemas, está a “meter” muita água nas garagens, derivado à linha de água que lá passa por baixo, segundo o que consta. Não sabem se a câmara municipal tem esta informação ou não, e esta última questão não será bem uma questão, será uma informação, e eventualmente uma questão, se a câmara municipal sabe ou não. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que irá explicar em termos gerais aquilo que

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

foi dito, e por acaso até falou com a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus. -----  
Tomou-se, em determinado momento, por unanimidade, uma resolução fundamentada para retirar as pessoas das casas, por razões de segurança clara, houve um momento em que se foi impedido de dar andamento a essa resolução, e a partir do momento em que o tribunal se pronunciou sobre aquilo que tinha sido a interposição face à resolução, o advogado da autarquia disse que a câmara municipal tinha de cumprir a resolução. -----

Estava-se mandatado, tinha que se cumprir, e foi isso que se desenvolveu, pelo que não havia nenhuma novidade em relação àquilo que todos tinham votado por unanimidade. Por isso não houve um despejo efetivo, as pessoas, que eram muito poucas, saíram livremente.-----

Agradece à Srª Vereadora que a possa corrigir nalguma coisa que possa dizer, referindo ainda que não houve duas reuniões, a Srª Vereadora tem feito reuniões todos os dias, a toda a hora, principalmente com duas famílias, estando-se a falar unicamente de três famílias, pelo que é bom também não tornar isto numa coisa de grande dimensão, porque não é.-----

Tomou-se também uma decisão adquirida, havia casas disponíveis, iam-se disponibilizar as casas, e assim se fez. Uma dessas casas vai ser ocupada por uma família, e quanto à maior família, que são 6 pessoas, confirma-se que não havia nenhuma casa que estivesse disponível para aquele agregado familiar. Tem estado em casa de parentes, ninguém está debaixo da ponte, ninguém está a guardar o prédio, no entanto o selo das garagens foi vandalizado ato contínuo a ter sido colocado. Quanto ao outro, como não se tem lá ido, não sabe, e por acaso hoje, que vai ao prédio, a fiscalização confirmará se o selo está intacto ou não. -----

As famílias saíram das suas casas, disseram que tinham as coisas prontas para sair há meses, e a câmara municipal não tinha sentido essa boa vontade, sendo que quando foi para chegar ao prédio, este tinha 3 trancas por dentro da porta, o que quer dizer que a boa vontade era de ficarem no patamar. Saíam da casa, e depois não saíam do prédio. É uma ironia, mas era a verdade dos factos. Portanto, não foi preciso entrar na casa de ninguém. -----

Compreende a situação das pessoas, por incapacidade da câmara municipal em adaptar as casas à sua necessidade, e porque uma família, a da responsável do



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

4

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 025

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

condomínio, foi para Lisboa, e ainda não está finalizado sequer esse processo, porque a senhora entretanto foi intervencionada cirurgicamente, e não pôde tratar de contactar com a câmara municipal, com a Srª Vereadora, durante o tempo que os outros fizeram. Isto não tem corrido ao mesmo ritmo para toda a gente, ou seja, para uma família não tem, para as outras duas sim, que têm andado em conjunto. - Como não havia, quanto àquela questão que já tinha até sido equacionada, que era recorrer ao mercado do arrendamento, e como também já se tinha visto, que se as casas fossem da câmara municipal esta faria um ajustamento em relação ao valor que as pessoas tinham a pagar em função dos seus próprios rendimentos, transportou-se exatamente isso para a questão das pessoas encontrarem uma solução adequada à sua tipologia, e foi o que aconteceu, em 2 casos, mais nada. --- Não há ainda nenhum papel assinado, porque o assunto tem sido acompanhado pelo advogado da autarquia, pelos serviços sociais e pelos serviços da fiscalização e urbanismo, e as pessoas pediram que a proposta elaborada pelo Dr. Manuel Rodrigues, que é uma proposta simples de compromisso, pudesse ser vista pelo advogado que as representa, o que é perfeitamente normal, e levaram o documento para analisar, umas ontem, outras hoje de manhã, e aguarda-se a resposta.-----

No entretanto, pediram que pudessem ir buscar algumas coisas, porque duas das famílias já alugaram casa, e antes mesmo de começar a reunião foi-lhe presente o papel do pedido, e despachou para que a fiscalização as acompanhasse, sendo que as pessoas pediram apoio para o transporte, que foi autorizado, se os carros da autarquia forem adequados para o efeito. -----

Desta forma, não se fez mais nada do que cumprir aquilo que tinha sido acordado, e a própria iria dar esta informação no fim da reunião, mas dado até tantos mal entendidos, resolveu fazê-lo agora, desta forma clara, porque a posição da câmara municipal tem sido sempre rigorosamente a mesma.-----

Para além disso, não se fizeram declarações para a comunicação social no meio daquela confusão, porque se entendeu que aquilo não era um espetáculo, estava-se a tratar com muita seriedade do assunto, falava-se com as famílias, e não se queriam ali carnavais.-----

Quanto à questão do bloco A, não sabe rigorosamente nada, e não sabe se o Sr.




Vice-Presidente sabe alguma coisa ou a Engª Rosário Ferrão, pois nunca ouviu falar disso, e não sabe quem é que comunicou à Srª Vereadora, mas vai-se analisar esta questão do bloco A estar a "meter" água. -----

Relativamente à nova ação judicial, nunca ouviu falar, as pessoas têm tratado com a câmara municipal de uma forma perfeitamente serena, não dando nenhum indício de que haja ali qualquer coisa que não esteja a correr bem, e ainda ontem falaram com a própria duas famílias, e agradeceram muito a ação da câmara municipal. -----

Assim, não é expectável, e a outra pessoa que foi intervencionada também já deixou muito bem claro, junto da câmara municipal, qual era a sua posição, e a relação com os outros, e não há nada que lhe leve a pensar que isso seja verdade.-

Quanto à demolição, o lote 2 não é da câmara municipal, aliás nenhum é, sendo que a câmara municipal desenvolveu os contactos, e houve até a reunião com a Bolsimo, em que todos estiveram presentes. A Bolsimo desenvolveu um procedimento, e não é de ânimo leve que uma entidade resolve desfazer-se de um ativo. No entender da câmara municipal demorou muito tempo a adjudicar o trabalho face à urgência que havia, sendo claro que a empresa a quem o adjudicou só começou a desenvolver o trabalho depois de, "preto no branco", estar a adjudicação consumada. -----

Sendo verdade, o projeto já poderia estar concluído, só estará a partir da segunda quinzena de fevereiro, e é o que está combinado. A empresa está a servir-se de muito do trabalho que a câmara municipal está a fazer em relação aos projetos de geotecnia e tudo o mais, acerca de toda a zona, e tem havido reuniões regulares entre todas as partes, o que permite pensar que há condições para durante o mês de março a Bolsimo estar a proceder à demolição do edifício. Veio agora, muito recentemente, colocar algumas questões à câmara municipal, que se prendem com as responsabilidades futuras deste processo, que serão respondidas pelo advogado da autarquia, e por isso, é este o ponto exato da situação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que em todas estas questões houve uma que lhe despertou a atenção, de avaliar com a atenção que o assunto merece, que é a do aparecimento de águas nas garagens do bloco A. -----

Assim, solicita à Engª Rosário Ferrão que analise esta situação. -----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
SERVIÇOS DE SEGURANÇA NO PÁTIO DA CÂMARA MUNICIPAL – VILA FRANCA DE  
XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se ao pátio da câmara municipal, em que informaram os membros da CDU que a autarquia prescindiu dos serviços da empresa de segurança, que durante o dia já não está no local, e que inclusivamente, nalgumas situações, o quiosque que está à entrada não tem ninguém, e durante a noite vai ser colocado, tal como durante o dia, um cartão eletrónico de acesso ao pátio.-----

Porque entendem que a ser verdade a situação pode colocar em perigo a própria segurança, não só das instalações, mas das viaturas, que são muitas naquele pátio, e que às vezes, de tão mal estacionadas que estão, por falta de espaço, podem colocar em risco a segurança do local, gostariam de perceber se é assim que funciona, se se vai prescindir dos serviços de segurança, e de quem foi esta decisão.-----

Deveria ainda, no entender da CDU, avaliar-se melhor a situação, porque não é certamente a mais correta ter um pátio com tanto valor ali dentro, não guardado, não assegurado por ninguém com especialização nestas funções, e a funcionar com um cartão eletrónico, sem que se possa ter ali uma visão mais concreta daquilo que se passa.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, fazendo apenas uma referência, sem embargo de depois, se calhar numa próxima reunião de câmara, se poder apresentar ou reapresentar o projeto que já esteve na reunião, e que tem a ver com o processo que está em curso de videovigilância das instalações municipais, aproveitando a infraestrutura tecnológica que neste momento já existe no município, na central técnica.-----

A perspetiva, em traços muito largos, é que a partir de um serviço que sob o ponto de vista do pessoal tem que funcionar 24 horas por dia, e que neste momento já tem infraestrutura tecnológica, não só para concentrar todos os alarmes das instalações do concelho, e a perspetiva é ligar todos os alarmes das instalações municipais, mas também de todas as instalações sobre as quais a câmara municipal tem algum tipo de intervenção, como é o caso de todas as escolas do





concelho, em vez de se ter um custo financeiro com este tipo de ligações, passar a ter isto integrado pelos próprios serviços da câmara municipal.-----

Neste momento, no que toca ao pátio e a Povos, que é um assunto que veio à câmara e foi apresentado e conversado também em reunião de câmara, está-se numa fase intermédia, de implementação do processo, que implica que durante a hora do expediente o atendimento ao público deve ser feito tal como é feito em qualquer outra instalação municipal, por serviços da câmara municipal.-----

O processo não é fácil, e diria fundamentalmente por três razões principais. A primeira é pela complexidade dos locais, nomeadamente do pátio da câmara, que tem um conjunto de serviços vasto lá dentro. Por outro lado, a dificuldade centra-se pela formação que também é preciso dar ao pessoal que entretanto ficar afeto a essa unidade orgânica de atendimento. -----

Não tem a mínima dúvida que os problemas são para resolver, esta é a posição da câmara municipal desde sempre, mas não tem dúvidas que internamente o pessoal tem tanta capacidade, e diria tanta ou mais capacidade para fazer este género de atendimentos ou registos, do que tem uma empresa privada, pelo que se se conseguir, no caso, passar este tipo de serviços para dentro da estrutura, em vez de ter “outsourcings” com empresas privadas, essa é a poupança financeira mas também a reorganização dos serviços que está em cima da mesa. -----

Não está a ser fácil, mas estas coisas, que são complexas, devem ter uma análise cuidada, e os serviços estão neste momento a tratar desse assunto. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a preocupação dos membros da CDU é de segurança, e se a questão da videovigilância for tão fácil de colocar no pátio como tem sido, nomeadamente no passeio superior ribeirinho, não sabe como é que vai ser.-----

Depois, já que a videovigilância é para ser aplicada em todos os lados, então não sabe por que é que se andou a adjudicar serviços, como para os centros comunitários do concelho.-----

Não querendo dizer se estão a favor ou contra, pois não é isso que se coloca, como se vai retirar, e colocar o pessoal da câmara municipal, como o Sr. Vereador disse, e também pode concordar que pode ter formação idêntica, o que não sabe, isso significa que se vai abrir o quadro de pessoal, ou será que também se vão utilizar à

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

porta do pátio os trabalhadores ao abrigo do contrato de emprego e inserção? -----  
Se for assim, está mal, está muito mal, e quase que é como a Jorna, quase que faz lembrar o tempo em que as pessoas iam ao cais buscar mão de obra barata, e exploravam-na de uma forma muito eficaz, que é aquilo que os trabalhadores têm sido sempre, e serão sempre, infelizmente, enquanto durar esta política que se vive. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, mencionando que a videovigilância de que se está a falar no projeto que está em curso é uma videovigilância que tem a ver com o acesso às instalações municipais, ou seja, uma questão privada dos edifícios da câmara municipal, e o controlo do disparo de alarmes ou qualquer anormalidade acontecida nesses equipamentos por parte da câmara municipal. -----

Não tem a natureza da questão da videovigilância de zonas públicas, como é o caso dos processos das zonas verdes, passagens superiores e outras, que é um assunto completamente distinto, e que corre, como a Srª Vereadora sabe, junto do Ministério da Administração Interna, e esse então ainda é mais complicado efetivamente, não podendo as coisas ser comparadas umas com as outras. -----

Quanto a uma outra questão que foi levantada, e que não é exatamente correta, tem a ver com o facto de haver presença física, segurança física nos centros comunitários do concelho. Não é assim, o que veio a reunião de câmara foi para um em particular, o de Vialonga, cuja característica, em termos até de infraestrutura do edifício, é completamente diferente dos outros centros, que não têm essa presença física. -----

Não se pode generalizar, porque senão não se estará a fazer a referência em termos de correção. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

AQUISIÇÃO DE TAPETES DE PORTALEGRE-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que às vezes fala-se demais, e pensa que é a situação a que se vai reportar, só que os membros da CDU têm sido bombardeados com a questão dos tapetes que a câmara municipal comprou. -- No entender que têm era se calhar importante ouvir da Srª Presidente a justificação para a aquisição dos tapetes de Portalegre. -----

Recordam-se do assunto ter sido abordado, sobre uma informação da Srª Presidente relativamente à aquisição, mas não se recordam dela ter vindo a reunião de câmara. De qualquer maneira entendem que seria também proveitoso para todos, para se entenderem, e deixar de haver esta conversa que, francamente, não faz nenhum sentido. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que não põe esta questão em dúvida, de forma nenhuma, e até se conversou várias vezes sobre adquirir obras para o património do concelho, pois é uma mais-valia, com o que todos concordam, só que da forma como a situação foi exposta para fora, pelos jornais, é algo que o aflige, porque dá a sensação de que se estarão sempre a fazer gastos supérfluos. -- É evidente que a Srª Vereadora chamou à atenção de que nunca passou por nenhuma reunião de câmara qualquer pedido, e tal e qual como aconteceu com a estátua, nunca diriam que não, porque se trata de um bem que a câmara municipal adquire, para o seu património. -----

A questão está na forma, e o problema foi só a forma, não é a questão da aquisição, que considera importantíssima, até porque estas duas obras, como teve várias vezes possibilidade de conversar, são de uma mais-valia para o concelho. ----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que passou pela reunião de câmara a informação de que a autarquia tinha adquirido os tapetes, e o Sr. Vereador João de Carvalho estava, e disse que sim senhor. Veio para informação de todos, até porque o preço por que foram adquiridas as duas peças era quase o preço de uma, face à situação do mercado, e àquilo que eram os preços habituais, bem como a oportunidade. -----

Não precisava de vir a reunião para autorização, e lembra uma história que ficará para a sua história também, que foi quando se remodelou o edifício da câmara



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 031

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

municipal, em que era preciso comprar mobiliário para o gabinete da/do presidente, e na altura entendeu que não era a própria que ia despachar. Trouxe a reunião de câmara o mobiliário, só que era uma verba relativamente reduzida, estava dentro das competências da presidente, e quando houve uma inspeção das Finanças foi considerada nula a decisão da câmara, porque era uma despesa dentro da competência da presidente, não do órgão, e teve de fazer um despacho, atrasadíssimo, face à observação do Tribunal de Contas.-----

Era exatamente a mesma coisa, o valor estava dentro das competências da presidente da câmara. Trata-se de uma tapeçaria de Rogério Ribeiro, e uma de Nadir Afonso, e estarão expostas dentro deste mês, no Museu do Neo-Realismo.-----

O Sr. Vereador João de Carvalho tomou a palavra, referindo que não põe isso em causa, até porque foi algo sobre o qual conversou com a Srª Presidente e concordou. Contudo, não sabe como é que tudo isto saiu para fora.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que vai explicar o que aconteceu na altura, quando foi contactada pelo Correio da Manhã. Só acha estranha uma coisa, mas que não interessa, e não consegue aferir, e que é o seguinte. Foi acordado solicitar à esposa de Nadir Afonso a disponibilidade de algumas peças para se fazer uma exposição no Salão Nobre, que supostamente teria como pano de fundo a tapeçaria, mas a tapeçaria tem mais 10 cm do que a parede. É feita a conversa com a senhora num dia, e 2 dias depois aparece na comunicação social, e estas coisas não têm nada de secreto, porque se publicou na plataforma em outubro do ano passado a aquisição da peça.-----

Não há nada de escondido, como se compraram os cartoons de Boligán sobre a tauromaquia, e como se vai agora mandar fazer a peça escultórica. Nuns dias diz-se que o município não faz nada a favor da cultura, e no outro dia gera-se uma confusão, porque se compraram umas peças que serão eternas.-----

O assunto veio à reunião de câmara para conhecimento, como os Srs. Vereadores estarão lembrados, constará da ata à altura, e estarão patentes na exposição do Museu do Neo-Realismo ainda este mês. No Salão Nobre da câmara municipal estará patente a exposição de Nadir Afonso, já na próxima reunião de câmara.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU disseram logo que a Srª Presidente tinha informado da pretensão de enriquecer o



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. ~~Ata~~ 032

Reunião de 2013/02/06

Proc.º \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

acervo do Museu do Neo-Realismo, e nesta medida também da própria câmara municipal. -----

Entenderam que isto deveria ter um parecer prévio vinculativo, e foi só essa a questão, pois quando saiu na comunicação social não se aperceberam de ter passado na câmara municipal, ao contrário da peça que a Srª Presidente hoje apresentou, e que teve a concordância da CDU. -----

Explicou a Srª Presidente que no primeiro caso trata-se de um bem, e há uma repartição. Nesta há um trabalho do criador, há uma parte de fundição, e a fundição é um serviço, não é uma empreitada. Há um trabalho artístico, tanto que há uma parte que tem o IVA de uma natureza, e outra parte que tem o IVA a 23%, e essa sim teve parecer prévio vinculativo. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU tinham noção da peça de João Duarte ter vindo para pedir o parecer prévio vinculativo, e por isso estranharam que esta não tivesse vindo, e foi só essa a questão, devendo ficar bem claro que não têm nada contra esta aquisição, e aliás tudo o que enriqueça culturalmente, e favoreça também a própria cultura portuguesa, porque é disso que se trata, é uma mais-valia. -----

Aproveitou para dizer que no site da câmara municipal, onde se dá conta da exposição da peça, fala-se em março de 2011, pelo que convinha retificar. -----

Interveio a Srª Presidente, agradecendo à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, e dizendo que pensa que sobre esta questão estão todos esclarecidos. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

19

20

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

TEATRO SALVADOR MARQUES - ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU vai apresentar, para agendamento para a próxima reunião de câmara, uma proposta para ver se é desta que se consegue recuperar o Teatro Salvador Marques, em Alhandra. -----

Falar do teatro é falar fundamentalmente do valor cultural, mas também sentimental, que liga este equipamento de referência, para além das fronteiras do concelho de Vila Franca de Xira, com a população, designadamente de Alhandra. ---

Assim, em boa hora a câmara municipal, em meados da década de 90, decidiu adquirir aquele imóvel, e o objetivo que estava subjacente à sua aquisição era obviamente a sua recuperação e devolução, em termos culturais, à população. -----

Recorda que essa era uma intenção unanimemente partilhada por todos, e é justo referir isso, inclusivamente, por iniciativa do Partido Socialista, em 1996, deu entrada na Assembleia da República um requerimento solicitando uma atenção particular do Ministério da Cultura para a recuperação desse edifício, infelizmente uma situação que não teve qualquer tipo de consequência. -----

Em 1998 a situação do teatro degradou-se, continuou sem resolução à vista, e em 2009 a câmara municipal anunciou aquele que poderia ser o mais que provável início de obras, tendo presente a ruína do imóvel, e inclusivamente, em 2010, informou-se que o Teatro Salvador Marques, provavelmente, poderia transformar-se numa biblioteca ou num equipamento de referência cultural, com esse ou outro fim múltiplo, mas todas estas promessas não passaram disso mesmo. -----

Em 2010 a câmara municipal, e o então vereador da cultura, informaram a câmara e a população de Alhandra de que estava em curso a elaboração de um programa funcional de base para o teatro, e aquilo que os membros da CDU registam, em 2013, é um desagrado, porque infelizmente, mais uma vez, não surtiu qualquer tipo de efeito. -----

Têm a certeza de que todas as forças políticas têm como ambição e objetivo recuperar este equipamento, e têm a certeza de que a população de Alhandra reivindica a urgência da reabilitação deste equipamento, bem como sabem que este equipamento faz falta ao concelho, e serviria de âncora para a zona ribeirinha de Alhandra, uma âncora eventualmente de âmbito cultural, que tanta falta faz a



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

esta freguesia e concelho. -----

A proposta que têm é muito simples, em primeiro lugar, pedir que a câmara municipal faça a declaração de interesse municipal deste imóvel, que é uma questão da mais elementar justiça, e de correção em relação ao procedimento de salvaguarda deste equipamento, pois a câmara municipal tem que proteger este equipamento. -----

Depois, junto do Governo, exigir a sua classificação como bem de interesse nacional ou de relevância nacional, até para que, no âmbito do quadro de referência estratégico ou o futuro QREN, se possa, de uma vez por todas, também com o apoio financeiro da câmara municipal, devolver à população aquilo que lhe é devido, a reabilitação deste imóvel, e pô-lo ao serviço da cultura deste concelho. --- Esta é uma proposta que, salvo melhor opinião, certamente recolherá o apoio de todas as forças políticas. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, reportando-se ao que foi dito quanto ao tempo em que foi vereador da cultura, apelando à memória da Srª Presidente para uma reunião que tiveram quase no princípio do mandato, em que quando se falou na possibilidade de transformar este edifício numa biblioteca, essa foi provavelmente uma das coisas a que se opôs ao princípio, uma vez que defende a requalificação desta casa como sendo a única casa de espetáculos intrínseca em todo o concelho, porque é a mais antiga e com maior historial. -----

Apesar de não ser uma casa secular era, sem sombra de dúvida, uma casa importante para o teatro e para a cultura no concelho, e esse plano funcional está feito. Foi feito, inclusivamente, dentro do seu próprio gabinete, incluindo uma biblioteca temática sobre artes, e uma zona de restauração. -----

Todo o património e acervo do Salvador Marques que pôde até hoje ser recuperado está nas mãos da câmara municipal, desde lustres a algumas cadeiras, não todas, aos telões, e alguns foram recuperados, mas estão a necessitar novamente de ser recuperados, à própria sala, sendo que as novas normas do IGAC – Inspeção-Geral das Actividades Culturais, não permitiriam que o palco funcionasse da mesma forma como antigamente. O teatro tinha os camarins em fundo, mas pelas regras de medição do IGAC, e por normas de segurança, esses camarins teriam de passar para a faixa lateral, para o terreno que se encontra do lado esquerdo de quem olha



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Ata 035

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

para a frente do teatro. Assim, teriam de passar para um novo edifício, para libertar um espaço de palco que seria necessário. -----

Esse trabalho está feito, mas o problema não se põe assim, sendo evidente que falando com um homem de teatro seria ilógico não pensar que uma das primeiras coisas que gostaria de fazer era recuperar um teatro. Há anos atrás perdeu-se, provavelmente, a oportunidade de fazer ver ao Ministro Manuel Maria Carrilho a possibilidade deste teatro fazer parte da recuperação das redes dos teatros em Portugal, sendo que se decidiu muitas vezes não considerar os teatros municipais ou os de freguesia como teatros a recuperar, o que é um erro. -----

Há uns anos atrás surgiu, numa proposta do Bloco de Esquerda, que lhe foi mandada inclusivamente pela Srª Presidente, a possibilidade de poder haver algum financiamento para fazer a recuperação de algumas destas salas, mas pelo que sabe nada disto foi para a frente, ou pelo menos, como se diz em bom português, ficou tudo em “águas de bacalhau”. -----

A Srª Presidente perguntou-lhe na altura qual era a viabilidade de se fazer a proposta, e colocou à Srª Presidente exatamente aquilo que era necessário fazer, mas depois este processo não foi para a frente. Não sabe se a proposta foi aprovada ou não, provavelmente não terá sido, e seria uma mais-valia, o que não quer dizer que não tenha de haver esforço, de futuro, para tentar encontrar alguma participação, até porque ao longo destes meses em que está novamente a retomar a sua profissão, razão pela qual muitas vezes não consegue estar presente nas reuniões de câmara, tem visto a recuperação de várias salas de espetáculos, algumas, estranhamente, nem sequer quase que financiadas foram, como o caso do Teatro de Albergaria. -----

Este teatro teve um projeto de 4 milhões de euros para recuperação, e não percebeu muito bem como é que se conseguiu fazer a recuperação, mas a verdade é que Albergaria, tal como Vila Franca de Xira, é dos concelhos que têm as suas contas todas em ordem, e provavelmente deve ter sido também com o QREN, que terá alguma influência. -----

Haverá outros casos, como por exemplo Portalegre, que fez um teatro completamente novo, considerando que nalguns casos se deveria fazer um “forcing” para esta região, que é das mais assoladas pelo desemprego e



dificuldades financeiras, já que, como se costuma dizer, uma pessoa que vive no campo, se tiver um cantinho para plantar, não passa fome, mas, no caso do concelho, não tem o seu cantinho, e não pode plantar nada na varanda.-----

As minihortas são uma invenção para ter as pessoas entretidas e a mexerem nas folhas, mas não funcionam para alimentar ninguém, e a verdade é que da parte da câmara municipal se deveria tentar encontrar alguma candidatura, porque não se pode dar ao luxo de perder este teatro, que é um teatro de ferradura, com um historial, apesar de curto no espaço de tempo, mas grande naquilo que passou por lá, até pelos autores que por lá passaram. Seria uma mais-valia para todos que se conseguisse recuperar, inclusivamente de se poder incluir a biblioteca, e pensa que terá passado todo o processo para o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, quando lho entregou, juntamente com o programa funcional, para inserir uma biblioteca temática sobre artes. Não é uma biblioteca municipal qualquer, não é generalista, é uma biblioteca municipal temática sobre artes. -----

A Srª Presidente interveio, mencionando, sem prejuízo do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira se pronunciar, que em termos globais está de acordo com a proposta, que virá à próxima reunião de câmara, e que a CDU vai entregar. Terá de analisar em detalhe, uma vez que unicamente se está a pronunciar sobre os traços gerais. -----

Teve-se inicialmente uma oportunidade, no início do milénio, porém, e em resposta também ao Sr. Vereador João de Carvalho, quando apareceu o programa de recuperação dos teatros destinava-se às capitais de distrito, razão pela qual Vila Franca de Xira ficou de fora. -----

Caminhou para lá, com a proposta, em muito mais do que um momento, e a autarquia ficou de fora, sendo que aliás era algo concertado com a Sociedade Euterpe Alhandrense, e havia uma conjugação muito importante, de reabilitar um espaço, e de poder dar ao concelho uma garantia de continuidade na história, que a todos parecia importante. Estavam todos de acordo.-----

Curiosamente continuam hoje todos de acordo, mas não sabe como é que alguns vão resolver isto, porque se aparecer inserido num plano de atividades e no orçamento, vão votar contra, mas depois estão de acordo, pelo que às vezes há destas idiossincrasias. -----


A Área Metropolitana de Lisboa tem condicionantes sérias em relação àquilo que são as verbas do QREN, aliás hoje não tem, e não há ainda a certeza se amanhã, no âmbito de um novo quadro, pois só se conhecem coisas genéricas, uma coisa destas poderá enquadrar-se ou não.-----

Nunca terá as participações como teve o Alentejo ou Albergaria, estando-se a falar de localizações diferentes, em que o município só tem de pôr 15%, o que é uma “festa”, e seria uma “festa” para a câmara municipal, assim como é para eles, mas alguns não conseguem pôr.-----

Agora, está de acordo em que se desenvolvam na mesma esforços no sentido de ter um projeto, analisar a possibilidade de o enquadrar em algo que possa ser cofinanciado, e que se possa adiantar isto, mas esta também é uma história antiga. Vem o Sr. Vereador Nuno Libório falar na possibilidade da classificação, e já podia ter sido feita por outros, não foi, mas mais vale tarde do que nunca.-----

Assim, na próxima reunião de câmara haverá oportunidade de discutir este assunto.-----

Pede ainda a atenção do Sr. Presidente da junta, uma vez que há pouco, no olhar que andou a lançar sobre Alhandra, viu que há ali alguns tijolos que estão arrombados, e gostaria de tentar perceber se aquilo tem alguma penetração estranha, ou se não é nada, se foi simplesmente alguns que se descolaram e caíram lá para dentro, e até é perigoso que alguém se abrigue lá.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente já disse tudo o que havia para ser dito sobre esta matéria, e acrescenta apenas que, no que toca aos elementos patrimoniais e culturais que foi possível recuperar, como o Sr. Vereador João de Carvalho disse, um elemento muito conhecido e bastante querido sob o ponto de vista técnico e afetivo na zona de Alhandra, a pianola, que se encontra no acervo do Museu Municipal. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo uma questão de precisão, ou seja, a CDU defende a reabilitação integral do edifício Salvador Marques, não defende a demolição do edifício. -----

A Sr.<sup>a</sup> Presidente fez alusão a um projeto com o qual supostamente a CDU esteve de acordo, mas depois não esteve, e não é assim, a CDU nunca esteve de acordo com a câmara municipal em relação à demolição do edifício, até porque ela,


independentemente dos sentimentos que exaltou em cada um dos seus membros, violava o Plano Diretor Municipal. Esta é uma importante precisão, não estiveram e não estão de acordo com a demolição do Salvador Marques. -----

Em relação ao financiamento, é verdade, é escasso, mas provavelmente aqueles que tanto fizeram para que a biblioteca, em Vila Franca, custasse aquilo que está a custar, se tivessem pensado que valeria a pena também investir em Alhandra e neste equipamento, esse mesmo dinheiro, que é de fundo comunitário, e que precisamente poderia resolver este problema, certamente serviria para acudir à reabilitação do edifício, que tanta falta faz ao concelho. -----

Não vale a pena encontrar desculpas onde elas não existem, porque tudo como na vida prende-se com as opções, e a opção que foi tomada sobre o Teatro Salvador Marques nunca teve, até à data, a concordância da CDU. -----

Interveio a Srª Presidente, para esclarecer o Sr. Vereador de uma coisa. A CDU está ilibada do que quer que seja, porque não teve a concordância, mas o que não teve a concordância foi o projeto do edifício do Museu do Neo-Realismo naquele local. Era esse o projeto, e havia divergências, de que estaria ou não de acordo com os parâmetros do antigo Plano Diretor Municipal. -----

Quanto à questão da biblioteca, já se percebeu, e a CDU votou contra, que a CDU não reconhece a necessidade de substituir um edifício que rompe pelas costuras. Esta questão discutir-se-á daqui a 15 dias, pelo que não vale a pena ocupar hoje espaço, já que daqui a 15 dias virá a proposta, e será discutida. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a Srª Presidente pode dizer aquilo que entender, mas a CDU foi a força política que apresentou nesta câmara municipal uma proposta para uma nova biblioteca para o concelho de Vila Franca de Xira. Agora, querer dizer falsidades ou inverdades, a Srª Presidente pode dizer o que quiser, os membros da CDU serão sempre a favor da biblioteca, desde que ela não ponha em causa a construção ou reabilitação de outras infraestruturas necessárias para o concelho. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que não tem nada a acrescentar sobre isso. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Atã 039

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
URBANIZAÇÕES ABANDONADAS-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a um assunto que não é um exclusivo da freguesia de Alhandra, tendo a ver com as construções abandonadas. - Todos sabem que a crise financeira, que também assola os portugueses, as famílias e os trabalhadores, é uma crise que leva à falência um conjunto de empresas, entre as quais as da construção civil. -----

Também sabem que como suporte financeiro à construção civil está normalmente a banca financeira, aquilo que alguns dizem como sendo os mercados, e sabem que nos casos de incumprimento por parte do financiado executa-se hipoteca sobre o bem em construção, ou seja, se aquele que pede dinheiro ao banco não consegue honrar com os seus compromissos, esse bem, mesmo em construção, é automaticamente hipotecado.-----

Por um lado, há um sistema legislativo de insolvências, em que muitas das vezes, mesmo limitando-se a decretar as insolvências, as condições financeiras e o resultado dessa declaração de insolvência acaba por não resolver o problema, e esta situação, infelizmente, também ataca muito o concelho de Vila Franca de Xira. Verificam desta forma que quando os construtores deixam de cumprir as suas prestações pecuniárias à banca, esta muito rapidamente executa a hipoteca do bem em construção, e a partir desse momento tem-se a situação de novo proprietário. -----

A banca torna-se proprietária de muitos imóveis, também na freguesia de Alhandra, e no concelho de Vila Franca de Xira, pelo que o que se tem hoje infelizmente são muitas construções hipotecadas, muitas delas em estado de degradação, insegurança, e não resolvem o problema a ninguém.-----

O exemplo de Alhandra é flagrante, de como a situação que acabou de descrever é infelizmente dramática para muitas empresas, mas também para o estado do património de construção do concelho, e o que os membros da CDU perguntam é se a câmara municipal tem alguma intenção de lidar com esta adversidade, e como pensa lidar com ela. -----

A Srª Presidente interveio, mencionando que esta não é uma questão, nem só de Alhandra, nem só do concelho de Vila Franca de Xira, é generalizada, e quem



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº

Está-se a ver com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a criação de um programa que permita grandes facilidades juntamente com os municípios, para que se torne interessante aos proprietários e às famílias poderem envolver-se nestes processos. Isso é algo que está em estudo, e comunga das preocupações expressas. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ATRAVESSAMENTOS E PERIGOS NA LINHA FÉRREA - ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a uma situação que os membros da CDU sabem que não é um exclusivo de Alhandra, tendo a ver com os atravessamentos e perigos na linha férrea de Alhandra, em que verificam algumas situações que poderiam e deveriam ser resolvidas, se este município tivesse uma atenção particular para essas questões.-----

Verificam, por exemplo, na freguesia de Alhandra, que as paragens de autocarro na EN10 estão muito distantes de qualquer um dos movimentos ou acessos pedonais da vila, sabendo o município o volume de tráfego e o perigo da linha férrea instalada, e que a passagem aérea pedonal que atravessa a EN10 e a linha férrea pode não ter resultado como se gostaria que resultasse, já que, devido à distância e inclinação que tem de ser percorrida por esta passagem aérea pedonal, muitas pessoas, erradamente, precipitadamente, acabam por encurtar distâncias, e fazem-no atravessando diretamente a linha ferroviária.-----

Tal atravessamento, e é importante que se diga, só acontece porque, quer de um lado ou de outro, as vedações são inapropriadas ou inexistentes, tendo os membros da CDU algumas fotografias em que se mostra e evidencia claramente que os guarda corpos mais parecem pequenos escadotes, e que até convidam um saltar para a linha férrea.-----

Depois, quando acontecem as desgraças que todos conhecem, e que também já aconteceram nesta freguesia, há logo alguém, designadamente a REFER, a informar que toda a extensão da linha se encontra devidamente protegida, e quase “intransponível”, o que manifestamente não é verdadeiro.-----

Também quem vem da linha férrea para as urbanizações mais recentes, devido à longa distância a que se encontra esta passagem aérea pedonal, arrisca efetivamente perigos ao atravessar a EN10, e para este aspeto, uma vez mais, além de chamarem à atenção da câmara municipal, verificam que não existe iluminação adequada para todos aqueles que utilizam pedonalmente este troço. ----

Desta forma, deixam a preocupação de que é preciso melhorar as condições de segurança no atravessamento pedonal de e para a linha férrea, e dos movimentos pendulares nesta freguesia de Alhandra.-----





Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº

Há regras, convém que as pessoas respeitem as regras, porque estão a salvar o seu corpo, sendo que vai analisar as questões dos guarda corpos e da iluminação, e marcará esta análise com o Sr. Presidente da junta.-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

FICHAS DE RECEÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reportando-se às fichas de receção da câmara municipal, em que os membros da Coligação Novo Rumo verificaram que há uma diferença entre as fichas dos vários departamentos, e a ficha de receção do Departamento de Planeamento, Gestão e Qualificação Urbana.- Achrom estranho que na ficha de receção deste departamento haja uma nota de rodapé a dizer que os esclarecimentos que constam da ficha de receção não são vinculativos, não têm caráter vinculativo.-----

Quando lê isto questiona: Vale a pena o munícipe ir ao DPGQU ser recebido? Vale a pena darem-lhe informações? Isto não é vinculativo para a câmara municipal, mas será vinculativo para o que se pede ao munícipe? -----

Não entende, até porque não consta das outras fichas de receção, e se constasse faria o mesmo reparo, já que acha que a câmara municipal tem de usar de boa-fé nas receções que faz. -----

Assim, de duas, uma, ou não se sabe responder ao munícipe, e então não se responde, ou se se responde a câmara municipal tem que, efetivamente, garantir que o que se está a responder serve para futuro, não é só por se estar a responder naquele dia. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a Srª Vereadora falou das questões da ficha de receção com um ênfase que regista, dizendo que o urbanismo é a desgraça das desgraças, e que nos outros departamentos é tudo uma maravilha, mas é assim, a Srª Vereadora é que saberá por que é que faz este ênfase, e a única coisa que lhe diz é que em todos os departamentos, e no urbanismo, que é aquele que está sob a sua responsabilidade, faz-se um esforço para que as pessoas que lá vão sejam esclarecidas o melhor possível, e sobretudo há ultimamente uma exigência, que é a dos técnicos serem acompanhados pelos clientes, porque muitas vezes a transmissão de informação nem sempre é coincidente, o técnico diz uma coisa, e aquilo que se passou na receção é outra.-----

É óbvio que aquilo que é transmitido às pessoas tem que ser claro, tem de ser objetivo, no sentido de que a pessoa saia da receção e não tenha dúvidas, mas caso haja dúvidas, naturalmente que se farão as receções que forem necessárias.--

A



A Srª Vereadora poderá dar-lhe exemplos, porque o próprio faz mais de 300 receções por ano, os serviços fazem 3 ou 4 vezes mais receções, e não sabe quantas é que os outros departamentos fazem, e o que tem a dizer é que a complexidade dos assuntos é diferenciada, assumindo que é provável que numa ou outra situação a informação prestada provavelmente não terá sido a que deveria ter sido dada, porque faltou mais um elemento, e deveria ter sido dito que faltava mais este ou aquele elemento. -----

Interrompeu a Srª Presidente, referindo que a Srª Vereadora apenas chamou à atenção que no rodapé da ficha diz-se que o conteúdo da mesma não é vinculativo. Tomou a palavra o Arqtº Nuno Santos, dizendo que ao urbanismo e às pretensões dos particulares assiste muito o princípio da discricionariedade, e não é numa reunião de um quarto de hora a meia hora que muitas vezes se consegue fazer a análise de uma pretensão de um particular, e discuti-la toda com o particular, tendo em consideração que algumas são de algum melindre. -----

O particular está convencido que a pretensão é de uma determinada maneira, explicam-se as coisas face à legislação, e muitas vezes não há encontro e, não existindo encontro sobre as questões, ou não sendo possível na sua totalidade estar a assumir ali compromissos com as pessoas, não é possível que muitas das coisas ditas, que se registam, possam ser consideradas como vinculativas, nem tão pouco, quando há dúvidas, se podem registar coisas que sejam consideradas como vinculativas. -----

Em muitas das receções em que há registos delas e são assinadas pelos particulares e pelo técnico que a faz, são assumidos compromissos, e quando o são eles são claros e ficam perfeitamente claros, sendo que quando há dúvidas sobre os processos e não há encontro, é por isso que lá está o parágrafo. -----

Se dá dúvidas, retira-se esse parágrafo, uma vez que para todos os efeitos é um esclarecimento, não traz nem mais nem menor valia, e existe dentro do princípio da informação e do direito à informação, para as pessoas também saberem. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que julga que a questão está esclarecida, e pede desculpa de ter interpretado mal, mas a Srª Vereadora fez um enfoque tão grande que parecia que era uma coisa de muita transcendência, e afinal até nem é. -----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente, dizendo que tem estes assuntos consigo.-----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
CARNAVAL DE ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, saudando e felicitando a comissão do Carnaval de Alhandra, da Sociedade Euterpe Alhandrense, esperando que aconteça tudo pelo melhor, e que esses dias possam ser um escape ordeiro para as dificuldades que todos ultimamente estão a atravessar, com o desgaste que a crise causa. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ACESSO À FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo-se a uma situação que tem vindo a ser abordada por diversas vezes, e que tem a ver com o facto de se ter alertado várias vezes para a dificuldade que a população está neste momento a sentir, no que toca à facilidade de acesso à formação e qualificação, nomeadamente de adultos. -----

Recorda a preocupação manifestada aquando de uma das primeiras medidas tomadas por este Governo, que foi o encerramento dos centros de novas oportunidades - CNO, afetos ao Instituto de Emprego e Formação Profissional.-----

Recorda que no concelho foram cerca de 1 500 as pessoas que, apenas nos CNO das escolas secundárias, tiveram qualificações, quer de ensino secundário, quer de ensino de terceiro ciclo, e nessa altura foi assegurado que as pessoas que tinham um processo em curso junto do IEFP, e nas delegações de Vila Franca e Alverca, teriam os seus processos transferidos para os CNO das escolas secundárias do concelho, ou seja, a Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, e a Escola Secundária Alves Redol, em Vila Franca de Xira. -----

Um dos argumentos utilizados foi até que, tendo em conta a proximidade destes dois equipamentos, isso ficaria facilitado. -----

Tempos depois deu-se conta que afinal não era bem assim, e que as pessoas que estavam em processo de certificação e de formação estavam ou tinham os seus processos sem nenhum acompanhamento. Efetivamente, mais tarde, o ano passado, verificou-se que também no centro de novas oportunidades da Escola Secundária Alves Redol, que tinha cerca de 500 processos em certificação, 500 cidadãos que estavam lá a proceder à sua certificação e formação ficaram sem oportunidade de concluir os seus processos formativos. -----

Recorda ainda que a estratégia que tem sido seguida, de limitação do ensino noturno, tem vindo a dificultar cada vez mais o acesso dos adultos à qualificação escolar, e também à qualificação de ativos empregados, à qualificação formativa, de formação profissional. -----

Recentemente, o último CNO que restava no concelho, que era na Escola Secundária Gago Coutinho, e que tinha em processo de certificação mais de 1 500



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Continuar-se-á a acompanhar esta matéria, juntamente com a comunidade educativa e o Conselho Municipal de Educação, mas a verdade é que é um assunto que, sob o ponto de vista da formação e da qualificação, assume no concelho a maior das gravidades.-----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
EXPOSIÇÃO SOBRE BRINQUEDO TRADICIONAL -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, informando que na sexta-feira inaugura no núcleo museológico de Alverca a exposição sobre o brinquedo tradicional, que vai poder fazer experimentar às crianças de hoje o que nós, sobretudo os nossos pais, e nalguns casos os nossos avós, vivenciaram em termos de brinquedos tradicionais.-----

Esta exposição é possível, não só com o acompanhamento científico da Divisão de Património e Museus, e da coordenação do núcleo, mas com a participação muito interessada da comunidade de Alverca e da zona envolvente, que aderiu ao chamamento feito por parte do museu, no sentido de receber, não só as suas histórias e brinquedos que ainda tinha em casa, como algumas réplicas que foram feitas de propósito para esta exposição.-----

É uma exposição muito participada, que sugere e convida desde já todos os vereadores e presentes a acompanharem. -----



CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



FL. Ata 051

Reunião de 2013/02/06


Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº 090

Assunto: ATA Nº 1/2013 DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2013/01/09 -----

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2013/01/09, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata da reunião de câmara de 2013/01/09.--


Assunto: VOTO DE PESAR – JAIME ALBERTO GONÇALVES DAS NEVES -----

Presente para aprovação o voto de pesar pelo falecimento de Jaime Alberto Gonçalves das Neves, datado de 2013/02/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, apresentando e lendo uma declaração dos membros da CDU sobre o voto de pesar, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

O Sr. Vereador João de Carvalho tomou a palavra, dizendo que não se queria pronunciar, mas lembra-se bem dos seus tempos de mais jovem, como todos, do clima que se viveu, e aquele com que se estava apontado para ficar. -----

A verdade é que não aconteceu aquilo que estaria previsto acontecer, que era entrar-se numa outra ditadura, que foi aquilo que viveu a Europa de Leste. Não se entrou nessa ditadura, que pelos vistos já desapareceu no resto da Europa, porque não funcionou, nem os planos quinquenais, nem os estruturais, nem os individuais, nada funcionou, porque se esqueceram de uma coisa essencial, o homem é sempre diferente um do outro.-----

Por isso é que são todos iguais mas todos diferentes ao mesmo tempo, e todos têm os seus ideais ou não.-----

A democracia terá sempre dificuldades, mas não quer dizer que a democracia será a melhor das ditaduras. Não quer estar nessa discussão, teve suficientes discussões antes e depois do 25 de Abril, com camaradas do PCP, que apregoavam uma coisa e faziam outra, e viveram essa vivência no duro. -----

Está a dar o seu voto a favor desta proposta, porque respeitava o homem, não quer dizer que respeitasse, às vezes, os seus ideais, pois não é obrigatório, não pensam todos da mesma maneira, mas uma coisa é certa, pensa pela sua cabeça, não pela cabeça que lhe mandam pensar ou pelas cabeças que lhe mandam pensar. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o voto foi aprovado, com os votos contra da CDU. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 053

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 092

1. Assunto: DEVOLUÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES PAGAS PELO IEFP – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ANO DE 2010, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ENCLAVE, E INSTAURAÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA O IEFP -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna do DHSAS/DHS, com NIPG 6888/13, de 29/01, para aprovação da devolução das comparticipações pagas pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito do Programa Enclave, no valor de 22 777,64€, referentes ao ano de 2010, bem como instauração de ação judicial contra o IEFP.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna do DHSAS/DHS, com NIPG 6888/13, de 29/01, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que já em determinado momento tinha dado conta das dificuldades que se tinham com o programa Enclave. A câmara municipal viu aprovadas, em tempo útil, as suas candidaturas, viu remetido o pagamento dessas mesmas candidaturas, e viu, posteriormente, passado mais de um ano, em 20 de abril de 2012, solicitada a devolução do dinheiro referente a 2010, o que significa que já estava a decorrer o segundo ano após a situação. -----  
Na altura ainda não tinha sido liquidado o ano 2011, que a câmara municipal assumiu na íntegra, e sucede que se fizeram diversas diligências, e reconheceu-se à câmara municipal razão pela omissão. Entretanto a própria foi solicitando que se enviasse para execução fiscal este assunto, para a câmara municipal poder contestar, e ter uma ação em relação ao mesmo.-----  
Inclusivamente apresentou o caso ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, que falou consigo e disse-lhe que ia remeter o caso ao Sr. Secretário de Estado do

Emprego. Até ao momento não veio nenhuma resposta, mas também houve recentemente algumas mudanças. -----

Pretendia a câmara municipal abordar o assunto com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, uma vez que era algo que iria levar a uma execução fiscal, mas não foi ainda possível, porque o assunto nunca lá chegou. -----

Acontece, porém, que sucedeu outra coisa, o Instituto, pura e simplesmente, congelou as candidaturas apresentadas pelo município de Vila Franca de Xira. Não tem nada a ver com o Enclave, são todas as candidaturas, tudo aquilo que tenha a ver com a relação do Instituto de Emprego foi pura e simplesmente suspenso, o que cria um sério embaraço quando se está a falar, por exemplo, das tarefeiras das escolas. -----

Tudo por causa desta dívida, que o Instituto considera uma suposta dívida, que não teve nenhum incumprimento da parte da câmara municipal. -----

Tem mantido sempre contactos com o Instituto de Emprego, a nível da presidência, e ao nível local, da direção, e foram sugeridas algumas formas de contornar o problema, com as quais não concordou minimamente, porque na sua opinião, em momento à frente seriam passíveis, numa inspeção, de colocar o município em sérias dificuldades. -----

É hoje trazida esta proposta, depois de analisado o assunto do ponto de vista jurídico, no sentido de pagar e interpor imediatamente uma ação ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, para que o assunto possa chegar ao tribunal e aguardar-se uma decisão, e que não possa também ser suspenso qualquer acesso do município às candidaturas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que se está a falar de um programa, que era o Enclave, que era de extrema importância para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, e que é de uma injustiça extrema que tenha chegado ao fim, porque, atendendo ainda por cima à crise que se vive, se não é fácil para as pessoas sem deficiências arranjar emprego, para estas então será ainda mais difícil. -----

Era um programa importante, e recorda que terminou em 2010, tendo a Srª Presidente esclarecido que a câmara municipal terminou só em 2011, porque assumiu o pagamento até ao fim do ano, e inclusivamente integraram-se algumas

das pessoas no quadro de pessoal.-----

Retomou a palavra a Sr Vereadora, dizendo que foram integradas em instituições de solidariedade social, bem como na Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, estando recordada dessa situação.-----

Contudo, o programa, a nível nacional, terminou em 2010, e portanto é uma decisão muito má para estas pessoas com necessidades especiais, e para a CDU é muito simples, o programa tinha 5 anos de duração, começou em 2007, a candidatura estava aprovada, e ele teria que funcionar forçosamente, pelo menos até 2012. -----

No entender dos membros da CDU a câmara municipal não é culpada, porque recebe a verba que lhe está destinada, sendo que, por exemplo, quando se assinam contratos de trabalho as novas leis não são retroativas, e neste caso também não deveria haver esta questão de retroatividade no programa Enclave. --- Aquilo que pensam é algo diferente daquilo que a câmara municipal quer ou propõe fazer, porque entendem que se se devolver o valor das comparticipações, e compreendendo aquilo que a Srª Presidente coloca, está-se de alguma forma a assumir um erro que não é da autarquia. -----

A câmara municipal recebe um dinheiro de forma legal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional continua a pagar à câmara municipal, por um serviço que a mesma de facto prestou, pelo que é de uma injustiça extrema, e no entender da CDU a câmara municipal deve instaurar uma ação judicial contra o IEFP, mas também não deve devolver comparticipações que lhe eram totalmente devidas.-----

A Srª Presidente interveio, mencionando que se a câmara municipal não pagar cria-se uma situação de dificuldade enorme. Em primeiro lugar, não pode preencher o quadro de pessoal com todas as pessoas de que se necessitam, porque inclusivamente, neste momento, está-se com o saldo de 1 negativo, o que significa que se não for despachado nenhum dos pedidos de aposentação que foram apresentados pelos funcionários da autarquia, há 1 funcionário a mais, não se poderá admitir ninguém até ao fim do ano, e será penalizada. -----

Quando se está a falar nisto está-se a falar da câmara municipal e SMAS, sendo que a câmara municipal cumpre rigorosamente, mas o Governo entendeu que já não bastava ter cumprido, em relação ao número de funcionários de 2008, e tinha



que, em relação a esse número, ainda, em 2013, voltar a baixar mais 2%. -----  
Ora, sucede que se não se puder recorrer a estas candidaturas, como se tem feito até agora, fica-se com um conjunto de serviços sem resposta, que não funcionam, e daí pagar-se o dinheiro que é pedido, não assumindo nenhuma responsabilidade neste processo, mas assumindo de imediato uma ação contra o Instituto de Emprego, em defesa dos direitos da câmara municipal.-----

Se se avançar com a ação em primeiro lugar, e não se pagar, fica-se com um problema não se sabe durante quanto tempo, porque aquilo que foi sugerido foi, por exemplo, que a autarquia pudesse, através das juntas de freguesia, fazer as candidaturas e depois a cooptação, o que não é possível, em termos de legalidade. O problema da autarquia é muito concreto, de operacionalidade. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, dizendo que concorda e compreende tudo o que foi dito, tanto pela Srª Presidente, como pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, e os membros da Coligação Novo Rumo, face às explicações da Srª Presidente, que agora foram prestadas, acham que não há outra solução senão atuar-se conforme é proposto. -----

Também entendem que é uma injustiça, e a ilegalidade foi cometida por parte do Instituto, não por parte da câmara municipal, pois nem tem a ver com retroativos, o Instituto continuou a proceder ao pagamento, mesmo após a vigência da lei, só que depois reparou que as leis estavam em vigor.-----

Disse a Srª Presidente que há 1 ano que a câmara municipal vem a argumentar e a contra-argumentar, por escrito, reuniões, conversas, contactos com o Governo e toda a gente, porque entende que é uma injustiça. Em primeiro, como disse a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumpriu integralmente a sua parte, aquelas pessoas trabalharam, pouco ou muito, não interessa, mas era um compromisso social do município a sua integração no mercado de trabalho, pagou a parte que lhe correspondia, e tinha um documento assinado, aprovando uma candidatura. Recebeu o dinheiro, passou-se tempo em cima disso, já se estava num outro processo, e não havia notícias, tendo sido o que aconteceu. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que considera que esse princípio tem que se aplicar ao Instituto, porque continuou a pagar, e não era a câmara municipal que ia dizer que tinha saído a lei, e que o Instituto não



Fl. Ata 057

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

tinha que pagar. Se o Instituto continuava a pagar no âmbito de um contrato, não há dúvidas. \_\_\_\_\_

Desta forma, a Coligação Novo Rumo considera, face às explicações, que não há outra solução senão prosseguir desta forma, como o Sr. Manuel Rodrigues diz, sendo que, eventualmente, para se marcar uma posição, e para não acontecer aquilo que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso estava a dizer, que parece que se está a dar razão ao Instituto, no ato da devolução ser explicado que se está a devolver o dinheiro só porque o mesmo está a pressionar com esta medida, pois acaba por ser uma pressão.-----

Pode fazer-se um texto construído desta forma, só para fazer ver que se está a devolver, não porque se está a dar razão, mas porque a câmara municipal se vê “obrigada” a isso, a fim de não obviar a uma série de outros procedimentos futuros, que nem têm qualquer relação com o Enclave, mas, obviamente, como é a mesma entidade, usa agora destas manobras de pressão.-----

Assim sendo, votam a favor, -----

Interveio a Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que, não havendo outra alternativa, também pensa que é o melhor que se faz, reforçando contudo que a injustiça é tão grande que se está com um problema de pessoal, o Estado não deixa colocar pessoal, e as câmaras municipais assumiram uma obrigação, que foi o ensino do primeiro-ciclo, em que o Estado sacudiu a “água da sua capota”, põe as câmaras municipais com responsabilidade, não só da manutenção dos edifícios, mas da contratação do pessoal não docente, e agora deixa o município assim. -----

É de uma injustiça e de uma falta de respeito, e é até antidemocrático, uma coisa que não se faz, e um desrespeito para com o poder local. -----

A Srª Presidente interveio de novo, dizendo à Drª Lurdes Pinto que depois verão o teor do ofício que irá acompanhar o documento de pagamento. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, questionando se estas alterações em termos de secretário de Estado não foram alterar também a supervisão sobre o Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

A Srª Presidente interveio, explicando que, tanto quanto sabe, e daquilo que têm sido as conversações com o gabinete do Sr. Ministro da Segurança Social, Dr. Mota Soares, foi solicitado que pudesse ser desenvolvido um outro despacho, no sentido





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 058

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

de vir a considerar isto um encargo do Instituto, mas até à data, da parte das Finanças não houve abertura nenhuma, sendo esta a situação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Assunto: NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/02/01, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da nomeação dos vereadores, Francisco do Vale Antunes, Presidente, Fernando Paulo Ferreira, 1º Vogal, e Maria da Conceição Santos, 2º Vogal, como membros do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, com início de funções a 1 de março de 2013. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que este assunto já veio uma vez a reunião de câmara, e está-se agora perante uma situação que decorre da lei, que não pode falar no vazio, ou seja, a lei diz que 6 meses após a publicação da mesma, e termina no fim do mês de fevereiro, o conselho de administração dos SMAS não pode ser constituído por pessoas que não sejam eleitos da câmara municipal, de modo a que exerçam aquelas funções sem direito a qualquer remuneração. -----

Neste contexto, teve de trazer de novo uma proposta à reunião de câmara, para preenchimento de 2 lugares, a partir do dia 1 de março. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando, tal como da última vez que foi apresentada a nomeação para o conselho de administração dos SMAS, não foi apresentada, nem a fundamentação destas nomeações, nem as funções e as responsabilidades de cada membro, no entanto, não pretendem os membros da CDU, de forma nenhuma, que os SMAS tenham alguma dificuldade nas suas condições de funcionamento, pelo que, como é lógico, não é pela CDU que as pessoas não vão ser nomeadas para os cargos. -----

Assim, vão-se abster nesta votação. -----

Interveio a Srª Presidente, questionando o sentido de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, tendo-lhe sido respondido que se abstêm. -----

Disse ainda que os vereadores ajudaram a ultrapassar uma dificuldade séria no funcionamento. -----

Deliberado, por maioria, com as abstenções dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

-----  
-----



Fl. Ata 060

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº **094**

Assunto: APOIO MUNICIPAL À SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE PARA  
REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE ALHANDRA 2013 -----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/01/30, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio municipal, no montante de 7 500,00€, à Sociedade Euterpe Alhandrense, destinados à Comissão Organizadora do Carnaval de Alhandra, para comparticipação nas despesas efetuadas com a organização do Carnaval de Alhandra 2013. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

05.apoio.Soc.Euterpe

Assunto: AQUISIÇÃO/UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA ESCOLA NAVAL DA MARINHA – PROPOSTA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA -----

Presente para aprovação a proposta da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/01/23, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para desenvolvimento das diligências necessárias junto da administração central de forma a garantir a gestão/posse das instalações da antiga escola naval da Marinha, visando a instalação de serviços públicos.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU é proponente, e pensa que todas as forças políticas terão tido oportunidade, certamente, de ler e de se reverem no fundamental com esta proposta. -----



A questão de fundo é a de que se sabe que aquele património pertence ao Estado, que são todos, e o município de Vila Franca de Xira deve ter uma atitude mais exigente em relação a esta questão.-----

Não sabe o que é que se tem de fazer mais, mas certamente aquilo que se tem de fazer é não deixar que o Estado central e os sucessivos governos fiquem indiferentes ao facto de o tribunal funcionar sem condições, e as instalações das forças de segurança serem aquilo que são, bem como, como já foi dito, infelizmente para surpresa de muitos, a CDU incluída, se pagar 1 milhão de euros pela utilização de espaços para utilização do Ministério da Justiça, e pelo facto de, já agora, porque é uma competência direta da câmara municipal, não se ter qualquer tipo de solução à vista, ou de curto/médio prazo, em relação às novas instalações para a câmara municipal e serviços municipalizados. -----

Se este Governo tivesse tudo isto em consideração, bem como anteriores, bastava apenas fazer este pequeno acerto de contas, pois ao município e aos contribuintes de Vila Franca de Xira devem 3,8 milhões de euros de isenção de imposto municipal de transações, aquando da mudança da propriedade da Centralcer.-----

Portanto, é fazer o acerto de contas, e os membros da CDU vão até mais longe, acham que aquele património automaticamente, e passa a expressão, até deveria reverter para o município, se esse acerto de contas, que é da mais elementar justiça fiscal, fosse efetivamente assumido por este Governo.-----

Para terminar, pensa que o problema é muito sério, estando-se a falar de uma área devoluta, que tem todas as características para ser uma nova área, num novo tipo

de desenvolvimento para o concelho. -----  
Vila Franca de Xira precisa de um “abanão”, e o município precisa de tomar posse deste sítio para devolver à população um espaço que é seu. Aquele espaço, de facto, é uma pena estar como está, e acima de tudo é absolutamente lamentável que sucessivos governos, e este atualmente, persista neste erro, que é, mais vale deixar abandonado e vender ao desbarato, do que ser aproveitado para proveito de todos.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo, para estarem todos ao mesmo nível de informação, que já em determinado momento se tinha falado em reunião na possibilidade das antigas instalações da GNR virem a ser utilizadas pela PSP, e depois aconteceu que a PSP disse que não queria ir para ali. -----

Porém, há cerca de 6 meses houve outro entendimento, houve algumas mudanças, e neste momento o comando da PSP está a desenvolver um projeto para que se possa ver, em reunião, e se possa tomar uma decisão em relação à cedência daquele espaço, e a PSP ficar no centro da cidade. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que este assunto vem num interesse que já se demonstrou em devido tempo, e pensa que todos os que estão dentro destes assuntos não estarão de maneira nenhuma contra esta decisão, do município tomar posse daquelas instalações, não só porque se enquadram numa perspetiva de desenvolvimento, mas de aproveitamento para várias utilizações, como a vertente universitária, utilização de novas instalações para o município, e o próprio aproveitamento da parte de equipamentos desportivos. -----

Seria realmente um aproveitamento muito grande, que era muito importante o município desenvolver, tomando posse daquelas instalações, e seria a requalificação de uma área que está neste momento quase ao abandono, a denegrir-se e degradar-se diariamente.-----

Contudo, uma coisa também os membros da Coligação Novo Rumo compreendem, é que se não for a custo zero, também terá que se saber até que ponto a câmara municipal poderá assumir este compromisso, como pessoa de bem e de bom equilíbrio financeiro, comparando com a situação do aproveitamento do centro comercial, que também era muito útil e importante, não só para uma utilização a



100% de umas instalações que em certa medida estão muito subaproveitadas, como um equipamento que está no centro da cidade, e que é uma pena estar nas condições em que está. Há já um contrato feito, mas não se sabe se a proprietária do centro, que ficou destinado que faria as obras, se encontra em condições de poder fazer isso. -----

Uma coisa é certa, desde que seja a custo zero, compreendem perfeitamente que o município diligencie no sentido de tomar algumas decisões, e fazer com que se consiga reaver aquele património. Senão, se implicar um certo dispêndio de verba, terá que se pensar muito bem até que ponto vai avante ou não todo aquele compromisso do aproveitamento das instalações do centro comercial, para adaptação à implementação de uma série de serviços que estão deslocalizados por vários edifícios, e seria muito útil concentrá-los. -----

Sugerem assim que, ao mesmo tempo que a câmara municipal diligencie para poder adquirir aquelas instalações a custo zero, ou fazer um encontro de contas que não significasse nenhum desembolso de dinheiro, em simultâneo tente ver qual o ponto da situação da adaptação do centro comercial à implantação dos novos serviços para a câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo não saber se todos estarão a par da mesma informação, mas segundo informação prestada pela presidente de câmara o processo de reabilitação do Vilafranca Centro é um não processo, neste momento não existe. -----

É preciso recordar ao PSD que se está a falar de rendas que no primeiro ano começavam por 600 000,00€, ao fim de 5 anos terminavam em 900 000,00€, e pede à Srª Presidente que o corrija, se não estiver a ser rigoroso, com opção de compra ao final de 10 anos por 19 milhões de euros. É deste negócio que o PSD está a falar? -----

Quando o Sr. Vereador fala do acerto de contas, está-se a falar de entidades de bem, com certeza que as negociações têm de ser feitas, e os membros da CDU vão mais longe, acham que logo à partida o Estado português deve 3,8 milhões de euros, para fazer esse acerto. -----

No entanto, a preocupação da câmara municipal deve ser em aproveitar o património público, que é do Estado, pelo que não percebem esta preocupação do

PSD em tratar do problema de um privado. Se houvesse essa disponibilidade e essa opção para tratar do problema das instalações da câmara municipal, tratava já de adquirir a Marinha, sem embargos, sem reservas, sem comprometimentos de ordem nenhuma, porque esta é que é a questão de fundo, tudo se passa no domínio das opções.-----

A questão de fundo é se estão todos de acordo em relação a um conjunto vasto de necessidades, onde se inclui as novas instalações municipais. Verdade seja dita que os membros da CDU reconhecem que essa também é uma preocupação do PSD, mas podem divergir no fundamental em relação à opção imediata, e termina só com isto, porque se abstiveram, uma vez que tiveram muitas dúvidas do ponto de vista do impacto financeiro sobre a estrutura da câmara municipal. Está a falar do Vilafranca Centro, em que o município começa a pagar uma renda que no primeiro ano é de 600 000,00€, ao fim de 5 anos está em 900 000,00€, e para exercer o primeiro poder de compra, e só ao fim de 10 anos, tem de pagar 19 milhões de euros. O Sr. Vereador já reparou quantos edifícios municipais já se teriam comprado com este dinheiro ao fim desses 10 anos? -----

É este relançar de questões que interessa quando se discutem em reunião de câmara as instalações da Marinha, porque falar dessas instalações é falar do património que é público, não é deste ou daquele, e como autarcas do concelho só têm é que exigir aquilo que é de interesse público.-----

Faz só esta chamada de atenção e pede a devida compreensão à força política PSD para que reflita bem naquilo que acabou de dizer, porque se quer defender o interesse público só pode tomar esta iniciativa que é sugerida pela CDU, pois sem que assim seja, sem querer estão-se a beneficiar outros. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo julgar não estar errado e que o local onde está a Marinha tem donos, existe um direito de superfície. -----

Esclareceu a Srª Presidente que não, a Marinha pertence à Estamo, que pagou 8 milhões de euros ao Estado português, não é um direito de superfície, é uma propriedade.-----

Respondeu o Sr. Vereador João de Carvalho que em termos de registo ainda está como particular.-----

A Srª Presidente disse crer que já não, que já foram ultrapassadas as dificuldades,



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

EL-Ata 065

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

e a informação que tem do presidente da Estamo não é essa.-----  
Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, mencionando que esta última parte da conversa dá também conta do próprio conteúdo da proposta que está em causa. -----

O terreno da Marinha constitui uma oportunidade muito importante para a zona norte do concelho de Vila Franca de Xira, e nele cabe um conjunto vastíssimo de intervenções que os vereadores do Partido Socialista, e através de si a câmara municipal, têm vindo a acautelar desde a primeira hora. -----

Há todo o interesse de que aquele território possa vir à posse do município de Vila Franca de Xira, no sentido que se possa potenciar aquela capacidade, e deve recordar que foi o PS e a câmara municipal que tiveram o maior dos cuidados relativamente à reflexão feita sobre aquela matéria no que toca à revisão do próprio Plano Diretor Municipal. -----

Estas coisas são discutidas e pensadas com bastante tempo de antecedência e não foi sem cautela e sem noção das oportunidades que aquele terreno constitui que o PS promoveu, no caso, uma revisão do PDM, que atribui funções eminentemente públicas àquele espaço, até para reduzir os interesses especulatórios que em determinada altura poderiam ter surgido sobre aquela matéria. -----

O PS não pretende para aquele espaço um mero espaço onde se construa, pretende que ali efetivamente se possa desenvolver um projeto que todos têm noção, e ainda há poucos dias, neste mesmo espaço da CURPIFA, em reunião com o movimento associativo de Alhandra, houve oportunidade de conversar sobre esta matéria, e todos têm a noção de que aquele espaço da Marinha pode introduzir uma grande dinâmica a toda a zona norte do concelho e trazer algumas soluções em termos de utilização a esta zona do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Chama a atenção que reduzir a situação praticamente à questão das instalações da câmara municipal não faz sentido, porque é redutora relativamente ao que está em causa. Por outro lado, merece algum raciocínio o retirar do centro da cidade de Vila Franca de Xira, da zona onde está o comércio local, de um conjunto de pessoas que todos os dias se dirige, faz a sua vida, almoça, faz o seu dia a dia e as suas compras junto do comércio local da cidade. Portanto, não é uma discussão que deva ser misturada nesta situação do próprio terreno da Marinha, e sobretudo



reduzir esta a essa situação, que deve merecer pensamento e reflexão da parte da câmara municipal.-----

Acrescentou apenas dois detalhes, e um que crê que é significativo é que esta proposta, sob o ponto de vista da proposta em si, não diz absolutamente nada de novo relativamente ao que tem sido feito. -----

A câmara municipal, e o Partido Socialista fez por isso, conseguiu por via da revisão do PDM o baixar de uns valores que inicialmente estavam pensados para aquele terreno e tem andado à procura de potenciais interessados que possam desenvolver projetos, nomeadamente na área do ensino, e a Srª Presidente já por mais do que uma vez disse isso em reunião de câmara, pelo que se há alguém que tem interesse em obter aquele território é a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e o Partido Socialista muito em particular. Por isso diria que esta proposta em si não traz nada de novo relativamente ao que o PS e o município andam a fazer nesta matéria, não introduz nenhum pensamento sobre este assunto, e é inútil até sob o ponto de vista dos próprios proponentes, porque estiveram completamente ao lado das discussões todas sobre a matéria no que toca à revisão do próprio PDM e a posição que tradicionalmente têm sobre estas matérias é sempre negativa. -----

Deste modo, contar ou dizer que a câmara municipal deve fazer o que já se está a fazer como se fosse uma ideia dos próprios, que a seguir, ou antes, ou estão fora ou votam contra, parece-lhe descabido, mas é uma reflexão que os membros do PS estão absolutamente sempre dispostos a fazer na câmara municipal. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo confirmar, por contacto que fez agora com o presidente da Estamo, que o espaço está registado em nome da Estamo, portanto já não é património público, é património privado do Estado. -----

Disse ainda que não está de acordo com a proposta porque mistura uma série de questões que não lhe parecem misturáveis, e porque coloca a questão na gestão, ou não posse, não pressupondo custos para o município. -----

Isto só tem uma forma de vir à posse da câmara municipal, é esta pagar 8 milhões de euros, mais juros, ao longo de 20 anos, que foi o ponto até onde se conseguiu que a Estamo fosse, para que efetivamente o terreno ficasse para o município, se o município pagasse 8 milhões de euros ao longo de 20 anos e houvesse uma hipótese concreta de conseguir efetivamente que o espaço fosse aproveitado de



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 067

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

imediatamente. Na altura das conversações o que estava em causa era uma unidade de ensino superior, ou do Instituto Politécnico de Lisboa, na área da engenharia, ou do ISEC, ou ainda da Lusófona, e recentemente há um outro interessado angolano, que tem vindo a negociar, não com a câmara municipal mas diretamente com a Estamo, e o que aconteceu foi que estes parceiros não queriam “meter” o dinheiro para as obras, e então não era possível.-----

Às vezes está-se numa posição cómoda de dizer “devem fazer assim” ou “devem fazer assado”, tem é que se perceber como, porque não é acertado investir 8 milhões de euros se o município não tiver ao lado um parceiro forte que esteja disponível para investir 40 milhões, embora que faseadamente, e começar desde logo a dar uso àquilo. -----

A questão da degradação das instalações é uma realidade para a qual a câmara municipal tem vindo a alertar sucessivamente, tem feito muitas visitas ao espaço, com representantes da Estamo e outras entidades, sensibilizando para o problema. Quanto ao tribunal, o município tomou posição pública contra aquilo que é o pagamento do aluguer do depósito de justiça face aos seus custos, quando é necessário um tribunal novo, onde era possível, quase pelo mesmo valor, vir também a acolher o depósito de justiça, e não foi bem-sucedido. Foram negociações atrás de negociações, sugeriu o espaço da Marinha, veio gente que resolve e decide estas questões da parte do Ministério da Justiça ver o espaço, entretanto veio a questão do novo mapa judiciário, tudo ficou em “banho-maria” e nunca mais se ligou nenhuma. -----

A questão que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira levanta não é de somenos importância, e tem a ver com o prejuízo da saída dos serviços municipais do centro da cidade, da mesma maneira que a câmara municipal, embora nem seja proprietária, não lhe afeta diretamente, afeta porque afeta a cidade, tem vindo a intervir naquilo que é a saída do hospital de Vila Franca de Xira para uma zona limítrofe da cidade. Por isso, ainda a semana passada esteve numa reunião com um grupo económico, e vai haver uma reunião com a Misericórdia, no sentido de analisar a possibilidade daquele espaço vir a ser transformado numa grande unidade de cuidados continuados, de que o Governo já reconheceu a necessidade na Área Metropolitana de Lisboa, desde logo na área norte, e efetivamente aquilo

está mesmo a pedir que seja utilizado para uma coisa desta natureza. -----  
Assim sendo, possibilitar-se-ia não só a criação de emprego, mas também garantir-se-ia que continuava a funcionar esta lógica da relação com o comércio local. -----  
Esta foi também já uma das razões, todos estarão lembrados, e consta das atas, quando foi abordada a questão das novas instalações para aquele sítio.-----  
Referiu ainda, como disse na última reunião, que a questão das instalações no centro comercial está praticamente na estaca zero, porque aquilo que eram as condições há 3 anos atrás, quando foi aprovado um documento de compromisso para aquele assunto, não existem hoje, hoje estão completamente alteradas, os custos do próprio espaço são completamente diferentes, considerando o tempo que mediou o assunto, os serviços já deveriam estar naquelas instalações, e ainda estão na mesma. -----  
Aquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu, embora o tenha enunciado por outras razões, hoje, sob o ponto de vista financeiro, já não é interessante para a câmara municipal, e por isso o processo está pendente, para menos, não é pendente para mais, mas a ideia de deslocar os serviços municipais do centro da cidade, seja ao pé da estação, ao pé da atual câmara, não corresponde efetivamente àquilo que é a visão do Partido Socialista dos interesses locais da própria cidade, porque seria esvaziar completamente o centro da cidade, e por isso os membros do PS irão votar contra esta proposta.-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU estão a ficar um pouco surpreendidos pela reação em relação ao conteúdo da proposta. Parece-lhes surpreendente da parte do Partido Socialista esta reação, e aliás já anunciou que vai votar contra a proposta da CDU.-----  
Sabe que a Srª Presidente leu a proposta, que é genérica, mas é uma proposta suficientemente assertiva para, acima de tudo, defender o interesse público na manutenção daquele espaço como espaço a integrar como grande território de mais-valia para o concelho de Vila Franca de Xira, na ótica da utilização e do recentrar e realocação de serviços públicos. -----  
É uma proposta suficiente, mas igualmente suficientemente prudente ao ponto de nem sequer comprometer a autarquia com montantes financeiros ou encargos que possam significar, por exemplo, o prejuízo deste ou daquele projeto no ano

*[Handwritten signature]*

económico em curso, ou eventualmente nos anos económicos vindouros. -----  
Sobre algumas questões, que são preocupações também dos membros da CDU relativamente aos serviços municipais, não podem ficar mais indiferentes ao facto, por exemplo, e só para dar um exemplo, do serviço do Departamento de Gestão e Qualificação Urbana não funcionar nas melhores condições, porque o edifício que acolhe os serviços de urbanismo, e onde está instalado o arquivo urbanístico do município, não tem condições para acolher, quer os trabalhadores, quer os equipamentos, o material e a documentação que lhe dá suporte funcional. Poderia dar mais exemplos de instalações camarárias que estão dispersas um pouco por toda a cidade de Vila Franca de Xira, que deveriam urgentemente ser instaladas em sítios condignos. -----

Aliás, a ideia de centralização dos serviços não é nova, é uma ideia há muito tempo pugnada por todos os presentes, essencialmente para visar a poupança e, acima de tudo, a eficácia do serviço prestado às populações, devendo reparar-se que existem necessidades imediatas, prementes, de corrigir atrofiamentos e estrangulamentos no funcionamento do pátio da câmara municipal. Se algum dia acontecer uma desgraça, e se houver necessidade de ter de se tomar uma medida imediata de urgência, aquele parque de estacionamento é a visão ilustrada de tudo quanto não deveria existir num serviço público, mas que existe há muitos anos, todos sabem bem do que está a falar, e que é preciso tomar medidas. -----

A Srª Presidente recordar-se-á que quando se vendeu o terreno do matadouro foi na perspetiva do município encaixar capital para investir em novas instalações, já se vendeu “um anel”, ainda existem “dedos”, e este terreno da Marinha é um dos dedos que deve ser pertença do município. -----

Sabe que é da Estamo, não está a querer jogar com as palavras, mas a Estamo é uma sociedade imobiliária 100% detida pelo Estado, não se está a falar de um grupo económico empresarial. Bem sabe que o Estado sobre estas matérias tem comportamentos que às vezes não são verdadeiramente de interesse público, ou que não acautelam suficientemente o interesse público, mas a proposta é para se reiniciar a negociação, ao contrário do que possam ser alguns maus pressentimentos, porque, não querendo dar resposta ao Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, recordando-lhe que a CDU, como o Sr. Vereador sabe, tem colocado

*Handwritten mark*

*Handwritten signature*

muitas vezes esta questão do futuro da Marinha, e da última vez que a colocou a Srª Presidente respondeu, dizendo “certamente não será para prédios”. É claro que não, Srª Presidente, e é por os membros da CDU não quererem que ali se construam prédios ou se faça mais especulação sobre o território do concelho que acham que o município tem de se colocar à frente e dizer claramente: “atenção, este terreno deve reverter para o município”. -----

Se o município tiver a capacidade suficientemente inteligente para obter parcerias de interesse para o concelho, que o faça, e se não o fez já o deveria ter feito, sendo isso que esta proposta transporta em si mesmo, a necessidade de ser o município a liderar esse processo antes que outros, com mais capital, ou outro tipo de interesses, comprem aquele espaço e façam dele aquilo que nenhum dos membros da câmara municipal quer que ali aconteça. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, para fazer uma chamada de atenção em relação àquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório referiu, dirigindo-se à bancada do PSD, e ao mesmo tempo apresentar uma sugestão. -----

Quanto àquilo que foi em tempos verdadeiro, atendendo à crise que o imobiliário tem estado a atravessar, concorda plenamente com a Srª Presidente, neste momento os valores têm de ser completamente alterados, e se calhar obrigará a um novo estudo de avaliação e a um estudo económico sobre a transformação e adaptação do centro comercial à instalação de uma série de serviços municipais. ---  
Em segundo lugar, há 3 espaços fundamentais para a alavancagem futura do desenvolvimento de Vila Franca de Xira, senão é uma agonia constante e lenta que está a acontecer, o centro comercial, que neste momento é um cadáver em pé, a libertação das instalações do hospital, que tem de ser repensada, e concorda plenamente que seria uma boa solução a instalação dos cuidados continuados, e por último as instalações da antiga Armada, que pensa que são fundamentais e podem servir de multiplicador para o desenvolvimento de toda aquela área sul do concelho. -----

São 3 espaços completamente fundamentais para a alavancagem a curto/médio prazo para a nova dinâmica que é preciso imprimir a Vila Franca de Xira cidade e a Vila Franca de Xira concelho, por isso, não sabe até que ponto seria realmente importante formar-se uma comissão a nível dos vereadores que pudesse tentar



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

19

*[Signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 071

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

rapidamente encontrar soluções possíveis e concretas para, conforme disse, alavancagem destes espaços fundamentais para Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o essencial foi dito, mas queria dizer que aproveitar as instalações da Escola da Armada para realocização dos serviços da câmara municipal é um erro estratégico e grave para a economia, sobretudo dos serviços e comércio de Vila Franca de Xira, o que não quer dizer que não tenha um pensamento para que aquele espaço possa ser utilizado para outros fins. -----

Disse ainda, dirigindo-se ao Sr. Vereador Nuno Libório, que o Sr. Vereador não tem essa informação, mas o próprio tem participado com a Srª Presidente em algumas reuniões no sentido de estimular a área, e naquilo que o PDM permite que ali seja construído, que como o Sr. Vereador sabe é extremamente restritivo, e não foi por acaso, foi porque se lembra que aquele espaço começou por ter uma avaliação pelo Ministério da Defesa de 24 milhões de euros, no pressuposto de que a revisão do PDM permitiria ali a construção de habitação. -----

A câmara municipal, e bem, teve o cuidado de que a revisão do PDM só considerasse algum tipo de utilização do espaço, por isso mesmo essa salvaguarda existe e a utilização que pode vir a ter é noutras atividades, na área do desporto e da educação, e noutras, com a saúde. Considera, honestamente, que para realocar os serviços da câmara municipal é um erro, e o Sr. Vereador iria ter contra si, e contra a câmara municipal, se essa proposta fosse aprovada e se evoluísse nesse sentido, toda a economia, que passa pelo comércio, restauração e serviços da cidade de Vila Franca de Xira. -----

Haveria uma reação negativa, que seria normal, por isso a câmara municipal, através da Srª Presidente, tem feito muitas iniciativas, e continua a fazê-las, no sentido de atrair investimento no quadro do que o PDM permite, e é isso que se vai continuar a fazer. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a CDU não tem nenhuma discussão fechada sobre a questão das novas instalações, é preciso que isso fique claro, e o executivo do PS sabe isso. O que defende é que deve existir rapidamente o desenvolver do processo de novas instalações, e o que a câmara municipal sabe e tem consciência é que tem um conjunto muito disperso de serviços, que estão mal localizados nalguns casos, e outros apresentam graves


condições de funcionamento pela sua limitada área, inexistente capacidade de expansão ou mesmo deficiência face ao espaço em si mesmo, pelo que reduzir esta questão às novas instalações pode prejudicar o sentimento genuíno que está subjacente à proposta.-----

A câmara municipal tem de funcionar na proximidade com os munícipes, e seja qual for a sua localização, sendo natural que as dinâmicas, como já foram aludidas, de proximidade e acessibilidade, de estimular comércio e economia local, têm de ser tomadas em linha de conta, e os membros da CDU não têm a menor dúvida sobre essa matéria. Existem ou não serviços da câmara municipal que já hoje funcionam fora da sede do concelho, que funcionam em péssimas condições e que eventualmente ali poderiam ser localizados? Existem, e todos os conhecem.-----

Não estão a falar de uma situação fechada, estão a falar de um processo que tem de ser em primeiro lugar discutido com os trabalhadores, e já agora também, porque é conveniente, com a cidade de Vila Franca de Xira. É esse o sentimento dos membros da CDU, não é fazer um “apagão” de serviços públicos na cidade de Vila Franca de Xira e transferi-los para a Marinha, como se automaticamente isso até fosse possível.-----

Não é esse o seu sentimento, e da leitura que se fizer desta proposta com certeza que não se pode tirar essa conclusão. O sentimento é outro, é do município não perder oportunidade de defender aquilo que é “nosso”, onde se inclui também, grosso modo, as instalações da câmara municipal, na sua vertente toda, porque a câmara municipal não é só o edifício onde a Srª Presidente e os Srs. Vereadores estão instalados, existem os pátios, o pátio da câmara municipal, o serviço das oficinas, o DPGQU, o posto de turismo, e não existe, por exemplo, uma casa da juventude. Existem tantos equipamentos que estão tão mal localizados que, dentro de uma nova lógica de planeamento, podem e devem ser relocados, sendo só isto, nada mais. -----

Interveio a Srª Presidente, perguntando aos membros da CDU se lhes pode propor que retirem a proposta, que a reformulem, vindo à próxima reunião de câmara. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que podem até retirar a proposta e reformulá-la, se aquilo que é importante é a questão das instalações, da maneira como está escrito, mas não sabe se o Partido Socialista pensa todo de



FL. Ata 073

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº \_\_\_\_\_

igual modo, uma vez que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira disse logo que a proposta não dizia nada. Não percebe como é que uma proposta que não diz nada faz “correr o pano” que já foi corrido nesta reunião, como a Srª Presidente diz, já se “beberam 10 litros de vinho com uma azeitona”.-----

Perante uma proposta que é vazia não se consegue sair do mesmo sítio, ou é importante ou não é importante, e se é a questão das instalações, a CDU retira a proposta, reformula-a e apresenta-a na próxima reunião.-----

A Srª Presidente disse ter uma ideia ainda melhor, retira-se a proposta e faz-se em conjunto uma proposta, que é a proposta da câmara municipal, e será um teste à competência dos membros da câmara municipal.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que se vai ver se a proposta da câmara municipal terá alguma coisa que interesse ao Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, ao que este respondeu que terá com certeza. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar a ponto da ordem do dia. -----

## 06.proposta escola naval





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

*[Signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fr. Ata 074

Reunião de 2013/02/06

Proc.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação n.<sup>o</sup> 096

Assunto: CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DE POVOS –  
PROPOSTA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

Presente para aprovação a proposta da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/01/28, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para construção de uma rotunda no entroncamento de Povos. -----

Interveio a Sr.<sup>a</sup> Presidente, referindo que esta proposta foi apresentada na última reunião, e solicita ao Sr. Vice-Presidente que se pronuncie sobre a mesma, em face daquilo que têm sido as diligências e negociações para a construção da rotunda, para se poder ser objetivo neste assunto. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que esta rotunda, e sobretudo a insegurança rodoviária desta zona, têm sido objeto de análise por parte da câmara municipal, de há uns anos a esta parte. -----

Nesse sentido, quando a CDU apresentou esta proposta solicitou aos serviços que fizessem uma síntese daquilo que tem sido o trabalho relativamente a esta matéria, estando-se perante uma competência de quem tem jurisdição sobre aquela via, a Estradas de Portugal, que informou a câmara municipal de duas coisas ao longo deste tempo. Em primeiro lugar, que o projeto que está finalizado desde 2009/2010 vai sofrer algumas alterações, e depois, devido a restrições de carácter financeiro, eventualmente ir-se-á fazer a requalificação da EN1 entre Vila Franca de Xira e a Ponte da Couraça, no término do território do concelho, construindo as rotundas que estão previstas, nas quais se inclui esta de Povos. -----

Já se fizeram algumas sugestões, de acordo com um ofício que se anexa a essa informação, de que, enquanto não se construir a rotunda, pelo menos se encontrem soluções provisórias para minimizar os problemas frequentes, alguns até fatais, em termos de acidentes com vítimas mortais, e não foi há muito tempo que isso aconteceu. -----

Desta forma, está de acordo com a proposta da CDU, porque vem ao encontro daquilo que se tem vindo a fazer. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que ouviu o Sr. Vice-Presidente e ficou maravilhado, porque disse que afinal se conseguia estar um bocadinho mais adiantado do que aquilo que a CDU estava a propor. -----

A CDU estava a propor que se fizesse um boneco, que se aprovasse e construísse,



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta dos membros da Coligação Democrática Unitária, -----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº 097

Deliberado, por unanimidade, aprovar a remessa à assembleia municipal para aprovação. -----



1. Assunto: RENOVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2012/07/12 E 2012/09/11, REFERENTES À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES - PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL - CÂMARA MUNICIPAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 65/13, de 01/02, do DAG/DGRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação da renovação das suas deliberações de 2012/07/12 e 2012/09/11, por mais 6 meses, referentes à abertura dos procedimentos concursais para Assistente Técnico (área Administrativa), Assistente Técnico (generalista) e Técnico Superior (área de Economia e Gestão), de modo a que seja possível a homologação da lista de classificação final dos procedimentos.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 65/13, de 01/02, do DAG/DGRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Vereadora Conceição Santos submete o assunto à reunião de câmara para aprovação da remessa à assembleia municipal, com vista à aprovação das prorrogações propostas.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Vereadora Conceição Santos.-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Assunto: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL  
- SERVIÇOS DE REDE CORPORATIVA DE DADOS E INTERNET - SMAS -----

Presente o processo instruído com deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, de 2013/01/30, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia da assunção de compromisso plurianual para a adjudicação dos serviços de rede corporativa de dados e internet pelos SMAS.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se a este assunto em conjunto com os pontos 13 a 17, porque a dúvida que os membros da Coligação Novo Rumo têm é a mesma.-----

Esclareceu a Srª Presidente que estes assuntos são presentes por causa da providência cautelar que os membros da Coligação Novo Rumo interpuseram. Têm de ir à assembleia municipal, razão pela qual vêm a reunião de câmara, para remessa à assembleia municipal.-----

Disse ainda que a CDU solicitou a palavra, e a própria acabou de dar uma explicação que se calhar resolve, ou seja, alguns pontos já estavam aprovados, mas uma vez que a interposição da providência cautelar por parte da Coligação Novo Rumo suspende a deliberação que não obrigava a ir à assembleia municipal, são de novo presentes para remessa à assembleia municipal.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando, quanto aos pontos 14, 15 e 16, que se está a falar de questões diferentes, embora dentro do universo empresarial dos SMAS ou decorrente das suas atividades. Não quer entrar em grandes detalhes, e os membros da CDU não teriam problema em entrar neles, se fosse o caso, mas diz apenas que têm o entendimento de que há algumas matérias que são suscetíveis de ser diretamente assumidas pelos serviços da câmara municipal, e não necessariamente assumidas no âmbito de contratações ao exterior.-----

Entendem que há um conjunto de recursos internos, da câmara municipal, que podem e devem, em nome da poupança e valorização dos recursos, ser melhor potenciadas e aproveitadas, em proveito da solução de imediatamente resolver os problemas das populações.-----

Falam de betuminosos, calçadas e do acompanhamento arqueológico e, por



exemplo, quanto a este último, a câmara municipal tem um departamento cultural, tem, no seu quadro de pessoal, técnicos dessa área, ou se os lugares não estão preenchidos, deve tratar que isso assim seja o mais rapidamente possível. -----  
Se não pode admitir pessoal hoje, antes, quando foi possível, a Srª Presidente também não tomou essa opção.-----  
Esclareceu a Srª Presidente que a câmara municipal tem técnicos, mas estão ocupadíssimos.-----  
Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, para tentar explicar o que está subjacente ao princípio da CDU, que é pelo bem da autarquia, como é o da Srª Presidente, do que não tem dúvidas, mas se existem técnicos na câmara municipal que podem desenvolver estas tarefas, não acha correto que dê a fazer fora aquilo que pode ser assegurado diretamente pelos recursos da autarquia.-----  
Se existem arqueólogos, e se os SMAS fazem parte do município de Vila Franca de Xira, por que razão é que esses arqueólogos não são prioritariamente afetos para trabalhos dos SMAS? -----  
A Srª Presidente vai responder-lhe que isso tem a ver com outros trabalhos nos quais eles estão envolvidos, mas o próprio diz que têm de se definir prioridades. Quem é que as define? Não é o município? Não são os Srs. Vereadores que estão presentes, onde os membros da CDU se incluem? -----  
O mesmo se passa em relação aos betuminosos, e parafraseiam até uma expressão do Sr. Vereador Rui Rei, que não está presente para se defender, mas no caso concreto é até para o elogiar, numa intervenção recente feita numa artéria do concelho, que afirmou, o que reconhecem, que o trabalho feito com recurso às massas quentes aplicado pelos trabalhadores da câmara municipal resolveu um problema que se fosse dado a fazer fora custava mais caro. -----  
É isto que entendem que deve ser o princípio prioritário na tomada de decisão da autarquia, e sistematicamente, por opção, com a qual não concordam, se dá a fazer fora, eventualmente com mais custos e muitas vezes com mais custos financeiros, o que pode ser feito internamente, com os serviços municipais.-----  
Assim, e por uma questão de coerência política, vão votar contra os pontos 14, 15 e 16.-----  
Tomou a palavra o Sr. Vereador Vale Antunes, mencionando que esta é uma das



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 080

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

matérias, para além de outras que já tem referenciado, que o Conselho de Administração dos SMAS, desde que faz parte do mesmo, foi encontrar, de há muitos anos a esta parte, bem implementada nos SMAS, por duas ou três ordens de razão.-----

Em primeiro lugar, os meios que se têm nos SMAS estão alocados a questões muito diretamente relacionadas com a atividade dos serviços, e que é o fornecimento de água às pessoas, e o ataque imediato a qualquer anomalia que neste âmbito aconteça.-----

Isso é feito, e as prioridades têm sido tomadas nesse sentido, criando equipas profissionalmente bem dotadas. Aquilo que é depois a reposição de uma reparação posteriormente, porque, quer a câmara municipal, quer os SMAS, não têm os meios para a fazer de uma forma cuidada, os serviços contratualizam empresas, que têm a obrigação de, no momento que é preciso, em que está a acontecer aquilo que é a atividade própria dos SMAS, imediatamente a seguir fazer a reposição, com meios que permitam resolver a situação.-----

Este foi um princípio que se encontrou nos serviços, e bem, considera-se que continua bem, e optou-se por fazer o reforço das equipas dos SMAS num âmbito diferente, que é exatamente o que disse, no que respeita às anomalias. Resultante dessa atividade, felizmente, sendo os números já do conhecimento dos Srs. Vereadores, que os vão voltar a conhecer na apresentação de contas, naquilo que tem a ver com o fornecimento da água e saneamento, tem havido cada vez menos reclamações nesse âmbito, especialmente da água, mas também no saneamento. - Esta é a posição dos serviços, que os SMAS entendem que se deve manter, porque os resultados têm sido bons.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que há sempre alguma tentação para se imaginar que quem está na oposição fala por falar. Não é o caso, e o Partido Socialista sabe bem que não é o caso.-----

Quanto aos aspetos muito concretos, e empresa Crivarque - Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos Lda, que é a quem se propõe fazer a adjudicação no âmbito do procedimento para o ponto 16, custa à câmara municipal, por 2 anos, grosso modo, 52 000,00€, e a CDU, de uma forma muito simples, pode dizer como é que faria, e ficava mais barato. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 081

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Em primeiro lugar, não abdicaria de ter, no seu quadro de pessoal, ou no seu mapa de pessoal, os técnicos necessários para fazer face a estes trabalhos igualmente necessários, e teria criado as condições necessárias no mapa de pessoal para ter esses técnicos, que são necessários. -----

Se tivesse que dar a fazer fora, até porque estas questões nem são novidade nenhuma, existem universidades e faculdades que até estariam muito agradecidas a um município como o de Vila Franca de Xira, se fossem feitos protocolos dessa natureza, e provavelmente até ficaria muito mais barato para o município, e ajudaria na formação curricular desses trabalhadores, sem utilizá-los na perspetiva de mão de obra precária, mas na perspetiva da formação curricular desses mesmos trabalhadores.-----

Haveria outras opções, e são duas propostas muito concretas que se poderiam aplicar sobre esta matéria. -----

Quando o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS alude ao passado, não sabe a que passado se refere, não sabe há quanto tempo é que fez contas sobre esse passado, mas do passado recente que conhece dos SMAS, que é aquele que mais particularmente os membros da CDU têm vindo a acompanhar, questiona se por acaso o Sr. Vereador estará a referir-se à reabilitação de ruas em Alverca, onde faz-se quase tudo, e é tudo pago pelos SMAS. É disso que se está a referir? Está-se a referir a obras de intervenção profunda em espaço público, se calhar algumas delas que deveriam ser assumidas pela câmara municipal, e que são pagas pelos SMAS? -----

Será que o Sr. Vereador ainda nunca se questionou se algumas das despesas que são necessárias, que decorrem de obras obrigatórias, que dependem de infraestruturas instaladas no solo, não são obras que estão a ser pagas pelos SMAS, quando deveriam ser obras assumidas pelos serviços de obras da câmara municipal? Será que o Sr. Vereador, como Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, ainda não sentiu verdadeiramente aquele apelo, que é, antes de avançar para uma obra, perceber se o serviço ao lado, que é o da câmara municipal, não tem a mesma previsão de fazer a obra, para não haver tanta descoordenação como ainda e infelizmente existe? -----

Este é um conjunto vasto de interrogações, e mais vale resolver para tentar





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 082

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

melhorar, do que nada fazer e piorar a situação, só que infelizmente estes reparos e preocupações da CDU não são de agora. Contudo, em coerência com aquilo que são, o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS não esperaria que os membros da CDU votassem a favor destas propostas, pois não? -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Vale Antunes, respondendo que, naturalmente, num órgão democrático, as forças políticas e os seus representantes votam livremente, como entenderem, o que é objetivamente inquestionável. -----

Sobre as várias interrogações, deve dizer que o Sr. Vereador está menos bem informado, pela fonte que lhe prestou essas informações, porque desde que o próprio é presidente do conselho de administração, o que deixou de haver dos SMAS foi ir a um passeio, fazer uma intervenção de 20, 30, 40 ou 50 cm, num passeio de 1 metro, e deixar o resto por reparar. -----

Isso deixou de existir, os SMAS, quando intervêm, é para reporem igual ao que estava, e de preferência melhor do que estava. Se fizerem uma intervenção de fundo numa área X, obrigatoriamente, e com o seu conselho de administração, independentemente do que acontecer, o órgão SMAS e a câmara municipal são um todo. Se houver uma intervenção que requer uma ação dos SMAS, os SMAS não vão fazer uma intervenção de 1 metro numa área de 2 metros, e deixar o resto por fazer ou, como muitas vezes acontecia, fazer os tais 20 cm ou 50 cm de uma extensão fosse do que fosse, de 1 ou 100 metros, deixando o resto ao lado, sendo que é sempre muito difícil, como o Sr. Vereador sabe, compatibilizar uma reparação de um passeio ou seja o que for, e ficar minimamente harmonioso. -----

O Conselho de Administração dos SMAS deliberou, e naturalmente pensa que bem, quando os SMAS intervêm, fazerem-no no todo, e deve ficar pelo menos como estava, de preferência melhor, sendo esta uma teoria simples de dizer. Para além disso, os SMAS intervêm no todo daquilo que é a sua realização. -----

Dá ainda conhecimento do que acontece quando as obras têm uma envergadura, que naturalmente os SMAS não podem nem devem suportar, que é aquilo que o Sr. Vereador disse, e não insinuou, pois disse com clareza, dando o exemplo da rua Alves Redol, em que os SMAS fizeram a intervenção que tinham de fazer da sua responsabilidade, nas empreitadas que tiveram de fazer, e a câmara municipal fez as suas empreitadas, nas responsabilidades que tinha. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 083

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Contudo, quando os SMAS intervêm no subsolo ou escoamento de águas pluviais, provocando ali alguma necessidade de reparação, aí vão reparar tudo, como é sua obrigação fazê-lo, deixando melhor do que como encontraram.-----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, dizendo que crê que pode contribuir para o esclarecimento de algumas dúvidas que possam existir sobre esta matéria, nomeadamente sobre o trabalho dos técnicos de arqueologia da câmara municipal, que é um trabalho intenso, e feito ao longo de todo o ano, com muito profissionalismo, o que não quis deixar de realçar. -----

O que vem no ponto 16 da ordem do dia é uma tarefa que, efetivamente, sob o ponto de vista da sua natureza, faz todo o sentido que seja entregue a uma empresa especializada, que venha pontualmente fazer os trabalhos que tiverem que ser necessários, tendo em conta, quer a sua repetição, quer a sua profusão pelo território concelhio. -----

Os arqueólogos municipais estão envolvidos num conjunto vasto de tarefas, algumas das quais são publicamente conhecidas e vêm várias vezes à câmara municipal, como seja as escavações do Monte dos Castelinhos, as exposições que estão neste momento a ser preparadas no âmbito da Divisão de Património e Museus, o novo núcleo museológico na Póvoa de Santa Iria, que está agora em construção, cujo conteúdo está também a ser trabalhado por parte dos arqueólogos, e eles devem, e bem, acompanhar alguns dos trabalhos de maior fôlego que possam surgir no concelho de Vila Franca de Xira, nomeadamente no caso destas prospeções que estão a ser neste momento contratualizadas. Caso surjam questões com relevo arqueológico, eles são os primeiros, como é natural, e como sempre foi timbre da câmara municipal, a registar, acompanhar e trabalhar, no sentido até de se elaborar uma carta arqueológica do concelho, com todos estes levantamentos. -----

Contudo, não faz sentido que, para qualquer intervenção que de repente seja necessária no subsolo, em zona que também, no âmbito do PDM, se determinou como obrigando a este acompanhamento arqueológico, os meios humanos da autarquia estejam sistematicamente a ser dispersados para tarefas mais mecanizadas, e que tiram tempo a um trabalho mais profundo, que os técnicos municipais estão neste momento a fazer. -----





Deliberação nº 100



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº 101

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar o envio à assembleia municipal da assunção de compromisso. -----



Fl. Ata 087

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº **102**

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar o envio à assembleia municipal da assunção de compromisso. -----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº **103**

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar o envio à assembleia municipal da assunção de compromisso. -----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº **104**



CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 091

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 103

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 45/13, de 30/01, do DPGQU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/01/16 e 2013/01/29, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 45/13, de 30/01, do DPGQU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO - RUA GOMES FREIRE - VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 51/13, de 28/01, do DPGQU/DF, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno a integrar no domínio público do município, com a área de 7,37m2, sita na Rua Gomes Freire, em Vila Franca de Xira, propriedade de Eduardo Jorge Paulino da Graça de Deus, à qual foi atribuído o valor de 7,37€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 51/13, de 28/01, do DPGQU/DF, planta de localização e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO – RUA VASCO DA GAMA – ALPRIATE - VIALONGA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 46/13, de 24/01, do DPGQU/DF, para aprovação da cedência de terreno a integrar no domínio público do município, com a área de 14,40m2, sita na Rua Vasco da Gama, em Vialonga, propriedade de Luís Manuel Aparício da Silva de Matos, à qual foi atribuído o valor de 14,40€, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 46/13, de 24/01, do DPGQU/DF, planta de localização e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: OBRAS DE URBANIZAÇÃO INACABADAS - LIBERTAÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA DAS INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS DO LOTEAMENTO DA TERRA DO CURRO – SOBRALINHO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 9/13, de 28/01, do DPGQU/DQU, para aprovação da libertação da garantia bancária nº 08730002331880019, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 2002/11/22, no valor de 9 992,00€, referente às infraestruturas elétricas do loteamento da Terra do Curro, freguesia do Sobralinho, solicitada pela Constrofiles, Sociedade de Empreendimentos, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 9/13, de 28/01, do DPGQU/DQU, requerimento nº 4757/13, de 2013/01/23, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: OBRAS DE CONSERVAÇÃO COERCIVAS – LIBERTAÇÃO DE 50% DA RETENÇÃO REFERENTE ÀS OBRAS EXECUTADAS NA TRAVESSA DO ARAÚJO, Nº 8A - VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/13, de 29/01, do DPGQU/SOC, para aprovação da libertação de 50%, no valor de 389,24€, da retenção relativa às obras de conservação levadas a efeito na Travessa do Araújo, nº 8A, na freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada pela Naesteira – Sociedade de Urbanização e Construções, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 10/13, de 29/01, do DPGQU/SOC, requerimentos nºs 45790/12, de 25/07, e 3336/09, de 04/06, auto de receção provisória e caderno de encargos relativo a contratos de empreitadas de obras públicas, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA PELA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE TOPONÍMIA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 9/13, de 31/01, do DPGQU/Direção, para aprovação da isenção do pagamento de taxa referente à emissão de certidão de toponímia, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 9/13, de 31/01, do DPGQU/Direção, regulamento municipal de toponímia e numeração de Vila Franca de Xira, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.--  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo percebem e concordam, no entanto colocam duas situações. Quando os membros da coligação tinham esta área de intervenção na câmara municipal era enviado um ofício às pessoas em causa, a informar, por exemplo, que o lote 1 mudou para o número 14, e estas, com o ofício, iam aos serviços competentes, como a Conservatória, e alteravam o número de polícia, bastando aquele ofício. -----  
Quando, por exemplo, passado 1 ano as pessoas se lembravam que não tinham alterado e precisavam de o fazer, até porque tinham de fazer uma escritura, ou o que fosse, levavam segunda via daquele ofício, ou seja, a câmara municipal não tinha que estar a emitir uma certidão, porque isso também envolve meios e custos para a autarquia. -----  
A questão é que se emite uma certidão e isenta-se o pagamento, mas a câmara municipal tem que ter uma pessoa para fazer a certidão e emití-la, e não sabem se



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Ata 097

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

não bastaria eventualmente tirar uma segunda via do ofício que foi enviado, ou então pôr-se um limite à isenção das certidões, porque a determinada altura uma pessoa que durante 10 anos não fez nada vem pedir uma certidão e não a paga.-----  
Os membros da Coligação Novo Rumo, no fundo, estão de acordo, só sugerem estas duas nuances na situação. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que vai muito mais longe do que a Srª Vereadora, o correto era que com a certidão entregue na Conservatória de Registo Predial oficiosamente fossem alteradas as moradas de toda a gente que está naquele prédio. -----

Os serviços oficiais não fazem isto e exigem que cada pessoa vá fazer esse trabalho, isso é que não é correto.-----

Por exemplo, a Srª Presidente tem um prédio, lança-se uma hipoteca sobre o prédio e os serviços competentes, quando fazem a propriedade horizontal, transportam essa hipoteca para cada uma das frações, então numa alteração desta natureza oficiosamente também deviam fazer isso. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que não é isso que por vezes acontece, e sem prejuízo do Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Qualificação Urbana poder aprofundar mais esta matéria, as pessoas vêm à câmara municipal solicitar as certidões e processa-se no quadro do regulamento de taxas, o que é injusto, é certo, e por isso é que a proposta é presente, para correção dessa injustiça, porque é uma imposição da câmara municipal, não é uma decisão das pessoas. -----

Há situações em que são as pessoas que tomam a iniciativa, logo têm de pagar a certidão, mas numa situação em que é a câmara municipal que impõe, logicamente que também não pode estar a impor o pagamento da certidão. É nesse sentido que a questão é presente, e no seu ponto de vista deverá, parecendo-lhe que sobre isso estão todos de acordo, corrigir-se esta injustiça, porque a certidão é necessária.-----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, mencionando que, de facto, os serviços têm sido confrontados com alguns pedidos de pessoas que dizem que o ofício não chega e que estão constrangidas com esta situação. -----

A certidão a emitir é para o edifício, não é para a fração, e identifica a mudança do número de polícia ou do topónimo referente àquele edifício, automaticamente





FL Ata 098

Proc<sup>2</sup>

Deliberação nº

estende-se às frações, daí que a segunda certidão, caso seja solicitada por terceiros, já deva ser paga, conforme referido por todos na análise deste ponto. ----- Terminou, sublinhando que é necessária a certidão porque há entidades que não aceitam o ofício, os serviços têm sido confrontados com isso, razão pela qual apresentam a proposta nestes termos, e emitirão só uma certidão para a construção, não para os fogos.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 099

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 111

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL "RECUPERE A SUA CASA" – DISCUSSÃO PÚBLICA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/13, de 09/01, do DPGQU/SOC, para aprovação da submissão a discussão pública do projeto de alteração ao Regulamento Municipal " Recupere a sua Casa".-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/13, de 09/01, do DPGQU/SOC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam:-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que esta alteração, se for aprovada, tem que ser posteriormente remetida à assembleia municipal, e visa agilizar e resolver algumas dificuldades com que os serviços se deparavam.-----  
Deu o exemplo do artº 5º, que agora tem uma redação completamente nova, em que o princípio deste programa é ajudar as pessoas com carência financeira, com problemas de carácter social.-----  
Se bem que já se fizesse, não estava previsto no regulamento solicitar uma análise social para verificar se efetivamente a pessoa deveria ter ou não apoio, e manifestamente algumas situações pareciam um grande abuso, de pessoas que não tinham necessidade de estar a ter o apoio da câmara municipal, e no passado tiveram-no. -----  
Para que a matéria fique absolutamente clara, o artº 5º tem agora esta redação, o que possibilita, em caso de necessidade, que sem margem para dúvidas esta análise social possa ser feita.-----  
Depois, no artº 7º, acrescentaram-se os pontos 35, 36 e 37, que no fundo também são a exigência de que o apoio seja concedido, mas há normas a ter em

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

consideração.-----

Há questões, por exemplo, em que a remodelação não é para ter a tentação de ir aumentar mais qualquer coisa, o que às vezes acontece, de destruir partes notáveis do edifício, como ferragens, cantarias e gradeamentos, que são fatores importantes em termos de património, a que às vezes as pessoas não ligam muito, e retiram, na remodelação que pretendem fazer.-----

No fundo, são três pontos que têm em vista a necessidade de se ter orientação e, sobretudo, regulamentação, para preservar o património desses mesmos edifícios.-- Depois, há alterações que se propõem, e que são, por exemplo, no anexo I, a necessidade de na apresentação da ficha de inscrição para a candidatura a este programa se ter de apresentar uma série de documentos que no passado não estava no anexo, e que agora, de uma forma clara, as pessoas sabem que têm de entregar.-----

O anexo II é uma declaração, e é também uma alteração no auto de entrega dos materiais, introduzindo-se um parágrafo, que é o penúltimo deste anexo, e que tem a ver com a utilização desses mesmos materiais.-----

O anexo IV é novo, e prevê aquilo que já aconteceu, felizmente não muitas vezes, quanto aos materiais que são disponibilizados e que não são totalmente utilizados. Já houve condições de o fazer, por exemplo, numa intervenção na zona do Castelo, em Alverca, em que as telhas que foram disponibilizadas não foram totalmente gastas, e foi-se recuperar o que não foi utilizado, bem assim como algum outro material. Houve um caso que só agora se conseguiu finalizar, em que o material foi cedido, não foi aplicado e, pior que isso, desapareceu, mas já se conseguiu resolver esse problema, que existia há muito tempo.-----

Este anexo é relativo a um auto de devolução de materiais, e não existia.-----

Depois, no que respeita à internet, ao site respetivo deste programa, pretendeu-se melhorar, não só, tendo em vista estas alterações, mas também explicar um pouco melhor de que programa se trata, e de que forma as pessoas se podem candidatar.- Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que uma das críticas que tinha era a de que sempre que se faz uma alteração, devia vir numa outra cor. Teve dificuldade em perceber, mas só agora é que está a ver que o documento está escrito a preto e a azul.-----

*A*

*San*

Esta alteração, antes de ir à assembleia municipal, vai certamente a discussão pública, e considera que o documento deve ser já retificado daquelas coisas que se percebe que estão mal, que certamente até terá deixado passar numa outra altura, e não sabe se foi o próprio que analisou ou não, mas que agora não lhe parece que estejam corretas. -----

Considera que há uma série de alterações, e se o Sr. Vice-Presidente quiser anotar, está tudo bem, mas se quiser que se forneçam posteriormente, fá-las-á chegar, porque estão identificadas.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que agradece que o Sr. Vereador faça chegar as alterações. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo, ao falar de alterações, e nos anexos, que o anexo IV está muito bem feito, só que a última parte não tem lógica nenhuma. Tem lógica, no anexo III, quando se fornecem os materiais, dizer-se que só podem ser aplicados naquela obra, mas quando a pessoa faz a devolução, tem que lá constar isso? -----

Diz lá que os materiais entregues só podem ser aplicados na obra, mas se eles já estão a ser devolvidos, não lhe parece que tenha lógica a frase. Assim, já que se está a fazer, deve fazer-se tudo mais direitinho, e é só isso que depois fará chegar, se o Sr. Vice-Presidente não se importar.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se pode acolher a proposta e considerá-la, não havendo nada a objetar. Esta alteração ainda vai para discussão pública, e pode perfeitamente ser acolhida. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente, considerando a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Bernardino Lima.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

19



1. Assunto: DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE AO JUVENTUDE DA CASTANHEIRA - QUINTA DA BARROCA - CASTANHEIRA DO RIBATEJO-  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5/13, de 30/01, do DPGQU/Direção, para aprovação da desafetação de uma parcela de terreno integrada no domínio público para o domínio privado do município, com a área de 1155,00m2, e cedência em direito de superfície da mesma ao Juventude da Castanheira, confrontando a referida parcela a norte com a via pública e herdeiros de Eduardo Gens de Azevedo e limite da propriedade "Grisa, SA", a nascente com o limite da propriedade "Grisa, SA", a sul com arruamento público e a poente com a EN1, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 5/13, de 30/01, do DPGQU/Direção, e duas plantas de cedência, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Presidente, dizendo que este assunto já veio uma primeira vez a reunião de câmara, fez-se uma reunião com o clube, e hoje vem outra vez, para análise. -----  
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que houve, de facto, essa reunião, e foi até sugerida pela CDU, para se perceberem mais alguns pormenores que poderiam ter falhado. Como também foi referido nessa reunião, e sendo o Juventude da Castanheira o dono de obra, a câmara municipal deveria, no entender da CDU, aconselhar o clube a pedir responsabilidades ao projetista, que se enganou redondamente nos cálculos, e colocou o Juventude da Castanheira

14

2007

nesta situação. -----

Provavelmente o clube, por aquilo que foram informados, não se colocou nesta situação sozinho, porque a câmara municipal, o Partido Socialista, entendeu aconselhá-lo a continuar com a obra, e as coisas, no entender da CDU, deveriam ter sido pensadas de outra forma. -----

Voltando à questão da cedência do direito de superfície, quando esta questão veio pela primeira vez a reunião de câmara a CDU sugeriu, porque as dificuldades financeiras não são só do Juventude da Castanheira, pois infelizmente no concelho as instituições estão a passar por dificuldades diversas, e algumas tiveram já este benefício, que foi ter bombas de gasolina de onde retiram algum proveito, que pelo menos as instituições da freguesia da Castanheira do Ribatejo deveriam ser ouvidas, sabendo da sua pretensão em terem também esta benesse da bomba da gasolina. -----

Como a proposta que vem hoje à reunião de câmara não traz nada sobre esse assunto, nestas circunstâncias não vão poder aprovar a proposta, a não ser que a câmara municipal acolha a sugestão, que foi a de ouvir as instituições da freguesia da Castanheira. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que gostaria que se pudessem separar duas coisas, não enjeitando a própria a possibilidade da câmara municipal fazer uma abordagem ao Juventude da Castanheira, no sentido de se fazer essa mesma repartição, não da receita inicial, pela utilização de um terreno que era para ser inicialmente um terreno de propriedade plena do Juventude, e a câmara municipal já explicou as razões que a tinham levado a mudar de posição, mas em relação àquilo que fosse o usufruto da bomba em momento seguinte. -----

Este processo tinha, e esse pode ter sido eventualmente o único erro do Partido Socialista, associada a resolução do problema do Juventude àquilo que era a utilização de um espaço seu para a instalação de uma bomba de gasolina, que mais tarde, pelas razões que se disseram, mas que pode repetir, e que tiveram a ver com os problemas surgidos em Alverca, se entendeu não ser o terreno conveniente, dada a proximidade das habitações, mas que se poderia encontrar outro terreno. -----

Há um pagamento inicial pela cedência do terreno a terceiros, que é o caso do





Juventude à outra entidade que vai instalar a bomba, por um X número de anos, e depois haverá uma exploração da bomba, de onde resultará também uma renda, e que seja essa renda que se possa apresentar ao Juventude, com a proposta de divisão entre as partes. Se assim não for, o que acontece é que o Juventude está longe de resolver a grande parte do seu problema por esta via, que era algo que até podia ter tentado negociar diretamente num primeiro momento, que viria à câmara municipal para aprovar a bomba, que eventualmente se teria aprovado, e depois podia entrar ali numa situação idêntica à de Alverca, que era a de não solução. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, sugerindo que esse entendimento venha, porque considera que altera, de alguma forma, aquilo que está escrito, e como está, os membros da CDU não têm condições de votar. -----

A Srª Presidente interveio de novo, referindo que não depende da câmara municipal. -----

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso tomou a palavra, dizendo que os membros da CDU gostariam de ver a proposta que têm, da auscultação de todas as instituições, colocada por escrito. -----

A Srª Presidente respondeu, dizendo que se irá ver. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, lendo uma declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

A Srª Presidente interveio, perguntando apenas ao Sr. Vereador se esteve na reunião, ao que o mesmo respondeu que não. -----

Prossegiu a Srª Presidente, questionando se a Coligação Novo Rumo não ficou esclarecida na reunião, porque é curioso, já que não colocou questões lá. -----

É estranho, mas está muito bem, e como já tinha respondido à CDU, retira-se o ponto, para apreciação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

1. Assunto: EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA – DESVIO DO PLANO DE TRABALHOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 8/13, de 01/02, do DPGQU, para aprovação da manutenção da vigência do contrato e da execução dos trabalhos ainda por executar até ao dia 2013/03/08, da empreitada de execução do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira, adjudicada ao consórcio Construções Europa Ar-Lindo / Sonangil - Construção Civil e Obras Públicas, SA, sem encargos para o dono da obra e de acordo com o plano de trabalhos ajustado em conformidade com o referido prazo, bem como a não aplicação de sanções contratuais, tendo em conta o interesse público subjacente à finalidade da obra. ----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 8/13, de 01/02, do DPGQU, e requerimento nº 7398/13, de 01/02, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, informando que a CDU votará contra, em coerência com o sentido de voto inicial. -----  
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo fizeram uma visita recente ao local, e desde já agradecem o acompanhamento feito por alguns técnicos da autarquia, na pessoa do Arqtº Nuno Santos, que fez o favor de os acompanhar e elucidar suficientemente sobre toda aquela obra, uma obra em viaduto bastante importante.-----  
Foi-lhes dito que as preocupações têm sido grandes com o empreiteiro, mas se o tempo o permitir, e tem havido uma colaboração muito grande entre o empreiteiro e os serviços da autarquia, parece ser possível cumprir até ao dia 8 de março toda



A7

*[Signature]*

a execução da obra. -----

Por outro lado, havia também a necessidade de passar para lá, antes de 8 de março, uma série de viaturas que traziam o equipamento para o hospital, e parece que isso estava salvaguardado, pelo menos foi o que lhes foi dito.-----

Por isso, e para concluir, gostariam apenas de perguntar até que ponto esta prorrogação de prazo, até 8 de março, põe ou não em causa a inauguração do hospital. Bem sabe que uma prorrogação de 78 dias ainda é importante, mas se não puser em causa, da parte da sua coligação não colocam qualquer problema.----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reiterando os votos de agradecimento do Sr. Vereador Vítor Silva, especialmente na pessoa do Arqtº Nuno Santos, dizendo que a visita foi muito agradável e que foram esclarecidas todas as dúvidas.-----

Gostou imenso de estar dentro daquela obra, que é grandiosa, e após a visita foi-lhe colocada uma questão que gostaria de colocar à Srª Presidente, relacionada com os transportes públicos para o acesso ao hospital, de que se falou na visita. Trata-se dos transportes que a câmara municipal estava a ver com a Boa Viagem, quanto aos horários, e uma questão que lhe colocaram já um dia desta semana é a dos horários noturnos, porque eventualmente vão ser necessários transportes públicos a funcionar durante a noite, e não sabe se isso está previsto ou não.-----


Esclareceu a Srª Presidente que neste momento o que está previsto é que haverá transportes públicos de 15 em 15 minutos, até às 20h00, e depois de meia em meia hora, não crendo que haja transporte de autocarro para além da meia-noite. Contudo, há lá uma praça de táxis, que está absolutamente articulada com a praça de táxis de Vila Franca de Xira, aliás os táxis fazem parte da mesma, e funcionará sempre, as 24 horas, sendo que esse assunto dos transportes já está resolvido.-----

Por seu lado, os transportes começam às 7h00 da manhã. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo, quanto à questão colocada pelo Sr. Vereador Vítor Silva, que se está perante uma obra de grande dificuldade, não só pela sua complexidade, mas também pelo momento excecional, em termos económicos e financeiros, que se atravessa.-----

Tem sido uma luta quase diária para resolver, e para que a obra esteja no ponto de adiantamento que está, apesar de ainda faltar alguma coisa, e esta é a primeira

A



questão efetiva, de obras que se adjudicaram, que praticamente se estão a levar ao colo, fazendo intervenções que não é habitual, contactando com subempreiteiros ou fornecedores de materiais, sendo que há uma questão muito mais importante, que é ter a obra feita. -----

Desta forma, far-se-á tudo o que estiver ao alcance, e dentro da legalidade dos procedimentos, para ajudar a que a obra prossiga. -----

Depois, aquela obra também teve outras vicissitudes, como a realocização de postes de média tensão. A EDP deveria ter realocado os postes de média tensão num determinado momento, mas não o fez, e isso atrasou a obra em quase um mês, porque não se poderia fazer com as linhas. -----

Para além disso, num espaço muito curto, que é aquele, estão-se a fazer 3 obras, o hospital, o acesso e a realocização da conduta da EPAL, que é a chamada autoestrada da água, a conduta de circunvalação, que deixou de estar num determinado troço que abrangia o hospital, na parte superior, para ficar em parte inferior, por questões de segurança, o que quer dizer que coabitaram ali, num determinado momento, 3 obras de grande envergadura, com os meios humanos e mecânicos, máquinas para um lado e para o outro, que tornaram aquilo muito difícil. -----

Por último, nos últimos tempos houve um inverno muito rigoroso, que não ajudou em nada. -----

De qualquer modo, respondendo à pergunta concreta, está-se convicto, e vão ser feitos todos os esforços para que a obra esteja concluída na data que o auto refere, e vão-se, antes disso, criar as condições para que o trânsito pesado consiga passar, para levar alguns equipamentos necessários para que o hospital possa funcionar. São equipamentos de grande tonelagem, de grande envergadura, e para isso necessitam que o acesso esteja nas mínimas condições para poderem transitar. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que reconhece perfeitamente, e desde já louva os serviços da autarquia, pela maneira como têm acompanhado uma obra e um empreiteiro, que calcula esteja em dificuldades, como é parâmetro geral das empresas da construção civil, de modo a que se consiga chegar à data da inauguração do hospital e ter-se a obra concluída. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que pensa que valeria a



pena refletir sobre uma experiência, que até já existiu, até nos países de Leste, pois nem tudo o que lá foi feito foi malfeito, e salvo erro também em Lisboa, que são os táxis coletivos, ou seja, a bandeirada ser paga integralmente, em função da quantidade de pessoas que se desloca dentro do táxi, o que pode ser um fator de elevada economia para os utilizadores dos transportes, para além das horas que a Srª Presidente disse, a partir das quais deixa de haver transporte.-----

Pensa que os táxis, a partir de uma determinada hora, poderiam ser coletivos, para que pudesse haver uma bandeirada para uma deslocação a suportar pelos utilizadores desse mesmo transporte, o que já existe. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, dizendo que pode analisar este assunto, no entanto as bandeiradas estão tipificadas, independentemente do número de pessoas que leva. Há países, como a Grécia, onde isso não é bem assim, e outros, mas em Portugal é assim. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente-----



FT. Ata 109

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

Pelas 18,00h, após a votação do ponto 26 da ordem do dia, a Srª Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

**CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**


Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

CAMINHO ENTRE O BAIRRO DA CIMPOR E A ESTRADA NACIONAL - ALHANDRA-----

Interveio o munícipe, Sr. João Padinha, referindo que o problema que o traz à reunião de câmara é o facto de ter a impressão que Alhandra termina da estação para baixo, mas para além da estação Alhandra ainda continua, e tem mais 3 bairros, onde moram umas dezenas de famílias. -----

Mora há 53 anos naquela zona e há anos que anda constantemente a ir à junta de freguesia, tal como outros moradores, porque há um caminho em que durante cerca de 100 metros, entre o Bairro da Cimpôr e a estrada nacional, não têm onde pôr os pés, e para passarem têm de ir para dentro da faixa de rodagem. -----

Considera que os autarcas deviam visitar aqueles bairros, para verem o que realmente se passa. Mora ali há 53 anos, tem de vez em quando encontrado autarcas a visitar a vila, mas nunca se apercebeu de alguém ir àquela zona ver certos problemas que lá existem. -----

Interveio a Srª Presidente, perguntando em que bairro mora o munícipe. -----

Respondeu o munícipe morar no Bairro da Cimpôr e a situação que referiu passa-se do Bairro da Cimpôr até à paragem do autocarro, numa distância que talvez não tenha 100 metros. Há uma valeta entre a parede e a faixa de rodagem que hoje está feita em meia-cana, porque está constantemente a ter intervenções, uma vez que passam ali muitos cabos e o piso está sempre a ser levantado. Antigamente não era meia-cana completa, era só metade, porque do lado da faixa de rodagem era a 90 graus, e havia um bocadinho de espaço para as pessoas passarem. Com as intervenções, e não havendo fiscalização a ver o que ali se faz, hoje tem uma meia-cana completa que vai parar ao risco da faixa. -----

Os moradores estão cada vez mais velhos e com bastante dificuldade, e o próprio lembra-se de já terem acontecido naquele bocadinho 7 ou 8 mortes, e constantemente há pessoas a cair, todos os dias.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o que o munícipe disse é o seu sentimento, não corresponde à realidade dos factos, e vai-lhe lembrar que a câmara municipal fez um passeio, e até cortou parte do restaurante e de uma tasca junto ao Campo do Hortinha, para garantir alguma segurança às pessoas no atravessamento, e porque muita gente ia ali para o campo.-----



Fl. Ata 112

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº \_\_\_\_\_

O que lhe vai prometer é que a própria, o Sr. Vereador e o Sr. Presidente da junta de freguesia irão ao local analisar e ver o que é possível fazer. -----

Interveio o munícipe, dizendo que já tem ido à junta de freguesia de há anos para cá, e até já tem vergonha de lá ir chatear.-----

Terminou a Sr<sup>a</sup> Presidente, assegurando que irão ao local. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Um dia tem um problema assim, hoje é assado, e o teatro continua sempre parado, é um monstro que está ali hoje, no entanto, no passado não foi um monstro, tem muita história, e é preciso tentar resolver a situação o mais rapidamente possível.--





Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CURPIFA – COMISSÃO UNITÁRIA DE  
REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FREGUESIA DE ALHANDRA-----

O munícipe, Sr. Emílio Corage, interveio, referindo que já há muito tempo não assistia a uma reunião de câmara de que tanto gostasse como esta. Viu um debate muito bom para a população, e também viu quem defende a população e quem não a defende, felizmente para si, são as pessoas que têm estado sempre do seu lado na vida.-----

Informou que a CURPIFA vai fazer anos no próximo sábado, e convida todos os presentes para uma pequena festa em cima do palco, com os seus artistas, para festejar os anos. Não sabe se serão os últimos, ou não, mas pelas coisas que se estão a ver, qualquer dia a Srª Presidente não recebe a chave porque as instalações são da associação, mas eventualmente terá também a participação para dar alguma solução para o caso.-----

Disse que as questões que foram colocadas nesta reunião são graves, pensa que a câmara municipal tem uma responsabilidade muito grande de levar as populações a exigir “desta gente” aquilo a que realmente têm direito, e a câmara municipal também tem responsabilidade, porque foi a câmara que veio também exigir que o pó da Cimpor não viesse para Alhandra, fez-se uma grande campanha, e agora está-se noutra, que não é o pó, é o dinheiro, e não há falta de dinheiro, por aquilo que se vê na televisão, e ainda ontem se viu, ele está é mal distribuído. -----

Por último referiu-se a umas intervenções, depois do que se está a passar no mundo, de um dos vereadores do PSD. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo, com todo o respeito que tem pelo munícipe, que não pode comentar as intervenções dos vereadores. Os vereadores estão no pleno uso dos seus direitos, e a democracia diz isso mesmo, cada um manifesta a sua opinião livremente, como tal, o munícipe não pode fazer comentários.-----

Prosseguiu o munícipe, dizendo não estar contra a opinião do Sr. Vereador, está contra é, depois do que se está a viver no mundo, colocar a questão que o Sr. Vereador colocou. Nem diz o que é, porque é uma amostra de como o mundo está, e não é preciso, ainda se fosse um jovem de 17 ou 18 anos, agora um homem que viveu a guerra! -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

QUINTA DE SANTO AMARO – MONTE GORDO – VILA FRANCA DE XIRA -----

O munícipe, Sr. Armando Gonçalves, interveio, dizendo pretender falar sobre a Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira, e esclarecer parte da mesa e o público em geral o que se passou. -----

A câmara municipal tudo fez para expulsar os condóminos de um prédio particular, os moradores foram tirados à força, com polícia, etc., não levaram canhões, levaram espingardas, mas não quiseram saber para onde os mesmo iam, e o próprio diz que uns foram para casa dos filhos, e outros para casa dos pais. -----

No seu caso tem uma casa apropriada para 2 pessoas, agora tem lá 6, e alguns dormem no chão. -----

Sobre este parágrafo, tem conhecimento que foi feito, não um contrato, mas um acordo, como a câmara municipal lhe chama, por 6 meses, e ao fim de 6 meses os moradores têm de sair dessa casa ou acaba a concessão do acordo. -----

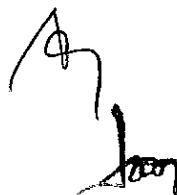
Pergunta à Srª Presidente o que é que se faz se as obras do prédio do lote 2 não estiverem feitas? Se as pessoas do lote 1 não podem ir para lá, este acordo pode ser prolongado? -----

Não foram acauteladas as idas ao prédio para buscar correspondência ou coisas, contagem de água e de luz, e para pedir que desselem as portas, porque estão seladas, terá de se fazer quase um requerimento que, segundo veio a saber, era de um dia para o outro, o que não lhe parece muito bem. -----

Sobre esta questão de ir buscar a correspondência deixa uma ideia, que é a câmara municipal abrir uma das portas 4 horas por semana, e poderia ser uma sexta-feira, toda a tarde, para que as pessoas fossem buscar a sua correspondência. -----

Também quer falar sobre o lote 2 e se é destruído em fevereiro de 2013, pois a Srª Presidente disse que sim. Desta forma, gostaria de saber se há mais alguma coisa sobre esse assunto. -----

Gostaria também de saber o que é que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento irão fazer com a questão dos contadores de água, porque agora ninguém pode ir contar a água, mas os moradores continuam a pagar os mínimos, ou será que isso é tudo suspenso? É o que pergunta ao Sr. Presidente do Conselho



de Administração dos SMAS.-----

Os moradores também gostariam de saber o que é que a câmara municipal vai fazer sobre a questão da eletricidade do prédio.-----

Uma questão que a Srª Presidente falou numa última reunião é que o prédio do lote 2 poderia cair, e se caísse, caía a pino. Isto será para leigos ou para as criancinhas ouvirem, porque para pessoas entendidas, aquele prédio, ao cair, vai fazer muitos estragos. -----

Há aqui pessoas entendidas, e o próprio chamou ao local alguém entendido na matéria, que diz que se o prédio cair, seja de que maneira for, fará muitos estragos, e se forem pessoas a passar ali pode-lhes cair em cima, pois a questão da vedação ali não existe, passam lá autocarros e todo o tipo de trânsito, há estacionamento e passa lá todo o tipo de gente. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que o munícipe veio fazer a descrição dos factos e a própria diz-lhe que os serviços da câmara municipal estão disponíveis a todo o momento para acompanhar este assunto, pelo que a Sª Vereadora Conceição Santos e os respetivos serviços fornecem todos os esclarecimentos a todo o instante.-----

Colocou imensas questões e a Srª Vereadora pode até ir falar com o munícipe e levantar algumas questões. O Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS disse que vai ver a questão dos contadores, mas não haverá por aí nenhum problema. Quanto à EDP, a situação vai ser analisada e articulada com os inquilinos que lá vivem no prédio.-----

Terminou, referindo que a filha do munícipe levou o acordo, disse que ia analisar com a advogada e depois voltaria a falar com a câmara municipal. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº

Interveio a Sr<sup>a</sup> Presidente, referindo que os serviços municipais irão ao local verificar a situação, muito rapidamente, esta semana ainda, e contactarão o munícipe para lhe dizer da sua apreciação.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

CONTINUAÇÃO DO PASSEIO PEDONAL RIBEIRINHO - ALHANDRA -----

Interveio o munícipe, Sr. José Pereira de Freitas, cumprimentando a Srª Presidente, os Srs. Vereadores, os membros da mesa da assembleia municipal, e dizendo que vem fazer um elogio à Srª Presidente e às pessoas que acabou de referir e felicitar pelo trabalho realizado pela câmara municipal na cidade de Vila Franca de Xira. Não vai lá todos os dias, nem todas as semanas ou todos os meses, vai de vez em quando, mas tem visto os melhoramentos que foram feitos na cidade, e vai enumerá-los, que são os prós, para depois falar nos contras. -----

Interveio a Srª Presidente, informando o munícipe que o período de intervenção aberto ao público destina-se a colocar questões, por isso, se tiver alguma pergunta a fazer à câmara municipal agradece que a faça. -----

Prosseguiu o munícipe, referindo que foi feito o passeio pedonal e acabou no Museu Sousa Martins, em Alhandra, e a questão que coloca é: Quando é que o passeio continua até ao posto náutico da Cimpopor? -----

Coloca a questão porque Alhandra é uma vila antiga, com ruas estreitas e de difícil acesso, quando há excursões que vêm ao Museu Sousa Martins têm que vir pela ponte da Cimpopor, e depois têm dificuldade em parar ali, porque há pouco espaço. Assim, as pessoas por vezes têm dificuldade em comer ali o seu lanche e estar a conviver um bocado. Aquela zona está um bocado desprezada, o passeio pedonal acabou ali, e falta mais o outro bocadinho. -----

Na altura, quando o projeto foi feito não foi possível incluir aquele bocadinho, por problemas com a Administração do Porto de Lisboa, mas gostaria de saber, porque acha que aquilo merece ser acabado, merece ter umas árvores e mesas para as pessoas que vêm de fora conviverem um bocado e dar outra vista à vila. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo estar de acordo com o munícipe, mas já lhe fala das dificuldades que tem havido em intervir ali. -----

O munícipe colocou a pergunta e deu a resposta, porque é exatamente como disse, houve mais do que um projeto para aquela zona, e inclusivamente um projeto desenvolvido pelos Amigos do Tejo, que era de colocar ali um barco, como se fosse uma tertúlia do rio, uma coisa muito interessante. No entanto, a câmara municipal encontrou sempre os maiores obstáculos por parte da Administração do Porto de




Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Lisboa, e deve dizer-lhe até que aquele arranjo qualificativo feito pelas pessoas que exploram o “Voltar ao Cais” continua com um processo de contencioso. Aquilo só vem melhorar, mas a APL considera que não, pelo que tem havido realmente uma grande dificuldade em avançar. -----

Concorda absolutamente com o município e com a necessidade, vai retomar este processo, e é o que lhe pode dizer.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
FALTA DE CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----  
Interveio o munícipe, Sr. Lino Assis Nunes, dizendo pretender reiterar um pedido de reunião com a Srª Presidente. -----  
Interveio a Srª Presidente, referindo que foi marcada uma reunião com a Srª Vereadora Conceição Santos, o munícipe disse que não queria reunir com a Srª Vereadora, que era só consigo, indicou as horas a que podia reunir e tudo o mais, estando a reunião marcada para dia 18, às 18h00, e já tem consigo um e-mail. -----  
O munícipe perguntou se será com a Srª Presidente, ao que esta respondeu afirmativamente, tendo o munícipe agradecido. -----  
O munícipe disse ainda pretender reiterar um assunto que diz respeito à sua mãe, uma senhora com 76 anos, que vive em condições desumanas. O próprio ocupou-se do caso a partir de 2009, a partir do momento em que houve uma segunda vistoria. A casa encontra-se com fendas de alto a baixo, o chão abateu, a Srª Presidente viu perfeitamente o estado em que a casa estava 15 dias antes das eleições de 2009, não há eletricidade, portanto há o risco de curto-circuito, por dentro não se pode limpar a parede porque cai, e como o chão abateu os esgotos da casa de banho não se podem fazer, têm de ser feitos no exterior, mas as taxas continuam-se a pagar e a sua mãe tem de viver em condições desumanas. -----  
Houve muita especulação em relação ao que o senhorio devia fazer, o que a câmara municipal podia ter feito e o que a inquilina efetivamente devia ter feito. ---  
A seu ver houve atropelo à lei, quer seja à Constituição da República, à NRAU, ao RJEU ou a regulamentos internos, porque consultando agora as pastas das obras da derrocada do mercado da Castanheira do Ribatejo, que aconteceu em 2000 e 2001, fica na dúvida, e gostaria de ser efetivamente esclarecido sobre o assunto, se houve ou não autorização para o Sr. Raúl Brito ou o empreiteiro ter construído naquele espaço, e se houve ou não um projeto para os 800 m2, que não tinham nada a ver com o espaço do mercado. -----  
Entretanto houve uma passagem de terrenos para melhor acondicionar o parking do mercado da Castanheira do Ribatejo, foram adicionados mais 320 m2, e no meio de tudo isto de quem é a responsabilidade da derrocada? De quem é a responsabilidade de ter levantado a casa onde vive a sua mãe, com a máquina que





fazia as escavações? Estando em território do concelho municipal, até que ponto é que o fiscal das obras ou a câmara municipal tem ou não uma parte de responsabilidade, ou devia ter encontrado uma solução que respeite as pessoas? --- Quando lê, e quando ouve nas reuniões de câmara falar constantemente de urbanismo, e o cuidado que a Srª Presidente teve em relação ao despejo das pessoas do prédio do Monte Gordo, vê que a preocupação é a segurança física das pessoas. É de louvar esta atitude, mas o que sente em relação à sua família fá-lo questionar se há discriminação, e porquê. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que as questões colocadas são da área do urbanismo, não lhe sabe responder, nem sequer o Sr. Vice-Presidente está neste momento habilitado a fazê-lo, sugerindo pois que a reunião, em vez de ser consigo, seja com o Sr. Vice-Presidente, porque aí sim poderá responder ao conjunto das questões que levantou e que a própria desconhece completamente. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que pelo rigor da informação seria melhor reunir com o Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Qualificação Urbana. -----

A Srª Presidente disse que o munícipe pode já marcar a reunião com o Sr. Diretor, vai lá e aí terá todos os esclarecimentos. -----

Quanto à questão da sua mãe, é um problema que conhece bem, o munícipe sabe tão bem como a própria quais foram as dificuldades que surgiram pelo meio, e por isso continua disponível a intervir junto do senhorio para ajudar a resolver o problema. -----

Terminou, dizendo que o Arqtº Nuno Santos pode dirigir-se ao munícipe para marcarem já a reunião. -----

Interveio o munícipe, solicitando a manutenção da reunião do dia 18 com a Srª Presidente, tendo esta concordado, dizendo que atende toda a gente. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 123

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

PROBLEMAS DE HUMIDADE EM HABITAÇÃO – BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA--

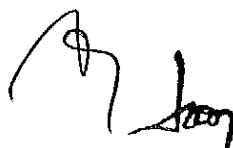
Interveio a munícipe, Srª Ivone Escada, referindo morar em Vila Franca de Xira, a seguir ao hospital, praticamente no Bom Retiro. Há uma farmácia e uns prédios mesmo em frente, e há umas escadinhas, bem como um terreno que julga que é da câmara municipal. Não está dizer que é, mas vem pedir o favor se alguém podia alcatroar ou fazer um passeio junto ao prédio onde mora, porque tem humidade na sua casa. -----

Há um prédio em frente à farmácia, outro por trás, e esse por trás tem um terreno, depois ficam as escadinhas, que vão até lá acima. Esse terreno está mesmo encostado à sua casa, e está a criar humidade no seu quarto, tendo a própria de dormir na sala com o seu marido, e tem uma filha de 3 anos. -----

A humidade estraga-lhe tudo, no verão tenta arranjar e pintar o melhor possível, mas depois chega o inverno e não se pode estar no quadro, não pode ter lá nada que fica tudo estragado, também derivado ao tempo que faz nesta altura do ano. Assim, queria pedir o favor se a câmara municipal podia fazer um passeio encostado ao prédio, que já não chovia ali constantemente e não ficava tão alagado.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo ter identificado o local, irá lá, e telefonará à munícipe antes de ir, para perceber a situação. Crê que está a falar em construir um passeio a tardoz do edifício, para tentar isolar a humidade, mas pode ser que a humidade que está a entrar na casa da munícipe não tenha uma relação direta com a relva, e tenha outro problema qualquer. Já tomou nota para ir ao local, para verificar. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
INTEMPÉRIE – LEVANTAMENTO DO TELHADO DOS LOTES 9 E 10 DA PRACETA DA  
CEVADEIRA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio a munícipe, Srª Dulcina Carvalho, dizendo fazer a administração do lote da praceta da Cevadeira, na Castanheira do Ribatejo. No dia 20 de janeiro houve uma tempestade naquela zona e o telhado dos lotes 9 e 10 levantou quase na totalidade. -----

Já foi enviado um e-mail para a câmara municipal, também porque no lote 10 há uma fração que lhe pertence, e por acaso é o último andar. A administração já falou com a Drª Manuela Pires, que por acaso está adoentada, e falou com o Sr. Jorge. Mandou-o para essa secção e mandou também um e-mail para a Srª Presidente, mas como tem muitas fotografias o e-mail veio muitas vezes para trás e não sabe se a câmara municipal teve conhecimento ou não. -----

Na altura, quando o telhado levantou tentou recorrer aos bombeiros e a toda a ajuda possível e imaginária, mas derivado a ter sido em vários sítios, não se conseguiu arranjar. Só no domingo à noite é que os bombeiros de Arruda dos Vinhos arranjaram um oleado de 3x3 metros e o telhado tinha cerca de 10x10 metros. A administração tem alguns plásticos e conseguiu cobrir o prédio, deixando de cair lá tanta água, porque além de não se poder ir lá para cima porque estava muito vento, estava a chover e caía água no último piso, no 4º esquerdo, que é a fração da câmara municipal, e no 4º direito, que é de uma pessoa que pertence ao concelho de Vila Franca de Xira. -----

A administração teve que acionar os seguros, mas ainda demoram algum tempo a acionar e a resolver a situação. -----

Foi pedido orçamento a uma empresa, a administração avançou já com a obra, tendo o empreiteiro só pedido o dinheiro de sinal mínimo, para ajudar a resolver esta situação o quanto antes. -----

Agradece, da parte da câmara municipal, urgência no pagamento da parte da sua fração, que foi enviado por e-mail, e por isso é que veio à reunião de câmara, porque às vezes os e-mails demoram a chegar. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo ter tido conhecimento do problema pelos bombeiros e pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo,



logo no dia em que aconteceu. Depois, chegou um e-mail, que refere que a autarquia tem uma fração no prédio, e a indicação que a própria mandou para a Srª Vereadora Conceição Santos foi que a câmara municipal assumiria a parte correspondente à sua despesa sem nenhum problema, só precisava de ver o que é que lhe cabia. -----

Quanto ao oleado, está a estranhar, porque assim como a câmara municipal ajudou outras situações pelo simples facto de terem acontecido problemas, teria até disponibilizado um oleado para colocar. -----

Respondeu a munícipe que já não havia. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que a câmara municipal teria ajudado a resolver. -----

Interveio a munícipe, referindo que foi feito um telefonema para a proteção civil e o serviço de proteção civil ligou-lhe. -----

A Srª Presidente respondeu que vai averiguar essa situação. -----

A munícipe clarificou que tinha ido aos bombeiros, que ligaram para a proteção civil. -----

Disse ainda a Srª Presidente saber, por exemplo, que não se conseguiram usar os oleados naquele dia em situações no Forte da Casa porque o vento era tanto que os bombeiros não tinham condições, juntamente com os trabalhadores municipais e da junta de freguesia, para irem acima dos telhados sem risco. A situação era mesmo muito complicada, a própria esteve na Castanheira durante algum tempo, e sabe como estava mau. -----

O que pede é que ainda hoje, por favor, a munícipe mande de novo, diretamente para o seu gabinete, o e-mail com a despesa. -----

Respondeu a munícipe já ter feito o aviso de débito, e tem uma cópia, e também trouxe o orçamento, tendo a Srª Presidente pedido que lhos entregasse já. -----

Prosseguiu a munícipe, referindo-se à situação do condomínio, dizendo saber que as dificuldades são muitas, são prédios velhos, não têm seguros das partes comuns e só algumas pessoas é que têm seguros que cobrem essa situação, pelo que vem pedir se há alguma possibilidade da câmara municipal ajudar, porque são 2 prédios que ficaram praticamente sem telhado. -----

A Srª Presidente disse que a câmara municipal mandou fazer um levantamento de



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 126

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

todos os prejuízos resultantes das intempéries para enviar para o Governo, de acordo com aquilo que foram os contactos feitos e o que lhe foi solicitado. Não sabe se daí virá alguma linha de crédito bonificado, desde logo para os particulares, para fazer face às obras necessárias, ou o que é que resultará efetivamente, se algum dinheiro a fundo perdido. No entanto, o que pode dizer também é que ao ser comunicado à câmara municipal e já ter orçamento, vai analisar e considerar no âmbito da lista, embora sem poder prometer nada.-----

A munícipe informou que o trabalho já está feito, porque não podia ficar como estava, com a chuva.-----

Interveio a Srª Vereadora Conceição Santos, esclarecendo que quando chegou a informação relativamente à questão que a munícipe colocou, os serviços, ao tomarem conhecimento dela, e por instruções suas, foram verificar o que se passava e a própria pediu que fosse contactada de novo a proteção civil relativamente à substituição do oleado, e a informação que obteve é que já tinham colocado um oleado mais forte.-----

Relativamente à substituição do telhado, a informação que foi prestada de imediato foi que a câmara municipal iria junto da empresa que gere o condomínio pressionar para que a solução fosse imediata, porque o edifício e as pessoas não podiam estar assim, e a informação que obteve foi que já se tinham pedido orçamentos e o trabalho já estaria a ser realizado. -----

Desde a primeira hora o condomínio foi informado que a câmara municipal estaria disposta imediatamente a pagar a parte que lhe coubesse. -----

Interveio a Srª Dulcina Carvalho, dizendo só ter vindo hoje à reunião para trazer já os documentos, para adiantar.-----

Interveio a Srª Presidente, voltando a dizer que lhos pode entregar, mas até hoje não lhe chegou nada. -----

Respondeu a munícipe que o aviso de débito só foi enviado ontem ao fim do dia.----

Voltou a Srª Presidente a pedir o favor da munícipe entregar o papel, para dar seguimento ao assunto. -----

-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO - LOTE B31 – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 20/13, de 25/01, do  
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município sobre o lote A16 do Loteamento Zona do Moledo, na freguesia de Alverca  
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido  
por Orlando da Silva Martins. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 20/13, de 25/01, do DPGQU/DQU,  
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO QUINTA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - LOTE 68 – SÃO JOÃO DOS  
MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 22/13, de 25/01, do  
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município sobre o lote 68 do Loteamento Quinta Nossa Senhora de Fátima, na  
freguesia de São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial  
de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2006-AUGI,  
de 24/02, requerido por José dos Santos Gomes Carrola. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 22/13, de 25/01, do DPGQU/DQU,  
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO PINHAL DAS AREIAS - LOTE 32 - ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 23/13, de 25/01, do  
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município sobre o lote 32 do Loteamento Pinhal das Areias, na freguesia de Alverca  
do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2011-AUGI, de 24/08, requerido  
por José Maria Conceição Costa. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 23/13, de 25/01, do DPGQU/DQU,  
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----

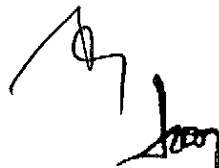




1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO QUINTA DA COUTADA - LOTE 105 – VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 21/13, de 25/01, do  
DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do  
município sobre o lote 105 do Loteamento Quinta da Coutada, na freguesia de Vila  
Franca de Xira, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de  
Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2011-AUGI, de 04/05,  
requerido por Júlio Marques Serras. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 21/13, de 25/01, do DPGQU/DQU,  
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da  
Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR – ALTERAÇÃO AO MAPA DE INFLAÇÃO ACUMULADA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 21/13, de 28/01, do DPGQU/DQU, para aprovação do mapa de inflação acumulada para vigorar em 2013, considerando a taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), de 2,8%, para o ano de 2012.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 21/13, de 28/01, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ATUALIZAÇÃO DOS VALORES REFERENTES AOS 33 REGULAMENTOS ESPECÍFICOS DE RECONVERSÃO – INFRAESTRUTURAS DOS LOTEAMENTOS DELIMITADOS COMO AUGI -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/13, de 28/01, do DPGQU/DQU-PROJES, para aprovação da atualização em 2,8% dos valores referentes aos 33 Regulamentos Específicos de Reconversão, de acordo com a taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), normalmente designada de taxa de inflação, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/13, de 28/01, do DPGQU/DQU-PROJES, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

4. Disposições legais aplicáveis: -----

5. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

6. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

**CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**



1. Assunto: JARDINS DO ARROZ – PASSEIO RIBEIRINHO – VILA FRANCA DE XIRA –  
CONTA FINAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 121/13, de  
29/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da conta final da empreitada dos Jardins do  
Arroz, no Passeio Ribeirinho, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Santos Aparício –  
Construção Civil e Obras Públicas, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 121/13, de 29/01, do  
DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo-se em conjunto aos pontos 33 e  
34 da ordem do dia, dizendo que certamente não vai dar novidade nenhuma do  
estado ou algumas deficiências que verificou no caminho ribeirinho. No sentido de  
Vila Franca-Alhandra, logo no início, mais ou menos a 100 metros, o tartan está a  
saltar, e mesmo aquela pintura que se fez numa tentativa de remediar verifica-se  
que está a saltar, pelo que não foi aquilo que colmatou. -----  
Em frente à fábrica de descasque de arroz há 3 lajes que estão partidas, o que  
também deve ser do conhecimento geral, e um pouco mais à frente, onde havia  
um jardimzinho, alguém já se encarregou de desfazer tudo, levou os tubos de rega,  
as plantas, as pedras ornamentais, e tudo. -----  
Relativamente perto do passeio ribeirinho, gostaria de perguntar se já foi verificado  
o estado das pedras que estão debaixo de água, e o que é que já se poderá dizer  
relativamente a isto. -----  
Quanto ao ponto 34, gostaria de saber, no primeiro ano, ou ao fim de um ano, se a  
libertação da garantia é de 25% ou 30%. Faz a pergunta mesmo por



desconhecimento, pois não conseguiu encontrar o decreto-lei.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que esteve lá, depois da reunião de câmara, foi com os técnicos, e esteve a analisar todo aquele processo, tendo verificado que algumas pedras se soltaram, e eventualmente mais outras se irão soltar, bem como que eventualmente essas pedras estarão a provocar as dificuldades referidas. -----

Quanto à base que o muro teve de ter para o proteger, como aliás havia no passado, e que depois desapareceu, está-se no fundo a repor aquilo que era o encosto do muro, que com centenas de anos ou décadas se foi deteriorando. O muro tem pois um berço, e aquela zona onde há uma palmeira abriu, houve aquilo a que se chama a loca, que o próprio chama mais de buracão, e que teve de ser muito preenchido, pelo que muita pedra lá se colocou. Aquilo que solicitou aos serviços foi para que as pedras soltas que estão junto à escada fossem retiradas, empurradas para dentro de água, e pensa que com essa solução se resolverá o problema. -----

Relativamente às juntas, também esteve a analisar, e as instruções que deu foi que se deveria reparar e não fazer grandes intervenções, porque grandes intervenções têm dois tipos de inconvenientes, são pesadas em termos financeiros e não se justificam. -----

De qualquer modo o auto foi alterado, com as indicações referidas, e é uma matéria que se vai ter de monitorizar muito, porque se está também perante uma zona que está sempre a mexer. Aquelas juntas estão sempre a mexer, e o que se tem de fazer é ir monitorizando e resolvendo, mas efetivamente o projetista, ao não fazer o alinhamento das juntas, por uma questão estética, que tinha a ver com o futuro que se iria construir ali, fez com que haja situações de rigidez, e que uma das juntas parta, como não estão coincidentes e não há um fio condutor. Vai acontecer isso, e vai-se ter de ir resolvendo.-----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, reportando-se à libertação das garantias, dizendo que o Decreto-Lei nº 190/12 estabelece que no primeiro ano podem ser reduzidas até 30%. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

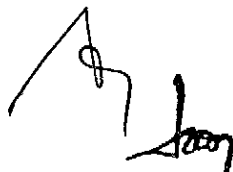
Fl. Ata 136

Reunião de 2013/02/06

Procº DOVSM 05.02.98

Deliberação nº 121

1. Assunto: JARDINS DO ARROZ – PASSEIO RIBEIRINHO - VILA FRANCA DE XIRA –  
LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO -----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 110/13, de  
29/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e da liberação de 30%,  
no valor de 9 470,31€, mais IVA, da caução total da obra dos Jardins do Arroz, em  
Vila Franca de Xira, adjudicada à Santos Aparício – Construção Civil e Obras  
Públicas, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 110/13, de 29/01, do  
DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 33 da ordem do dia. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONCLUSÃO DA REMODELAÇÃO DA EB2 DR.SOUSA MARTINS PARA EB1 – VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 127/13, de 28/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da conta final referente à empreitada de Conclusão da Remodelação da EB2 Dr. Sousa Martins para EB1, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Comprojecto, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 127/13, de 28/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





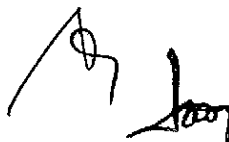
1. Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 122/13, de 25/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde, referente à execução de estacas pré-fabricadas nas pontes PO4 e PO6, da empreitada do Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo, adjudicada à Alexandre Barbosa Borges, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 122/13, de 25/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, informando, para constar em ata, que em coerência com o que os membros da CDU defenderam inicialmente, votam contra este ponto. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 138/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde referente à execução de escavações, da empreitada de Adaptação do Edifício do Mercado da Póvoa de Santa Iria para Espaço Cultural, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada ao Consórcio Constrope–Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira–Instalações Especiais, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 138/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: REGULARIZAÇÃO DO RIO CRÓS-CÓS - ALVERCA DO RIBATEJO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 160/13, de 01/02, do DOVSM/DGE, para aprovação da prorrogação do prazo, por um período de mais 19 dias, a partir do dia 09/02/2013, com conclusão prevista para 27/02/2013, bem como do plano de trabalhos e cronograma financeiro, respeitantes à empreitada da Regularização do Rio Crós-Cós, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Conduril, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 160/13, de 01/02, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



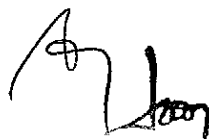
1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DA AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 56/13, de 25/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 117,71€, com IVA incluído, pago pela Matos & Neves, Lda, pelas peças do procedimento da empreitada de Reabilitação de Pavimentos na Estrada Municipal do Porto da Areia, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Construções Pragosa, SA.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 56/13, de 25/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DA AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 58/13, de 25/01, do DOVSM/SA, para aprovação da devolução do valor de 117,71€, com IVA incluído, pago pela Topbet – Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos Betuminosos, SA, pelas peças do procedimento da empreitada de Reabilitação de Pavimentos na Estrada Municipal do Porto da Areia, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 58/13, de 25/01, do DOVSM/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ALVES REDOL – FASE 3 – (TROÇO ENTRE A RUA ALMEIDA GARRETT E A AV. PEDRO VICTOR) – VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 139/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do projeto de execução, das peças e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 169 000,00€, acrescido do IVA, e prazo de execução de 75 dias, para a empreitada de Requalificação da Rua Alves Redol – Fase 3 – (troço entre a rua Almeida Garrett e a Av. Pedro Victor), em Vila Franca de Xira, bem como do júri do procedimento. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 139/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a CDU coloca à consideração de todos a necessidade de se pensar um pouco melhor este processo, o que pressuporia a retirada do ponto, sem embargo de se poder analisar com a devida coerência, tendo até presente que a câmara municipal quer fazer um estudo de tráfego, que pode questionar muitas das partes de solução previstas neste caderno de encargos. -----  
Assim, os membros da CDU propõem que se retire o ponto, para ser avaliado, tendo presente o estudo de tráfego, eventuais reajustamentos ou não desse caderno de encargos em função dos resultados do estudo de tráfego, sendo preciso compreender que no meio disto tudo coloca-se a curto espaço de tempo a saída do hospital, que obriga a um olhar diferente para a questão do trânsito e da mobilidade no interior da cidade, não menos importante, a audição prévia com as



-----  
pessoas, com os residentes, e com todas estas questões.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que a questão do estacionamento não está em causa, o que está em causa é a reabilitação da rua.-----

Tomou a palavra a Engª Rosário Ferrão, dizendo que se trata da reabilitação da rua, e é, no fundo, a sequência do que vem anteriormente. -----

Esclareceu a Srª Presidente que ao estar suspenso num lado, não interfere com a obra. -----

Interveio novamente a Engª Rosário Ferrão, dizendo que durante o período da obra não pode haver estacionamento, e aliás é o que acontece do outro lado. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, referindo que a reabilitação da rua não interfere com a questão do estacionamento, e aliás o estudo de tráfego não é hoje presente a reunião de câmara porque não estava contemplado no plano de 2012, será objeto de alteração, e vem à próxima reunião de câmara, para abertura do procedimento. O que está agora em causa é a reabilitação da rua, sendo que a obra, num primeiro momento, vai ser dos SMAS, e no outro vai ser a obra para a circulação, porque independentemente do que seja o estacionamento a rua precisa de ser reparada. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus tomou a palavra, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo concordariam também que o ponto fosse retirado, pois efetivamente têm algumas dúvidas que possa vir hoje a reunião sem o resultado do estudo de tráfego, nomeadamente a planta que é apresentada inclui a faixa BUS, que irá ser eventualmente questionada. -----

Depois, não percebem como é que ainda se está à espera das informações sobre as adjudicações da segunda fase, e já vem esta terceira fase.-----

Não percebem por que é que as outras fases não vieram a reunião de câmara, e esta afinal veio, pelo que, se calhar, para o bem de todos, o ponto deveria ser retirado, e estas questões vistas, porque a sua coligação não se sente confortável para votar. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que não consegue arranjar conforto, mas vai já responder a uma questão que é objetiva, veio a reunião de câmara por causa do valor, pois é obrigatório. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que há

uma coisa que os membros da Coligação Novo Rumo ainda não entenderam, por que é que esta obra é repartida, e são repartidas despesas. Sabe-se que são 3 fases, mas são várias empresas? Não conseguem entender, porque não conhecem as outras adjudicações, e é importante também conhecerem, para poderem votar esta. Não podem votar esta adjudicação independentemente das outras, como se não as conhecessem. Por outro lado, como disse o Sr. Vereador Nuno Libório, vai ser feito um estudo de tráfego, que pode alterar isto. -----

A Srª Presidente interveio, para dizer que o estudo de tráfego só tem influência sobre a questão da organização do estacionamento, mais nada, estando suspenso, por iniciativa dos Srs. Vereadores, da maioria, das duas minorias juntas, para uma aprofundada reflexão, que pode ser simplesmente o nada, a questão da faixa BUS, cuja marcação ocorreu depois da obra de requalificação estar feita. -----

Não consegue entender como é que é possível ser contra a obra de requalificação da rua, para que quando os automobilistas lá passam o possam fazer em melhores condições, e que é independente da questão do estacionamento, que se mantém como está até ao momento da decisão posterior, que tem a ver, essa sim, com o estudo de tráfego, sobre a qual até pode nunca mais haver entendimento, já que enquanto a composição da câmara for esta prevalece a decisão da maioria. -----

A estrada está arranjada, fez-se aquilo que era a obrigação, dar mais conforto a quem nela circula, e não tem nada a ver com a saída do hospital, tem a ver com depressões no terreno, mau estado do piso e tudo isso, sendo disto que se está a falar, e entre a Almeida Garrett e o Largo da Câmara, não se estando a falar de mais nada. -----

O Partido Socialista é sério nestes assuntos, e não se está a falar de ir avançar para a faixa BUS nas costas de ninguém. Está no projeto, e isso não tem nada a ver com a obra que vai ser desenvolvida, porque até é à parte. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando, que se fosse assim tão simples como a Srª Presidente quer fazer entender que a situação é, por que é que não se fez uma empreitada conjunta de tudo, e por que é que se anda envolvido em fases 1, 2 ou 3, e com problemas de um lado para o outro. -----

Não é uma questão de teimosia, nem de capricho, nem outra coisa qualquer, e não há mais ninguém interessado em que se faça a obra do que também a CDU, já que





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 146

Reunião de 2013/02/06

Procº 04/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº \_\_\_\_\_

as obras que são necessárias têm de ser feitas. Disto não deve haver dúvidas, nem se pode provar que se tenha essa dúvida. A política não tem de ser só com armadilhas e passar rasteiras a ninguém, e aquilo que se vê nos outros não tem necessariamente de ser uma projeção. -----

Interrompeu a Srª Presidente, dizendo que o Sr. Vereador está a falar para si próprio. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador, dizendo que as projeções são coisas complicadas, e que não é reflexo, muito menos condicionado. -----

Atendendo à experiência que a Srª Presidente tem à frente do município, apela à compreensão da mesma, sabendo que este processo nasceu torto, e que tarde ou cedo se endireita, e que retire o ponto, para que possa ser devidamente ponderado por todos, pois aquilo que é simples para a Srª Presidente, óbvio ou mesmo automático, para a CDU não é. Provavelmente o defeito é dos seus membros, e até se pode considerar essa situação, mas se a Srª Presidente insistir que está em condições de ser aprovado, a CDU insiste que não está, e é simples. -----

Questionou a Srª Presidente quais as perguntas que o Sr. Vereador quer colocar. ----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que já colocou as dúvidas, não vale a pena estar a repetir, são as questões do estudo de tráfego. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que esta situação é muito simples. Compreende os pontos de vista que foram colocados, mas a questão é a de que se tem de requalificar o último troço da reabilitação da rua Alves Redol. Não foi possível fazer todo de uma vez porque massacrar as pessoas desta forma era uma coisa abusiva, e por isso resolveu-se fazer da forma que menos impacto e problemas constituísse para as pessoas. -----

O projeto global foi dividido em 3 fases, a primeira e a segunda estão concluídas, e é presente a reunião de câmara a terceira fase. -----

Há dúvidas relativamente a uma matéria, que tem a ver com estacionamento, faixa BUS ou seja lá o que for, tendo sido aprovada em reunião de câmara uma proposta para desenvolver um estudo de tráfego, estudo que só não veio hoje a reunião pelas razões que a Srª Presidente acabou de referir. -----

É um estudo de tráfego que vai demorar mais de 4 a 5 meses a realizar, porque não é uma coisa simples. Não se está a falar só da rua Alves Redol, está-se a falar



da rua, dos estacionamento limítrofes, da mobilidade, em termos gerais, da cidade de Vila Franca de Xira, o que demora algum tempo a fazer. É um trabalho de caráter científico, tem a sua ponderação e a sua necessidade, até porque há inquéritos, contagens de movimentos e uma série de fatores que num trabalho deste tipo têm de estar presentes. -----

Assim sendo, a decisão final relativamente ao estacionamento e à faixa BUS vai ser dada por esse estudo de tráfego, e posteriormente, pela discussão que se vai fazer na reunião. Sobre essa matéria não há dúvidas absolutamente nenhuma, ou seja, aquilo que pensa que são as preocupações legítimas de uma bancada e de outra fica salvaguardado, no sentido de que as questões do estacionamento, faixa BUS ou uma coisa ou outra, só possam ser resolvidas após se ter a validação da decisão, através do estudo. -----

Agora, há necessidade de avançar com a obra, e há uma obra que se vai iniciar, no âmbito do planeamento dos SMAS, em que há a obrigação de, uma vez que se está a intervir naquela zona, aproveitar para requalificar o último troço desta rua, e desta forma também compatibilizar com as obras dos SMAS. -----

É somente o que se está a fazer, e quanto à questão do estacionamento, fica hoje, convictamente, dito pelo próprio, pela sua bancada, e naturalmente subscrito pela Srª Presidente, que nada do que tem a ver com a faixa BUS ou o estacionamento é resolvido. Por isso é que diz que a situação é simples. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que agradece, mas dispensa, não está a subscrever, porque foi o que a própria disse. -----

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, mencionando que então é o próprio que subscreve, que é o mais correto. -----

Disse ainda que há “timings” que têm de ser desenvolvidos, senão a obra é prejudicada. Nada das preocupações que foram colocadas é prejudicado, e por isso diz que é simples, já que uma coisa é a obra, outra é a decisão do estacionamento e da faixa BUS. -----

O Sr. Vereador Vale Antunes tomou a palavra, para referir que no seguimento do planeamento para a cidade de Vila Franca de Xira, como o plano plurianual de investimentos dos SMAS tem, já que além desta obra, tem outras, o conselho de administração dos SMAS adjudicou a sua obra, e depois terá o complemento, no



momento a seguir, da câmara municipal. -----

Apenas pretendeu dizer que o contrato vai ser assinado, ou já está assinado, que a obra entretanto foi adjudicada no âmbito dos SMAS, e que é, não mais do que o projeto que, entre outras coisas, visa fazer os separativos entre os esgotos pluviais e os domésticos, para que na ETAR de Vila Franca de Xira seja pago o que tem de ser pago, que são esgotos domésticos e não os pluviais. -----

A obra, quanto aos SMAS, iniciar-se-á dentro de uma semana, de acordo com a adjudicação e o contrato. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo continuam a insistir no que disseram anteriormente. Vai-se abrir um concurso público para uma obra cujo projeto é este, e os proponentes vão propor os valores para uma obra em que está prevista uma faixa BUS, em que a largura das faixas será diferente se tiver faixa BUS ou não, e cujo tratamento, mesmo das camadas da estrada, é diferente. Assim, em consciência, não podem votar a favor. -----

A Srª Presidente interveio, referindo que a Srª Vereadora não deve ter essas preocupações, porque não há nenhuma diferença por ter uma faixa BUS. Aliás, houve oportunidade de se analisar uma questão que foi colocada muito recentemente, e não sabe se foi pela bancada da Srª Vereadora, que tinha a ver com a largura dos passeios e a questão das faixas. -----

Às vezes nem sempre surge a melhor resposta e a adequada, e que era, como aquilo se trata de um troço de rua que é reversível, quando é o caso do Colete Encarnado, a largura tinha de ser sempre de 7 metros, e nunca se podia alargar mais os passeios do que os 20 cm que se alargaram, porque se tem de garantir que no momento seguinte, de necessidade, passem dois autocarros. -----

Por isso é que é a sua estranheza em relação a esta atitude das duas forças políticas, podendo até concordar que a Srª Vereadora dissesse que se devia retirar do caderno de encargos a marcação da faixa BUS, uma vez que é um assunto que não está decidido, o que concorda em absoluto, sendo uma coisa que pensa que é simples. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo que não tem problema nenhum, pode-se retirar, ou pode até continuar assim, e depois fazerem-se trabalhos a menos. -----



Prosseguiu a Srª Presidente, referindo que se poderia retirar do caderno de encargos a questão da marcação da faixa BUS, uma vez que ela neste momento está suspensa em relação ao anterior troço e, à frente, com base no estudo de tráfego, com os elementos todos presentes, e a câmara municipal a decidir livremente, seria decidido fazer o trabalho da pintura da faixa, porque aquilo terá sempre que ser pintado, com BUS ou sem BUS. Seria pois um assunto a discutir para a frente, mas a obra em si é a melhoria do piso, e é só isto, mais nada. -----

Perguntou a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus se o ponto não pode ser retirado, para vir com essa indicação, ao que a Srª Presidente respondeu que se o PS não é de confiança, pode, também não tem outro entendimento. É assim, manda quem pode, e obedece quem deve e quer fazer a obra, que é o caso, e é a força dos números. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo não aprovam, já que a Srª Vereadora está cheia de dúvidas que não se retire de lá a faixa BUS. -----

Interveio a Engª Rosário Ferrão, perguntando se o que se vai retirar é a inscrição. ---

Esclareceu a Srª Presidente que é retirar o que está escrito no caderno de encargos. São 6 letras, que a Srª Vereadora considera que se devem retirar. Está-se devidamente esclarecido, o problema é retirar 6 letras do caderno de encargos. -

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, mencionando que a página 7 do caderno de encargos diz que a proposta foi desenvolvida considerando um perfil que inclui 2 faixas de rodagem com 7 metros, e um passeio pedonal associado aos edifícios com 1,5 metros de largura. Aquilo que gostava de perguntar é se estas 2 faixas de rodagem com 7 metros não querem significar que uma das faixas não possa ser para veículos e a outra para estacionamento. -----

Respondeu a Srª Presidente que o Sr. Vereador deve-se ter ausentado, o que não deu conta, mas isso já foi explicado até à saciedade, o que significa é que se vai reabilitar a estrada, e já disse, inclusivamente, que se iam retirar as letras do BUS, e que o lançamento do concurso era para a reabilitação da rua, sendo essa a questão. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando se se pode retirar o ponto, para ver esta situação. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o que está em causa é uma coisa tão simples,



que até fica espantado.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que o eixo da via, se for estacionamento, não será o mesmo, ao que a Srª Presidente respondeu que não há marcações na via, fica sem haver marcação, só há reabilitação da rua. -----

Hoje, ali, há marcações de estacionamento, mas não se faz nada disso enquanto não se decidir. Pensa que a obra, pelos cálculos feitos, estará pronta antes da feira, e espera que o estudo de tráfego, que demora 4 meses, esteja pronto nessa altura, e que permita existirem condições, até porque na altura da feira não vai haver estacionamento, porque há circulação dupla, a via reversível, para analisar a seguir se, efetivamente, se esquece a questão do BUS e marca-se o estacionamento, e nesse caso retira-se o BUS anterior, ou se se avança para o BUS. -----

Os Srs. Vereadores não correm nenhum risco de aparecer lá marcado BUS, sem que isso tenha sido acordado entre todos, porque senão também não fazia sentido passar para um estudo de tráfego, e dar seguimento a esses trabalhos, sendo que esta é uma questão também de acreditarem uns nos outros.-----

Disse, por fim, que este ponto vem à próxima reunião de câmara, a Engª Rosário Ferrão vai corrigir os documentos, e reenvia-os.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 151


Reunião de 2013/02/06

Procº 30/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº 129

1. Assunto: EB DR. VASCO MONIZ – VILA FRANCA DE XIRA – CONCLUSÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES E CAMPO DESPORTIVO COBERTO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 141/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e receção provisória parcial, datado de 2013/01/18, referente à empreitada da EB Dr. Vasco Moniz – Conclusão dos Arranjos Exteriores e Campo Desportivo Coberto, em Vila Franca de Xira, adjudicada à HCI – Construções, SA. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 141/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

**CAPÍTULO: GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS**



1. Assunto: PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO DVD SOBRE AS EXPOSIÇÕES INTEGRADAS NA XXVIII SEMANA DA CULTURA TAUROMÁQUICA DE 2012-----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 5/13, de 14/01, da GIRP, para aprovação do preço de venda ao público do DVD sobre as exposições que decorreram no âmbito da XXVIII Semana da Cultura Tauromáquica, pelo valor unitário de 5,00€, no Posto de Turismo e na Casa-Museu Mário Coelho.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 5/13, de 14/01, da GIRP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



**CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**



Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Lei nº 5/2013, de 22 de janeiro, I série, que simplifica o acesso à atividade transitória e ao transporte em táxi, através da eliminação dos requisitos de idoneidade e de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, e ao transporte coletivo de crianças, através da eliminação dos requisitos de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, alterando o Decreto-Lei nº 251/98, de 11 de agosto, o Decreto-Lei nº 255/99, de 7 de julho, e a Lei nº 13/2006, de 17 de abril, conformando-os com a disciplina da Lei nº 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas nºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno;-----

Lei nº 6/2013, de 22 de janeiro, I série, que aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras; -----

Lei nº 8/2013, de 22 de janeiro, I série, que autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, bem como a alterar a Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 58/2008, de 9 de setembro;-----

Decreto-Lei nº 9/2013, de 24 de janeiro, I série, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei nº 55/2012, de 6 de setembro, que aprova a lei das atividades cinematográficas e audiovisuais; -----

Declaração de Retificação nº 5/2013, de 25 de janeiro, I série, à Lei nº 4/2013, de 14 de janeiro, sobre crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos (4ª alteração à Lei nº 34/87, de 16 de julho), publicada no Diário da República, I série, nº 9, de 14 de janeiro de 2013;-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 156

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Decreto-Lei nº 10/2013, de 25 de janeiro, I série, que estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais;-----

Decreto-Lei nº 11/2013, de 25 de janeiro, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 43/2011, de 24 de março, que estabelece a segurança dos brinquedos, transpondo a Diretiva nº 2012/7/UE da Comissão, de 2 de março de 2012, que altera, para fins de adaptação ao progresso técnico, a parte III do anexo II da Diretiva nº 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à segurança dos brinquedos;-----

Decreto-Lei nº 12/2013, de 25 de janeiro, I série, que estabelece o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas; -----

Decreto-Lei nº 13/2013, de 25 de janeiro, I série, que altera os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social;-----

Portaria nº 28/2013, de 25 de janeiro, I série, que suspende, temporariamente, a aplicação da condição mínima de rating prevista no Regulamento de Gestão do Fundo dos Certificados de Reforma;-----

Lei nº 10/2013, de 25 de janeiro, I série, que procede à 5ª alteração da Lei nº 23/96, de 26 de julho, à 3ª alteração da Lei nº 24/96, de 31 de julho, e à 7ª alteração da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor;-----

Lei nº 11/2013, de 28 de janeiro, I série, que estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013; -

Decreto-Lei nº 14/2013, de 28 de janeiro, I série, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, procede à sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal e revoga o Decreto-Lei nº 463/79, de 30 de novembro; -----

Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, I série, relativa à reorganização administrativa do território das freguesias;-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Declaração de Retificação nº 6/2013, de 30 de janeiro, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 7/2013, de 17 de janeiro, do Ministério da Educação e Ciência, que estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência, publicado no Diário da República, nº 12, I série, de 17 de janeiro de 2013; -----

Portaria nº 36/2013, de 30 de janeiro, I série, que aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação do polo de captação de S. Romão, localizado no concelho de Vila Franca de Xira;-----

Portaria nº 38/2013, de 30 de janeiro, I série, que estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário, e revoga o Despacho Normativo nº 62/99, de 12 de novembro; -----

Lei nº 13/2013, de 31 de janeiro, I série, que estabelece o regime jurídico para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos;-----

Lei nº 14/2013, de 31 de janeiro, I série, primeira alteração à Lei nº 12/97, de 21 de maio, que regula a atividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros e Cruz Vermelha Portuguesa. -----

Tomado conhecimento.-----



Fl. Ata 158

Reunião de 2013/02/06

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº **132**



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 159

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 133

1. Assunto: REGULAMENTO DE ESTÁGIOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 14/13, de 18/01, do DAG/DGRH, para aprovação, após o período de discussão pública, do Regulamento de Estágios, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 14/13, de 18/01, do DAG/DGRH, e projeto de regulamento, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS DO CONCELHO – MINUTA DO CONTRATO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 20/13, de 31/01, do DAG/Notariado, para aprovação da minuta da “Empreitada da Obra de Requalificação de Pavimentos em Arruamentos Municipais do Concelho”, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 273 000,01€.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 20/13, de 31/01, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE FRAÇÃO AUTÓNOMA – JARDINS DO ARROZ – VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 38/13, de 31/01, do DAG/SAD, para aprovação da alteração à minuta do contrato-promessa de compra e venda respeitante à fração autónoma a adquirir no edifício do empreendimento denominado Jardins do Arroz, em Vila Franca de Xira, a celebrar com a Obriverca – Construções e Projectos, SA.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 38/13, de 31/01, do DAG/SAD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
A Srª Presidente esclareceu, durante o decorrer da reunião, que o ponto foi retirado, e que já tinha dito, ao Dr. Fernando Barreiros, que se tomaria à hora esta decisão, face aos factos. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Retirado da ordem do dia-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----




1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA - PROMOCASA - COOPERATIVA DE HABITAÇÃO, CRL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/13, de 31/01, do DAG/Notariado, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão das frações "F", "G" e "H", sitas na Rua Miguel Torga, nº 3, r/c, lojas 1, 2 e 3, na Quinta da Maranhota, freguesia de Vialonga, pelos valores, respetivamente, de 70 000,00€, 55 000,00€ e 80 000,00€, e utilização das referidas frações por terceiros que não os associados da cooperativa. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/13, de 31/01, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 163

Reunião de 2013/02/06

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 164

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 137

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----

Câmara Municipal:-----

Dotações Orçamentais-----23 434 266,94€

Dotações não Orçamentais----- 2 201 483,01€

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----

Dotações Orçamentais----- 3 534 017,85€

Dotações não Orçamentais----- 544 493,25€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

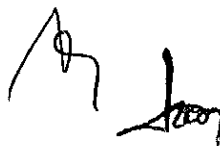
5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão de Contabilidade para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2013/01/18 e 2013/01/31, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ORIENTAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2012 DO  
MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 10/13, de  
31/01, do DAF/DPFCI/DC, para aprovação das orientações para a consolidação de  
contas de 2012 do município de Vila Franca de Xira. -----  
-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 10/13, de 31/01, do  
DAF/DPFCI/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da  
ata. -----  
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----

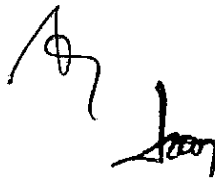
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----

Tomou a palavra a Drª Nélida Soares, referindo que as orientações para a  
consolidação de contas de 2012 são feitas ao abrigo da lei, ou seja, todos os anos,  
no início da atividade, têm que se fazer essas orientações para a consolidação de  
contas, onde se estabelece o perímetro e as regras sobre como vai ser feita, vindo  
a consolidação a reunião de câmara no momento da prestação de contas. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a única dúvida que  
os membros da Coligação Novo Rumo têm é se faz sentido fazer a consolidação de  
contas, estando-se a trabalhar com um orçamento de 2012 corrigido. -----

A Srª Presidente interveio, referindo que a consolidação de contas não é para hoje.-  
Prossegiu, dizendo que ao se imaginar, que o tribunal decide a favor da decisão  
tomada pela presidente da câmara, pelo Partido Socialista, fecha-se ali a conta e  
retomam-se os documentos de 2013, que foram aprovados naquela reunião de  
câmara na sua plenitude, retomando-se a questão da orgânica da câmara  
municipal, do quadro de pessoal e das transferências para as freguesias. -----

Se por acaso for dada razão à providência cautelar interposta pela Coligação Novo  
Rumo, ter-se-ão de trazer de novo os documentos a reunião de câmara, e é



suposto que vão ser chumbados, dados os sinais. Então, e é curioso, porque os documentos de 2013 incluíam as propostas da Coligação Novo Rumo, mas há amores e desamores, vai-se continuar exatamente da mesma maneira, a seguir pelo documento que hoje já se está a utilizar, e com tranquilidade, para que a câmara municipal não sofra sobressaltos e as pessoas não sejam prejudicadas. Assim, vai-se chegar ao fim do ano e apresentar uma conta de gerência, fazer a consolidação das contas, e tudo em função daquilo que a lei já prevê, mas simplesmente utilizando-se um documento que era o do ano anterior, corrigido, portanto o que estava em dezembro, com as alterações, como se fosse outro.-----  
A decisão que a Coligação Novo Rumo tomou causa alguns problemas à gestão do município, porque sucedem obras e decisões que é preciso tomar, que não tinham acolhimento no orçamento corrigido ou não tinham dotação suficiente, e como tal necessitam das sucessivas alterações, e são essas que se trarão à reunião de câmara, para as quais espera compreensão, porque de outra forma então há coisas que têm de ficar completamente prejudicadas, pois não será possível dar-lhes continuidade.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo já estão esclarecidos quanto a este ponto, mas quanto a essa situação, a sua coligação, obviamente, não tinha intenção sequer de causar qualquer entropia aos serviços municipais ou ao bom funcionamento. -----

Contudo, como todas as situações em tribunal, podem-se resolver fora do tribunal, e consensualmente, sendo só isso que gostaria de deixar.-----

Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que isso para si poderia ser música, mas não sabe que música é, pois pode ser uma música muito complicada, e a própria não dança bem. Até está surpresa, porque é a primeira vez que lhe está a chegar esse sinal, e terá todo o gosto em falar com a Srª Vereadora, em privado. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----



1. Assunto: EMPRÉSTIMOS - 0873/000681/991 "PER 54 FOGOS DIVERSOS" E 0873/000688/691 "PER QUINTA DA PIEDADE" – DEFINIÇÃO DA TAXA DE JURO PARA NOVO PERÍODO DE 5 ANOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 12/13, de 01/02, do DAF/DPFCI, para aprovação das condições apresentadas pela Caixa Geral de Depósitos, taxa "Euribor a 6 meses", e "spread" aditivo de 2,75, respeitantes ao novo período de 5 anos dos empréstimos – 0873/000681/991 "PER 54 Fogos Diversos" e 0873/000688/691 "PER Quinta da Piedade". -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 12/13, de 01/02, do DAF/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: QUOTIZAÇÃO DA AMEGA – ATUALIZAÇÃO PARA O ANO DE 2013 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 42/13, de 28/01, do DAF/DC, para aprovação do valor da comparticipação financeira do município, para o ano 2013, par a AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, no valor de 3 165,75€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 42/13, de 28/01, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, perguntando se a AMEGA existe, e coloca a questão porque nem consegue encontrar um site na Internet. -----  
Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo não saber se a AMEGA tem site, mas é uma associação que tem atividade, está ligada à questão da água e são associados 28 municípios. -----  
Uma das grandes lutas da AMEGA, finalmente conseguida com alguma expressão, para além doutras questões, tem sido ajustar junto da tutela os preços da venda de água no concelho de Lisboa versus os restantes concelhos da grande Lisboa, pois havia uma discriminação negativa para os outros 27 municípios, considerando que o 1º escalão em Lisboa não chegava a meio euro, era um valor simbólico.-----  
Este ano, depois de nos anos anteriores já se ter conseguido, mas de uma forma muito ténue, conseguiu-se um agravamento de cerca de 53%, mesmo assim o preço dos primeiros 5 metros cúbicos da venda da água da EPAL em Lisboa é metade do preço que se pratica em Arruda dos Vinhos, em Vila Franca de Xira e nos restantes municípios que fazem parte da AMEGA. -----  
A associação pode não ter site, mas tem atividade, tem um conselho de





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 179

Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

administração que reúne, tem 1 funcionário e tem realizado várias iniciativas sobre a água, por exemplo no município de Sintra, onde tem feito mais iniciativas, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra. -----

O Município de Mafra também pertence à associação e o seu vice-presidente é administrador no conselho de administração da AMEGA. -----

Admite que o Sr. Vereador João de Carvalho não esteja ao corrente, mas a associação existe e tem conseguido resultados. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU agradecem a explicação, mas há uma questão de fundo que continua em falta, não pondo em causa rigorosamente nada do que o Sr. Vereador disse. -----

Antes de se dar a conhecer relatórios de gestão ou participações sociais do município nesta ou naquela instituição ficou o compromisso assumido em reunião de câmara de que haveria relatórios sobre a avaliação que o município fazia do seu contributo dentro dessa instituição, e continua a não haver, bem como a questão do custo/benefício. -----

Não pondo rigorosamente nada em causa o que o Sr. Vereador Vale Antunes disse, deve reparar-se no montante de mais de 3 000,00€ por ano, o que é bastante. -----

Os membros da CDU têm dúvidas, precisavam de ter um relatório, e sistematicamente estes assuntos aparecem pouco documentados. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo ser evidente que o município de Vila Franca de Xira paga 3 000,00€ por ano, o de Sobral de Monte Agraço paga menos, porque tem menos munícipes, e o seu presidente faz parte do conselho de administração, as coisas são o que são. Contudo, o Sr. Vereador tem razão, se o próprio se comprometeu, sinceramente não se lembra, mas trará a reunião de câmara o relatório e contas do ano 2012 da AMEGA e um pequeno relatório, feito por si, da atividade respetiva. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que também aos membros da Coligação Novo Rumo parece que tem de se ponderar o custo/benefício desta situação. -----

Por outro lado, embora a atualização seja de 3,51€, nos tempos que correm nem estão a perceber por que é que o valor aumentou, pelo que também têm algumas dúvidas sobre esta situação. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 171

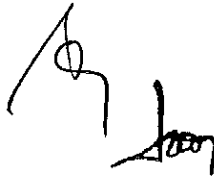
Reunião de 2013/02/06

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio a Srª Presidente, retirando o ponto da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Retirado o ponto da ordem do dia. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO PARA O SETOR DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – COMPROMISSO PLURIANUAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 32/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços para exames complementares de diagnóstico, para o Sector de Gestão de Recursos Humanos, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 32/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE CONTENTORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO - COMPROMISSO PLURIANUAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação do início do procedimento, das peças concursais e da constituição do júri, para a contratação de serviços de lavagem e higienização de contentores de resíduos sólidos urbanos no concelho de Vila Franca de Xira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que deve ser um defeito seu, mas não conseguiu perceber no caderno de encargos, no mínimo, quantas vezes é que os contentores têm de ser lavados por ano, o que quer significar que se não precisam de ser lavados vez nenhuma paga-se 180 000,00€ mais IVA para um trabalho que não se vai fazer, porque não diz lá. -----  
A Srª Presidente interveio, mencionando que esta é uma questão importante, e depois de ouvir a resposta do Sr. Vereador vai colocar uma questão, porque há dias reparou no autocolante de um contentor, que dizia, numa zona muito central, com muita passagem de crianças e muitos moradores, que tinha sido lavado em julho de 2012. -----  
Tomou a palavra o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que há 3084 contentores, e este trabalho é feito em 5 dias por semana, com um ritmo que dá cerca de 80 contentores por noite lavados. -----

O ritmo é sempre contínuo, sendo que no caso de uma avaria da viatura, o que deve estar também expresso, será substituída de imediato, e a empresa tem-no feito. -----

A esse ritmo, e aquilo que tem sido constatável, é que os contentores serão lavados de 3 em 3 meses, que é o que acontece na realidade. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, questionando onde é que diz que são 80 por dia. -----

Respondeu o Sr. Vereador Vale Antunes que é aquilo que acontece na prática. Se não está escrito, deve retirar-se o ponto, e rever-se a situação. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que efetivamente tem que estar alguma periodicidade para a limpeza dos contentores, e propõe uma outra coisa, que é, não retirar o ponto e introduzir uma periodicidade, que se veria. Se não tiver periodicidade, até podem não lavar nunca, ou podem lavar uma vez, e é pouco. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Vale Antunes, relembrando uma questão, que foi uma proposta do Sr. Vereador Rui Rei, naturalmente acolhida pela câmara municipal, e que foi uma boa ideia. O que estava a acontecer era o contentor não ter a etiqueta, e passou a ter. Antes era outra empresa, entretanto houve novo concurso, ganhou outra entidade, e passou a constar essa informação, sendo que o que a Srª Presidente acaba de dizer pode ser uma omissão, por erro ou qualquer outra coisa. -----

Nos primeiros contratos não havia etiquetas, isso era uma omissão, que foi corrigida, e é um indicador, pois qualquer cidadão pode ver, tal como aconteceu com a Srª Presidente. -----

Ao indicar uma periodicidade, crê que de 3 em 3 meses dará para fazer essa lavagem. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que acha muito bem. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, dizendo que os membros da CDU sempre defenderam que a lavagem de contentores fosse feita pelos serviços da câmara municipal, e por isso votam contra. -----

Interveio de novo a Srª Presidente, dizendo que agradece a colaboração. A periodicidade da lavagem dos contentores deverá ser de 3 em 3 meses, e o Sr. Vereador Vale Antunes vai introduzir essa nota. -----



Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, quanto a isso, estão de acordo, e só tinham uma questão, relativamente a este ponto, bem como aos pontos 57, 60, 61, 62 e 63, se se enquadram no orçamento corrigido. -----

A Srª Presidente respondeu que é sempre no orçamento corrigido, não tendo hipótese de ser de outra maneira. Todos os pontos que constituem despesa, e que vêm à reunião de câmara, têm cobertura orçamental no âmbito do orçamento corrigido de 2012, e essa foi a razão de terem sido retirados já hoje 2 pontos, que tinham a ver com o estudo de tráfego e as instalações sanitárias, porque, efetivamente, não se conseguiam enquadrar no orçamento corrigido, e terão de vir no âmbito da alteração. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente, tendo em consideração a periodicidade de lavagem dos contentores, de 3 em 3 meses.-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA AVAC NO MUSEU MUNICIPAL – COMPROMISSO PLURIANUAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 31/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização do compromisso plurianual respeitante à contratação de serviços de manutenção do sistema AVAC do Museu Municipal, em observância à Lei nº 8/12, de 21/02. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 31/13, de 31/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 177

Reunião de 2013/02/06

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE





1. Assunto: ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO, DESIGNADO POR "CAFETARIA DO COMPLEXO MUNICIPAL DE DESPORTO, RECREIO E LAZER DE VILA FRANCA DE XIRA" -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 73/13, de 28/01, do DQAS/DDGE, para adjudicação do direito de arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por "Cafetaria do Complexo Municipal de Desporto, Recreio e Lazer de Vila Franca de Xira", a Rui Pedro Rocha Marques dos Santos, pelo valor mensal de 250,00€, acrescido do IVA, de acordo com o relatório final de apreciação de mérito.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 73/13, de 28/01, do DQAS/DDGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*AS*  
*Jan*

1. Assunto: PROTOCOLO DE APOIO A 2 INICIATIVAS AQUÁTICAS EM 2013 -  
DELEGAÇÃO DO RIBATEJO E VALE DO TEJO DA ASSOCIAÇÃO DE SPINA BÍFIDA E  
HIDROCEFALIA DE PORTUGAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 70/13, de  
28/01, do DQAS/DDGE, para aprovação da minuta do protocolo de apoio a celebrar  
com a Delegação do Ribatejo e Vale do Tejo da Associação de Spina Bífida e  
Hidrocefalia de Portugal (ASBIHP), para a realização de 2 iniciativas em 2013 nas  
piscinas municipais.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 70/13, de 28/01, do  
DQAS/DDGE, e minuta do protocolo de apoio, documentos que se dão por  
inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de  
câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA MODALIDADE DE GINÁSTICA NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA - ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE LISBOA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 64/13, de 24/01, do DQAS/DDGE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Associação de Ginástica de Lisboa, que visa promover a modalidade de ginástica no concelho.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 64/13, de 24/01, do DQAS/DDGE, e minuta do protocolo de cooperação, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESPORTIVO PARA OFERTA PARA A MODALIDADE DE TRIATLO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 86/13, de 31/01, do DQAS/DDGE, para aprovação da minuta do protocolo de colaboração a celebrar com o Alhandra Sporting Club, que define a aquisição de material desportivo para oferta para a modalidade de Triatlo, no valor de 5 000,00€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 86/13, de 31/01, do DQAS/DDGE, e minuta do protocolo, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo obviamente que não votam contra o ponto em si, mas gostariam de saber se esta situação entra no orçamento corrigido de 2012, porque não conseguem perceber. -----  
Para a coligação, no orçamento corrigido de 2012 só entram as situações das rubricas que já lá estavam. -----  
Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que esta situação já lá estava, uma vez que no ano passado já se apoiou o Triatlo. -----  
Desta forma, o ponto está aprovado. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----  
-----  
-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL



1. Assunto: PROGRAMA PROHABITA - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE FRAÇÕES EM EDIFÍCIOS – BAIRRO MUNICIPAL DA CEVADEIRA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CÁLCULO PROVISÓRIO DA REVISÃO DE PREÇOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 90/13, de 21/01, do DHSAS/DHS, para aprovação da revisão de preços provisória, no valor de 6 433,01€ + 6% de IVA, da empreitada de reabilitação de frações em edifícios do Bairro Municipal da Cevadeira, na Castanheira do Ribatejo, no âmbito do Programa Prohabita, adjudicada à Urbieng – Engenharia, Construções e Consultadoria, Lda. ---  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 90/13, de 21/01, do DHSAS/DHS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 185

Reunião de 2013/02/06

Procº EDUCA.00SE.005.

Deliberação nº 150

1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - APRENDIZES DO FINGIR 2012/2013 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 42/13, de 24/01, do DEJ/DISE, para aprovação de minuta do protocolo a celebrar com os Agrupamentos de Escolas e Escola Secundária não agrupada, participantes no Programa "Os Aprendizes do Fingir", no ano letivo 2012/2013, o qual determina os termos do apoio a prestar pelo município aos respetivos núcleos de teatro. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 42/13, de 24/01, do DEJ/DISE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano 06.01/03.001A Orçam. 09/04.03.01-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS



Reunião de 2013/02/06

Deliberação nº 151

- 64.atos DCTAE



1. Assunto: CAFETARIA CAFÉ CENTRAL - CEDÊNCIA DA POSIÇÃO CONTRATUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/13, de 29/01 do DCTAE/DAE, para aprovação da cedência da posição contratual da Caixa Quadrada – Actividades Desportivas e Restauração, Lda., atual arrendatária do estabelecimento designado por Café Central, para a Oportunateoria, Unipessoal, Lda.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/13 de 29/01, do DCTAE/DAE, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se a uma questão de precisão, mas que considera importante. A Caixa Quadrada, que era quem tinha a cedência do Café Central, faz saber que passa a cedência a outra entidade, mas tendo em conta que a pessoa em questão não é um único sócio, ou pelo menos não é o único representante legal, pois diz-se que é na qualidade de único representante legal a quem é passada a cedência, mas não do único representante legal da Caixa Quadrada, gostariam os membros da CDU de tentar confirmar a convivência com a cedência, porque pode haver um outro sócio ou outro representante que não esteja de acordo.-----  
A Srª Presidente interveio, dizendo que o ponto é retirado. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que já não se recorda, questionando se o arrendamento do Café Central foi por ajuste direto. -----  
Esclareceu a Srª Presidente que foi por concurso.-----  
Continuou a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que já não se recordava bem, e neste caso não deve interessar que o sócio seja o mesmo,

porque a entidade contratante é diferente, não é a mesma, e este sócio, o Sr. Rui, hoje é sócio, mas amanhã já não é. -----

O seu problema é esta situação, relacionando-a com o concurso, e com os outros concorrentes. É preciso ver se isto está previsto, para não se cair nalgum erro concursal de procedimento público. -----

Sabe que o assunto está retirado, e por isso é que também quis colocar a dúvida, porque, já que se retira, vê-se também isso. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que é preciso perceber se no contrato está previsto o trespasse, já que, ao fim ao cabo, é um trespasse. -----

Desta forma, o ponto foi retirado. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia. -----



1. Assunto: CARTOON XIRA 2012 - INAUGURAÇÃO E HORÁRIO DA EXPOSIÇÃO -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 12/13, de 18/01, do DCTAE/DAC, para aprovação do horário de abertura ao público da exposição do Cartoon Xira, a decorrer no Celeiro da Patriarcal de 2 de março a 14 de abril de 2013, bem como da inauguração.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 12/13, de 18/01, do DCTAE/DAC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata 191

Reunião de 2013/02/06

Procº DCTAE.0DAC.001.

Deliberação nº 154

1. Assunto: RECEÇÃO DE CANDIDATURAS AO PRÉMIO CARLOS PAREDES-----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 15/13, de 23/01, do DCTAE/DAC, para aprovação do período de 1 a 19 de abril de 2013 para receção de candidaturas ao "Prémio Carlos Paredes".-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 15/13, de 23/01, do DCTAE/DAC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: PRÉMIO DE TEATRO AMADOR 2013 DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 11/13, de 31/01, do DCTAE/D, para aprovação das normas de participação no Prémio de Teatro Amador 2013, do concelho de Vila Franca de Xira.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 11/13, de 31/01, do DCTAE/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.---  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

A 107

1. Assunto: APOIO A INICIATIVAS CULTURAIS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO - PALÁCIO DO SOBRALINHO - PROTOCOLO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 12/13, de 01/02, do DCTAE/Direção, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Inestética-Associação Cultural Novas Ideias, para cedência de espaços no palácio do Sobralinho para apoio a iniciativas culturais de dinamização do palácio, bem como divulgação do trabalho desenvolvido pela associação.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 12/13, de 01/02, do DCTAE/Direção, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que neste protocolo com a Inestética há algumas questões que os membros da CDU gostariam de colocar.-----  
No que respeita ao usufruto do espaço, entendem que é positiva a utilização por parte das associações, neste caso da Inestética, do espaço do palácio do Sobralinho, e defenderam-no até várias vezes, mas o que importa é que o usufruto do espaço possa permitir a utilização do palácio por outras associações, e gostariam de confirmar essa situação.-----  
Ainda, porque é um protocolo novo e uma experiência nova, consideram que 5 anos de protocolo é tempo demasiado, e sugerem que seja mais diminuto. Se as coisas não correrem bem, quer por parte da Inestética, quer por parte da câmara municipal, se calhar seria mais proveitoso para ambas as partes que estes 5 anos se convertessem num período menor, de 1 ou 2 anos.-----  
Salientam ainda que a utilização do espaço tem de ser de usufruto comum e total



por todas as instituições do concelho. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que a preocupação dos Srs. Vereadores não tem problema no quadro deste protocolo, já que no âmbito do mesmo faz-se um comodato mais firme no que toca às salas assinaladas, para a associação ter os seus materiais de produção, mas a utilização do palácio continua sempre a ser da organização da câmara municipal, não só para as atividades municipais, mas para quaisquer outras, e o que se pretende até é que haja uma sinergia no âmbito da cultura, com parcerias locais, que venha a permitir a utilização do palácio sem nenhum tipo de problema, nem limitação. -----

O prazo é de 5 anos, porque foi o que se determinou na reunião de câmara que se faria, sempre que houvesse estes protocolos de comodato, mas não vê nenhum problema, se se estiver de acordo, e crê que também estará com certeza a Inestética, que o prazo do primeiro período reduza de 5 para 3 anos, e depois logo se verá o que acontece. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, com a alteração do prazo do primeiro período, de 5 para 3 anos. -----

CAPÍTULO: GABINETE DE MODERNIZAÇÃO, QUALIDADE E TECNOLOGIAS DE  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013/2014 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/13, de 24/01, do GMQTIC/GQ, para aprovação das normas de participação, no âmbito do Orçamento Participativo 2013/2014. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/13, de 24/01, do GMQTIC/GQ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

CAPÍTULO: EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REQUALIFICAÇÃO URBANA



Reunião de 2013/02/06

Procº 2/13 GENºRI/CM  
Deliberação nº 158

- ### 71.Parque Urbano

**CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

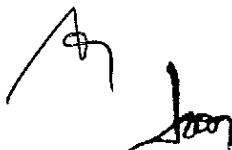
*[Handwritten signature]*

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – NÚCLEO MUSEOLÓGICO “A PÓVOA E O RIO” – PÓVOA DE SANTA IRIA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contrato de prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de requalificação urbana na frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira – Núcleo Museológico “a Póvoa e o Rio”, na Póvoa de Santa Iria. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/13, de 30/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA SEDE E POLIDESPORTIVO DO CLUBE ACADÉMICO DE DESPORTOS - PÓVOA DE SANTA IRIA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 79/13, de 16/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contrato de prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de execução da sede e polidesportivo do Clube Académico de Desportos, na Póvoa de Santa Iria. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 79/13, de 16/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Presidente, informando que os membros da CDU votam contra este ponto, por uma questão de princípio.-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

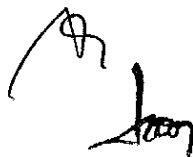




1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A 19 PARCÓMETROS – RENOVAÇÃO DE CONTRATO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 24/13, de 29/01, do DAF/DCPAI/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de serviços de manutenção e assistência técnica a 19 parcometros, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 24/13, de 29/01, do DAF/DCPAI/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – NÚCLEO MUSEOLÓGICO “A PÓVOA E O RIO” – PÓVOA DE SANTA IRIA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 24/13, de 05/02, do DAG/Notariado, para aprovação da minuta do contrato da “Empreitada da Obra de Requalificação Urbana da Frente Ribeirinha da Zona Sul do Concelho de Vila Franca de Xira – Núcleo Museológico “a Póvoa e o Rio” - Póvoa de Santa Iria”, adjudicada à AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA, pelo valor de 270 233,73€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 24/13, de 05/02, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DE AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 27/13, de 05/02, do DAG/Notariado, para aprovação da minuta do contrato da “Empreitada da Obra de Reabilitação de Pavimentos na Estrada Municipal do Porto de Areia - Castanheira do Ribatejo”, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 369 232,00€, bem como conhecimento do erro de escrita constante do ponto 24 das cláusulas complementares do caderno de encargos. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 27/13, de 05/02, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação da minuta do contrato e o Sr. Vice-Presidente para conhecimento do erro de escrita. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----




1. Assunto: EMPREITADA DA OBRA DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicações internas nºs 26/13, de 05/02, do DAG/Notariado, e 178/13, de 06/02, do DOVSM/DGE, para aprovação da minuta do contrato da empreitada de “Reabilitação de Pavimentos - Estrada Municipal do Apeadeiro - Castanheira do Ribatejo”, adjudicada à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 359 476,28€, bem como conhecimento do erro de escrita constante do ponto 24 das cláusulas complementares do caderno de encargos. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 26/13, de 05/02, do DAG/Notariado, e 178/13, de 06/02, do DOVSM/DGE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação da minuta do contrato e o Sr. Vice-Presidente para conhecimento do erro de escrita. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2013/02/06

Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 2013/03/06, tendo sido dispensada a leitura da mesma, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, a subscrevi.

A Presidente da Câmara Municipal,

Meer de Leeuw front

- Maria da Luz Rosinha -